

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**A BIROSCA E O BOTEÇO:  
TRAJETÓRIAS DE DONOS DE BARES EM UMA FAVELA  
PACIFICADA NO RIO DE JANEIRO**

**RAMÓN CHAVES GOMES**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A BIROSCA E O BOTEÇO:  
TRAJETÓRIAS DE DONOS DE BARES EM UMA FAVELA  
PACIFICADA NO RIO DE JANEIRO**

**RAMÓN CHAVES GOMES**

*Sob a orientação do Professor*  
**Edson Miagusko**

Dissertação submetida como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de **Mestre em Ciências  
Sociais**, no Programa de Pós-  
graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ  
Dezembro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G633s Gomes, Ramón Chaves, 1992-  
Seropédica / Ramón Chaves Gomes. - Seropédica, 2020.  
118 f.: il.

Orientador: Edson Miagusko.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais, 2020.

1. Sociologia urbana. 2. Favela. 3. Trajetória de  
vida. I. Miagusko, Edson, 1972-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais III.  
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RAMÓN CHAVES GOMES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/12/2020

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Dr. Edson Miagusko (PPGCS/UFRRJ) (orientador)

Dr. Marcia da Silva Pereira Leite (PPCIS/UERJ)

Dr. Carly Barboza Machado (PPGCS/UFRRJ)

Dr. Thais Lemos Duarte (PPGS/UFMG)

Dr. Marta Regina Clocari (PPGCS/UFRRJ)



Emitido em 31/03/2021

**TERMO Nº 340/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.91)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 07/04/2021 11:33 )*

CARLY BARBOZA MACHADO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matrícula: 1794090

*(Assinado digitalmente em 31/03/2021 16:07 )*

EDSON MIAGUSKO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matrícula: 1804137

*(Assinado digitalmente em 05/04/2021 18:57 )*

MARTA REGINA CIOCCARI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)  
Matrícula: 1451306

*(Assinado digitalmente em 09/04/2021 13:12 )*

MARCIA DA SILVA PEREIRA LEITE  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 310.882.447-34

*(Assinado digitalmente em 31/03/2021 14:26 )*

THAIS LEMOS DUARTE  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 112.465.877-77

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:  
**340**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **31/03/2021** e o código de verificação: **d827c65a89**

## DEDICATÓRIA

*Para a Dona 7 Encruzilhadas, pomba-gira da  
estrada, símbolo da singularidade das pessoas  
comuns.*

## AGRADECIMENTOS

A Esú, a Obatalá, a Orunmilá e a Ori, pela vida. Àsè oooo!

Aos moradores da favela Chapéu Mangueira, em especial ao David e à Anna, que abriram suas vidas para as minhas perguntas. Devo este trabalho a vocês.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ) pela generosidade, aprendizado e alegria.

Ao meu orientador, Edson Miagusko, pela amizade, paciência, confiança e ensinamentos. Obrigado também pelas caronas para Seropédica e por apostar na “sociologia do botequim”.

Às professoras Marcia Leite e Marta Ciocari pelos inestimáveis comentários feitos durante a banca de qualificação. Agradeço novamente à Marcia por ser uma grande amiga, referência e companheira que a Uerj me deu.

À professora Carly Machado pela gentileza de aceitar compor a banca de defesa.

À Adriana Fernandes, Anastácia Cristina, Dani Oliveira, Eliska Altman, Felipe Rangel, Mariana Cavalcanti, Moema Guedes, Tiago Magaldi e Thais Duarte que, em oportunidades diferentes, leram e comentaram versões deste trabalho. Os apontamentos de vocês foram muito valiosos.

Aos colegas do Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) por tudo que me proporcionaram em termos de crescimento profissional nos últimos anos.

Aos estudantes do Colégio Estadual José Marti e da Escola Edem, por serem cobaias das ideias desta pesquisa.

Aos amigos do grupo Sociólogos tristes por tornarem a experiência profissional na sociologia mais sarcástica e divertida.

Às amigas do café da manhã, Anastácia, Carol e Thais, pelas risadas, parcerias e apoios mútuos. À Thais, novamente, pelos inúmeros incentivos a este trabalho.

Aos amigos de longa data, Jessica Di Chiara, Guilherme Chalo, Valeria Carvalho, Anna Violeta Durão, Laura Medeiros, Stephanie Di Chiara, Beatriz dos Santos, Rafael Assef e João Velho, pelo carinho e pela caminhada lado a lado.

Ao meu compadre, Tiago Magaldi, por compartilharmos os desejos e as angústias da escrita sociológica. Este trabalho carrega, de forma modesta, as digitais das nossas conversas.

Aos meus sogros, Rico e Lica, e aos meus cunhados, Alice e Francisco, pela acolhida afetuosa desses quase dez anos.

Aos meus pais, Ana e Eustáquio, pelo apoio e carinho que dedicam a mim, a minha companheira e ao meu filho. Eu amo muito vocês.

À Maria, por encher meus olhos d'água toda vez que escrevo sobre o nosso amor e a nossa família. Nenhuma palavra destas páginas teria sido possível sem o seu apoio, paciência e revisão. Minhas poucas ideias ganham corpo com as nossas conversas e carinhos. Te amor.

Ao Zé Miguel, por me fazer pai. Obrigado pela sua compreensão e por me ensinar a ficar como uma “bolinha” nos momentos de maior angústia da escrita. Chegou a hora da lutinha, da batalha pokemón, dos treinos com dinossauros, das missões para proteger as florestas e de todas as outras brincadeiras que inventaremos juntos. Sabe de uma coisa? “Você me ama!”. Sim, eu te amo muito, cara.

\*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



*“A cervejaria é a chave de toda a cidade”*  
(Walter Benjamim  
em *Rua de mão única*, 1979).

GOMES, Ramón Chaves. **A Biroasca e o Boteco: Trajetórias de donos de bares em uma favela pacificada no Rio de Janeiro**. 2020. 118f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

## RESUMO

Este trabalho analisa as trajetórias de donos de bares e de seus estabelecimentos comerciais com o objetivo de matizar o percurso da política de pacificação em uma favela no Rio de Janeiro. Explorando duas modalidades de casas de bebida, a biroasca e o boteco, busco apreender as dinâmicas que configuraram, na última década, as experiências de integração social e urbana na capital fluminense. Em 2009, após a instalação de uma Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a favela Chapéu Mangueira, na Zona Sul carioca, teve o seu cotidiano e sociabilidade modificados pela presença policial permanente, pelo incremento de investimentos públicos e privados e pelo aumento no fluxo de turistas nacionais e estrangeiros. Parte dos moradores e comerciantes do Chapéu Mangueira deu corpo a um projeto local de desenvolvimento econômico, avalizado pelo controle policial, que subsidiou diferentes narrativas sobre a integração entre favela e cidade no Rio de Janeiro. Com a descaracterização da política de pacificação, consolidada em 2017, o Chapéu Mangueira voltou a conviver com episódios de confronto armado entre policiais e traficantes de drogas e experimentou um significativo esvaziamento da presença de visitantes e investidores externos. Isso afetou os negócios locais e as “estratégias de vida” dos comerciantes, mas não de forma homogênea. Por meio de observações situadas e de entrevistas formais e informais, busco reconstruir o curso de expectativas e desenganos em torno da política de pacificação, bem como ressaltar a diversidade das camadas populares. Esse mergulho na perspectiva individual permite acessar novas hipóteses sobre o mundo popular, especialmente a relação entre as formas contemporâneas de “ganhar a vida” e as transformações urbanas nas “margens” da cidade.

**Palavras-chave:** Favela; UPP; trajetória de vida; botequim

## ABSTRACT

This dissertation analyses the life stories of two bar-owners and their businesses, in order to provide diverse outlooks on the implementation of the pacification policy in a Rio de Janeiro slum, from its rise to its decline. Exploring the differences between two types of bar – the boteco and the biroasca – I seek to capture the diversity of economic experiences in the favelas, and to get a closer perspective on the micropolitical processes that have, over the past decade, shaped social and urban integration initiatives in the city. In 2009 the inauguration of a Police Pacification Unit (UPP, portuguese acronym) changed the daily life in the Chapéu Mangueira Favela, in Rio de Janeiro's South Zone. A surge in public and private investments, as well as a large tourist influx, were fueled by the permanent presence of the police forces. In their own way, Chapéu Mangueira residents embodied projects for local economic development endorsed by police control, thus subsidizing several narratives about the favela's integration with the city's more affluent neighborhoods. After the UPP's decline, cemented in 2017, the favela again experienced police raidings and shootouts, which led to a sharp decrease in touristic activities. Such scenario affected local businesses, but not uniformly. Through situated observations and formal and informal interviews, I try to reconstruct the course of expectations and disappointments built around UPPs in Rio de Janeiro. Such dive in individual perspectives allows access to new hypothesis regarding contemporary forms of “making a living” and urban transformations in the city's outskirts.

**Keywords:** community police; popular economy; life stories; bar

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Reprodução de foto aérea dos Morro da Babilônia e das favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, da Secretaria Municipal de Habitação, em 2014. ....	22
Figura 2. Reprodução de matéria do Jornal O Globo.....	45
Figura 3. Retratos do Bar do David em 2011, 2013 e 2016.....	59

## LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

ABBT	Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador
ABET	Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ADA	Amigos Dos Amigos
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
APA	rea de Proteção Ambiental
CENPE	Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CEVIS	Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade
CRJ	Centro de Referência da Juventude
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAFEG	Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAPERJ	Fundação de Amparo  Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FLUPP	Festa Literária das Periferias
FPA	Fundação Perseu Abramo
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IDS	ndice de Desenvolvimento Social
IEC	Indicadores Estratégicos de Criminalidade
IESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IPP	Instituto Pereira Passos
MEI	Microempreendedor Individual
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPGCS	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PPGECC	Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade
PT	Partido dos Trabalhadores
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESI	Serviço Social da Indústria
SIM	Sistema Integrado de Metas
SINDRIO	Sindicato Patronal de Bares e Restaurantes
TCP	Terceiro Comando Puro
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 A construção do problema de pesquisa .....	21
1.2 Metodologia.....	35
1.2.1 O trabalho de campo nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia .....	35
1.2.2 A opção pela reconstrução das trajetórias de vida de David e Anna.....	38
<b>2. A FAVELA CHAPÉU MANGUEIRA DIANTE DA POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO.....</b>	<b>41</b>
2.1 “Vamos lá, vamos conhecer”: Babilônia e Chapéu Mangueira sob o ângulo da pacificação .....	47
2.2 “O dinheiro de fora acabou”: a desestruturação da política de pacificação no Chapéu Mangueira.....	52
<b>3. A FAVELA, O MUNDO E O ASFALTO: AS ESTRATÉGIAS DE UM DONO DE BOTEQUIM DURANTE A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>4. “NÃO PINGA, MAS NÃO SECA”: A PLASTICIDADE DE UMA BIROSCA DE FAVELA EM TEMPOS DE “GUERRA” E “PAZ” .....</b>	<b>83</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>106</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Entre 2008 e 2014, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instalou 38 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas da Região Metropolitana do estado com o objetivo de enfraquecer a presença ostensiva de coletivos criminais, notadamente as facções do tráfico de drogas, e de reduzir os confrontos armados entre grupos rivais e entre eles e a própria polícia (Cano *et al.*, 2012). A política de pacificação, como ficou conhecida, foi a principal estratégia de um conjunto de medidas do executivo estadual para reorientar as ações de prevenção e repressão na Segurança Pública fluminense, entre as quais estavam também o Sistema Integrado de Metas (SIM) e os Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC) (Ganem Misse, 2014).

Essas iniciativas, segundo os discursos oficiais, buscavam desenvolver ações integradas de prevenção entre as polícias e reduzir o patamar da letalidade violenta no estado, cujas ocorrências são historicamente elevadas e concentradas em grupos sociais específicos (Cano e Ribeiro, 2007). Para parte da literatura, esses esforços estavam escritos em um quadro político mais amplo que procurava transformar a imagem do Rio de Janeiro de uma “cidade violenta” em uma “cidade de paz”, atraente a investimentos externos e propícia a sediar grandes eventos internacionais (Carvalho, 2014).

As duas primeiras localidades a atravessarem o processo de pacificação no Rio de Janeiro foram as favelas Santa Marta e Cidade de Deus. Em etnografias construídas nessas localidades, Palloma Menezes (2014) narra a experiência de indeterminação que acometeu moradores e traficantes de drogas quando, em novembro de 2008, após uma “incursão de rotina da polícia” (*idem*, p. 668), um grupo de policiais militares permaneceu indefinidamente nos territórios. A partir daquela ocasião, começaram a ser realizadas ações de repressão e de patrulhamento policial preventivo, algo até então incomum nesses lugares.

A incerteza vivida pelos moradores remete à inadequação de seus repertórios para decifrar a presença atípica das forças de segurança, dado que, por décadas, a ação habitual das polícias nas favelas consistiu na realização de operações pontuais, violentas e relativamente imprevisíveis<sup>1</sup>. Diante dessas circunstâncias, parte da população descreveu

---

<sup>1</sup> Carolina Grillo define esse padrão de ação das polícias fluminenses como “operações tópicas” e argumenta que “(...) tais métodos de combate ao crime e às drogas baseiam-se no fato de que não há fiscalização policial regular em determinados locais da cidade, de modo que a presença da polícia ocorre apenas por meio de operações esporádicas e relativamente imprevisíveis. (...) Essas operações fundamentalmente



o momento como equivalente à “entrada em um túnel escuro” (ibidem), o que, segundo a autora, motivou um “processo de investigação” coletivo com o intuito de apreender a nova situação. À medida em que a “nuvem de especulação” (idem, p. 669) sobre a novidade se dissipou nos territórios, ocorreu o que Menezes chamou de “rotinização da UPP” (idem, p. 673) – uma reconfiguração intensiva do cotidiano, da sociabilidade e dos problemas públicos locais.

Nos meses seguintes, ao ser expandida para outros pontos do Rio de Janeiro, a política de pacificação inauguraria também uma nova conjuntura na relação entre as polícias e os espaços populares na cidade, bem como reposicionaria o lugar das favelas no ordenamento social fluminense (Machado da Silva, 2015). Diante disso, e de modo análogo aos moradores do Santa Marta e da Cidade de Deus descritos por Menezes (2014), diferentes pesquisadores tomaram a UPP como objeto de análise, desenvolvendo seus “processos de investigação” através de pesquisas de opinião (CESeC/Ucam, 2010) e de percepção (Burgos *et al.*, 2011), de etnografias (Ost, 2012; Machado, 2013; Cavalcanti, 2013; Leite, 2014; Menezes, 2014; Mesquita, 2014; Davies, 2014) e de avaliações de impacto (Ferraz; Ottoni, 2013; Monteiro, 2013; Ribeiro, 2013; Cano *et al.*, 2012), dentre outras produções, com o objetivo de apreender o fenômeno, suas singularidades e seus principais desdobramentos<sup>2</sup>.

Na vasta bibliografia produzida sobre tema, há um relativo consenso de que a política de pacificação pode ser encarada como uma rubrica sobre a qual estavam assentadas diversas ações governamentais para as favelas – desde a ocupação policial do território até as iniciativas voltadas para a formalização dos pequenos negócios, passando pela realização de obras urbanas, pela instalação de equipamentos públicos e pela criação de programas sociais para crianças e adolescentes. Em uma comunicação seminal sobre o tema, Antônio Rafael Barbosa (2012) decompôs as UPPs em três características principais: a territorialidade, que se referia à ocupação policial do território e ao controle da circulação de pessoas e objetos; a estética da ordem, que atualizava a normalização política e comportamental nas favelas; e a “forma institucional” da pacificação, uma

---

causam danos aos traficantes e enfraquecem sua capacidade de resistir, ajustando o valor do suborno ou extorsão, também conhecido como *arrego*” (Grilo, 2016, p. 06, grifo da autora, tradução livre).

<sup>2</sup> A lista de trabalhos acadêmicos nas Ciências Sociais sobre a experiência das UPPs é muita vasta, heterogênea e aberta. Destaquei aqueles desenvolvidos nos anos iniciais do programa com o objetivo de ressaltar o volume e a diversidade de produções que se seguiram às primeiras ocupações de favelas. Para os interessados em saber mais sobre o tema, sugiro exemplares de três abordagens diferentes: o dossiê sobre UPP publicado na Revista Dilemas e organizado por Machado da Silva e Leite (2014), a avaliação do programa produzida por Cano *et al.* (2012) e a perspicaz leitura de Miagusko (2016) sobre os efeitos circulatório da pacificação na Baixada Fluminense.

expressão cunhada pelo autor para sintetizar as “intervenções e saberes de toda espécie” (p. 261), dentre as quais as medidas de assistência social, de desenvolvimento urbano e de “acoplamento com o mercado” (ibidem).

Os primeiros anos de funcionamento das UPPs no Rio de Janeiro representaram, de fato, um momento de rara convergência entre intervenções públicas e privadas direcionadas a um conjunto de favelas da cidade. Essa intensa convergência de investimentos transcorreu de forma simultânea a um aumento expressivo no fluxo de visitantes nos “territórios pacificados”, especialmente naqueles localizados na Zona Sul carioca, reconfigurando provisoriamente o imaginário da “cidade partida” (Ventura, 1994) e atribuindo às favelas uma posição privilegiada na narrativa da “virada” do Rio de Janeiro (Urani; Giambiagi, 2011). A “abertura” das localidades pacificadas foi impulsionada também por agenciamentos públicos e privados em torno do “turismo de favela” – considerado “exótico”, mas naquele momento “seguro” (Freire-Medeiros, 2013). Isso acelerou o processo, já em curso, de transformação do estigma da favela em sua marca (Freire-Medeiros, 2007).

Como analisado por Leite (2015), parte importante dessas injunções mobilizava a linguagem da “inclusão produtiva” e do “empreendedorismo” para engajar moradores de favela em um projeto governamental de desenvolvimento socioeconômico avalizado pelo controle policial. Para a autora, isso representava um giro no tratamento estatal às desigualdades urbanas – da linguagem dos direitos para as formas empresariais de gestão. Pensado principalmente a partir do ângulo dos moradores, esse cenário pode ser lido também na chave da “condição de possibilidade” da produção de negócios em favelas: uma vez suspensa a rotina de tiroteio, donos de negócios locais aproveitaram o fluxo de pessoas externas para investir em seus estabelecimentos (não apenas no sentido econômico-financeiro) com o objetivo de obter renda, de ascender socialmente e de construir futuros possíveis. Nesse sentido, a política de pacificação engendrou promessas não apenas para os conflitos da cidade, como também para os dilemas de famílias de trabalhadores urbanos.

Entretanto, após um período inicial marcado pela focalização de investimentos públicos e privados nos territórios pacificados, pela redução nos indicadores criminais e por um aumento no sentimento de segurança na cidade (Cano, Borges e Ribeiro, 2012), a política de pacificação começou a apresentar sinais de desgaste. A partir de 2015, e mais aceleradamente depois de 2017, a presença de policiais nas favelas passou a representar a virtualidade de um confronto armado com traficantes de drogas, e o cenário construído

nos anos anteriores, de “integração à cidade”, entrou em crise. Os Jogos Olímpicos de 2016, última etapa do ciclo dos megaeventos no país, se tornou para boa parte dos moradores de favela o marco simbólico para o encerramento de um conjunto de políticas públicas construídas ao longo de quase uma década. Em termos de expectativa de futuro, aquilo que era considerado um horizonte se transformava em limite.

O desmanche de um conjunto de intervenções sobre as favelas enrijeceu a histórica segregação que separa “morro” e “asfalto” no Rio de Janeiro – afastou os investimentos formais, arrefeceu o fluxo de visitantes e reconfigurou as “estratégias de vida” (Machado da Silva, 2018) daqueles que apostaram no desenvolvimento econômico das favelas cariocas. Esse aspecto, em particular, suscita a discussão em torno da capacidade das políticas públicas de produzirem horizontes de expectativa e de construção de futuro, especialmente, dentre aqueles que são seus beneficiários. Em se tratando de política de pacificação, compreender esses reveses desde o cotidiano e as experiências individuais pode levantar novas hipóteses sobre a relação entre as formas contemporâneas de “ganhar a vida” e as transformações urbanas nas “margens” da cidade (Das e Poole, 2004).

Nesse sentido, este trabalho procura reconstruir o percurso das UPPs no Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva local e situada. Recorro às percepções de donos de bares da favela Chapéu Mangueira, no bairro do Leme, na Zona Sul da capital fluminense, com o objetivo de matizar as dimensões econômica e social da política de pacificação – suas promessas, desenganos e desigualdades. Esse exercício busca também ressaltar a diversidade de “estratégias de vida” (Machado da Silva, 2018) de moradores e comerciantes de favelas – isto é, como eles responderam aos mais variados cenários sociopolíticos na última década no Rio de Janeiro. Ao mergulhar na perspectiva individual, procuro ampliar o escopo analítico sobre a relação entre mundo popular, trabalho e governo, muitas vezes restrito às interpretações sociológicas que priorizam os processos de normalização ou de exploração do trabalho. Nesse sentido, a partir da noção de “produção social do negócio”, procuro positivar o pequeno negócio de favela, interpretando-o como um lócus de obtenção de renda e, também, de construção de horizontes de futuro.

Adicionalmente, a abordagem centrada no comerciante e no seu negócio, permite revisitar o lugar do botequim no interior dos estudos urbanos. Em “O significado do botequim”, Machado da Silva (2016) argumentava que, fornecendo bases informais de integração à nova ordem socioeconômica, essa modalidade de casas de bebida

representou um suporte importante para parte da classe trabalhadora brasileira na passagem para uma sociedade urbano-industrial. No presente, em suas diferentes versões (boteco, pé-sujo etc.), a vida social do bar também joga luz sobre a “gentrificação” de áreas populares, a reestruturação produtiva no setor de serviços, o avanço da mercantilização da experiência, dentre outros temas. Apesar de certo desinteresse acadêmico, o botequim pode operar como um objeto heurístico relevante para a compreensão de processos e relações sociais nas cidades.

Procurei responder a principal questão deste trabalho através da reconstrução analítica das trajetórias de vida de dois donos de bares da favela Chapéu Mangueira. David Bispo, 49 anos, é dono de um boteco premiado em concursos gastronômicos, enquanto Anna Durona, 50, é dona de uma birosca de favela que funciona em horários intermitentes. Entre dezembro de 2018 e outubro de 2020 mantive contato estreito com ambos e realizei inúmeras sessões de entrevista com o intuito de compreender como fizeram para – cada um a seu modo – preservar e/ou ampliar seus negócios diante das mudanças conjunturais na relação entre “favela” e “cidade” no Rio de Janeiro.

O recurso à trajetória de vida se mostrou uma estratégia metodológica relevante na medida em que priorizei observar os processos de integração social da política de pacificação de favelas a partir de sua relevância para a produção da vida cotidiana e para a construção de horizontes de expectativas de pequenos comerciantes. É importante registrar, entretanto, que não interpreto os dois casos como representativos de quem são os moradores do Chapéu Mangueira ou os donos de bares de favelas. Ao contrário, o principal critério adotado para selecioná-los foi a singularidade de suas experiências à frente de seus negócios.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, introdutório, apresento a construção do problema de pesquisa (1.1) e a metodologia utilizada na execução do trabalho (1.2). De início, reconstruo o meu percurso acadêmico entre a conclusão da graduação e o ingresso no mestrado com objetivo de expor as transformações no enquadramento analítico que dou à relação entre trabalho, favela e governo no Rio de Janeiro. Na seção seguinte, descrevo o trabalho de campo no Morro da Babilônia (1.2.1) e a relação estabelecida entre mim e os meus interlocutores. Concluo a Introdução elaborando as razões que concorreram para a eleição da trajetória de vida como a estratégia mais profícua para o desenvolvimento dessa pesquisa (1.2.2).

No segundo capítulo, apresento brevemente a favela Chapéu Mangueira com o intuito de situar o leitor na temporalidade e espacialidade sociais em que estão inscritas

as trajetórias aqui analisadas. Na primeira seção (2.1), utilizando um vídeo do “blog da pacificação”, recupero parte das transformações experimentadas na favela após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2009. Em seguida, a partir das minhas observações de campo (2.2), narro a desestruturação dessa política com foco na redução do fluxo de visitantes e na reorganização dos pequenos negócios. Mobilizando o contraste entre duas temporalidades, a pacificação e seu desmanche, procuro examinar as respostas de donos de bares às mudanças no tratamento público dado às favelas.

As trajetórias de David Bispo e de seu boteco são reconstruídas no terceiro capítulo. Filho de uma liderança histórica do movimento de favelas no Rio de Janeiro, David abriu um bar na favela meses após a instalação da UPP. Em pouco tempo, seu negócio se tornou um ponto turístico na cidade, foi premiado em concursos gastronômicos e recebeu reconhecimento internacional. Entretanto, em aproximadamente dez anos, transformações políticas e econômicas fizeram com que as condições para o funcionamento de um boteco no Chapéu Mangueira fossem impulsionadas e posteriormente embargadas. Contornando os obstáculos ao seu negócio, em finais de 2019, David inaugurou uma filial em Copacabana – “não podia ficar expondo meu cliente a uma zona de violência só porque o estado trocou uma política de pacificação por uma de confronto”, me disse. Essa história é narrada tendo como fio condutor a participação do Bar do David no concurso gastronômico Comida di Buteco – desde sua estreia em 2011 até a saída da competição em 2019, passando pelo ápice do negócio em 2016, quando foi eleito o melhor boteco do país.

No quarto capítulo, analiso as trajetórias de Anna Durona e de sua birosca. Empregada doméstica há mais de trinta anos no bairro do Leme, Anna e o marido construíram uma birosca na parte de baixo da casa da família no Chapéu Mangueira, no início dos anos 2000. O negócio é uma construção diminuta: comporta apenas duas pessoas no lado de dentro do balcão e dispõe de um pequeno banheiro anexo. Nos primeiros anos, vendia hambúrguer e outras comidas; agora vende apenas “cerveja e cachaça, que é o que o povo gosta”, ela conta rindo. Ao longo de duas décadas, o dinheiro obtido com o negócio completou a renda familiar, financiou melhorias na casa e ajudou a “criar” filhos e netos. Com uma intensa plasticidade, a birosca se moldou aos diferentes momentos da vida de Anna e do Chapéu Mangueira, da “guerra” à pacificação, do nascimento dos filhos ao “período das doenças”, e segue na dinâmica do “não pinga, mas também não seca”.

Reconstruídas analiticamente, as trajetórias aqui apresentadas oferecem novas perspectivas sobre o percurso da integração social durante a política de pacificação, bem como sobre os dilemas da produção social de negócios por moradores de favelas. À título de conclusão, abordo dois pontos iluminados pelos itinerários de David e de Anna que podem ser relevantes para a renovação do conhecimento sociológico sobre o mundo popular: em primeiro lugar, com base na ideia de “ruínas da pacificação”, reflito sobre a perenidade das políticas públicas nas vidas individuais; e, em segundo lugar, mostro que a perspectiva daqueles que estão à frente de seus pequenos negócios revela experiências sociais e repertórios políticos ainda pouco explorados pela literatura acadêmica interessada nas transformações engendradas pelos dispositivos de governo nos modos de vida dos trabalhadores urbanos.

### **1.1 A construção do problema de pesquisa**

Esta dissertação de mestrado está inscrita em uma trajetória de investigação acerca da relação entre trabalho, favela e governo que tem início em minha monografia de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ICS/UERJ)<sup>3</sup>. A seguir, procuro elaborar o percurso trilhado desde então com o objetivo de expor a construção do problema de pesquisa e do enquadramento analítico adotados aqui. A premissa desse exercício é a de que, ao perseguir os meus interesses de pesquisa, dei forma simultaneamente a meu objeto analítico e a mim mesmo como pesquisador.

O trabalho que redigi, entre 2015 e 2016, procurava argumentar que o estímulo ao empreendedorismo em favelas pacificadas representava a expressão local de um longo processo de transformação na administração das “margens”<sup>4</sup>, que poderia ser interpretado tanto na chave da metamorfose do mundo do trabalho (Antunes, 2011), quanto na perspectiva da reconfiguração das políticas sociais (Vianna, 2000). Aquela monografia é devedora de um conjunto de produções que buscava compreender a política de

---

<sup>3</sup> O trabalho de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais foi orientado pela professora Marcia da Silva Pereira Leite. Uma versão dele pode ser vista em Gomes (2019).

<sup>4</sup> Segundo Veena Das e Deborah Poole (2004), as margens territoriais e sociais não devem ser encaradas como lugares de “ausência” do estado, mas territórios onde o estado se forma continuamente através de processos de redefinição do legal e do ilegal, do formal e do informal e do centro e da periferia. Conforme Edson Miagusko *et al.* (2018), em um momento histórico caracterizado pelo declínio do padrão universalista de regulação dos conflitos sociais, é ainda mais importante reconhecer que as práticas estatais participam da produção de regimes de governos variados e que as políticas de vida nas margens modelam também aquilo que entendemos como “Estado”.

pacificação de favelas no Rio de Janeiro para além do ângulo da segurança pública. Entre as minhas principais referências acadêmicas, estavam os trabalhos de Marcia da Silva Pereira Leite (2012a, 2012b, 2014, 2015), para quem a política de pacificação podia ser pensada a partir de dois eixos: em um deles, a polícia pacificadora operaria como um *dispositivo de disciplinarização* da favela e dos “favelados violentos” através do controle social repressivo e da militarização do território; no outro, a UPP atuaria como um *dispositivo de normalização* dos trabalhadores por meio de agenciamentos de inclusão produtiva com foco em empreendedorismo (Leite, 2015). Interligadas entre si, ambas as dimensões buscariam produzir um novo “regime territorial” (Ibidem) para parte das favelas cariocas<sup>5</sup>, em consonância às dinâmicas mais amplas de reestruturação do Rio de Janeiro como “cidade-empresa” e de sua preparação para sediar megaeventos internacionais e esportivos (Cunha e Mello, 2011; Leite, 2012a; Barbosa, 2012; Ribeiro e Santos Jr., 2013; Barreira, 2013).

A política de pacificação de favelas no Rio de Janeiro se estruturou a partir de um conjunto de intervenções complementares à ocupação policial que, segundo seus operadores, buscava facilitar a integração das favelas à cidade, “levando cidadania a locais em que o Estado esteve historicamente ausente”<sup>6</sup>. Esse esforço se traduziria em medidas para reverter “a vulnerabilidade social” e reduzir a “informalidade” desses espaços, especialmente em termos de ocupação do solo urbano e de inserção no mercado de trabalho, o que funcionaria também como uma estratégia de “prevenção à criminalidade” local. Esse processo foi denominado por Lia Rocha e Monique Carvalho (2018) como o “Social da UPP” – em referência direta a sua face mais proeminente, o Programa UPP Social<sup>7</sup>, mas de maneira a demarcar a heterogeneidade e o prolongamento do fenômeno<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> A pacificação representava um novo “regime territorial” porque seria distinto do padrão histórico e oposto ao que ainda vigorava nas demais localidades populares. Nesse último caso, outros trabalhos identificaram à época diferentes dinâmicas territoriais em favelas e bairros pobres no Rio de Janeiro, como a “lógica remocionista” em parte da Zona Oeste da cidade (Magalhães, 2019); as representações em torno da “migração da criminalidade” na Baixada Fluminense (Miagusko, 2016); e a experiência de “tranquilidade” e “progresso” em áreas de milícia (Araújo Silva, 2017).

<sup>6</sup> Essas frases foram coletadas em uma conversa informal com um comandante de uma UPP em trabalho de campo realizado em 2014 para uma pesquisa sobre o uso da força na polícia, coordenada pelo professor Ignacio Cano. Embora as frases tenham sido ditas por um agente local, coincidem em forma e conteúdo com declarações de pessoas-chaves da política de pacificação, entre elas o seu idealizador e então Secretário de Segurança José Mariano Beltrame (2007-2016).

<sup>7</sup> O Programa UPP Social passou por diversas fases e assumiu diferentes nomes até o seu encerramento em 2016. Para a cronologia e os detalhes desses processos, veja os trabalhos de Daniel Ganem Misse (2013) e de Maria Isabel Couto (2016).

<sup>8</sup> Maria Isabel Couto (2016) elenca, a título de exemplo, algumas das iniciativas desenvolvidas em favelas durante a política de pacificação, afora o próprio UPP Social e seu congênere, o Territórios da Paz. São

A “cidadania” que essas iniciativas pretendiam “levar” até os moradores de favela, no entanto, parecia estar ancorada menos no horizonte dos direitos e da política e mais em formas empresariais de gestão (Rocha; Carvalho, 2018). Uma característica dessa tendência seria a centralidade que a noção de empreendedorismo<sup>9</sup> adquiriu entre os projetos sociais em favelas, seja no eixo de qualificação profissional para o mercado de trabalho ou no núcleo das consultorias e apoio aos pequenos negócios locais. Em ambos os casos, um dos principais indutores e moduladores dessa abordagem era o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae<sup>10</sup> (Leite, 2015).

As premissas adotadas por boa parte das ações no entorno das UPPs se apoiavam em uma concepção da “questão social” que suplantava os padrões normativos da “sociedade salarial” (Castel, 1998), uma vez que a forma proposta para a regulação dos conflitos sociais não se sustentava mais na ideia de “proteção do trabalho institucionalizada em bases universalistas” (Machado da Silva, 2002). Considerando o cenário brasileiro, essas iniciativas pareciam também se afastar da noção de cidadania pactuada na Constituição de 1988, cujo repertório histórico remete às inúmeras experiências nacionais de mediação política de conflitos socioeconômicos – as quais Esping-Andersen (1990) se refere como processos de “desmercantilização” do trabalho. Em outras palavras, a resposta estatal às reivindicações dos moradores de favela por cidadania, trabalho e direitos sociais parecia secundarizar a perspectiva da proteção social em favor do que vinha sendo chamado de inclusão produtiva, algo que indicava a imbricação crescente entre política, gestão e mercado no tratamento dispensado à desigualdade social no Brasil (Abílio, 2011).

---

intervenções diversas como os projetos Morar Carioca e PAC Favelas, voltados para questões habitacionais e urbanas; o Light Recicla, o Comunidade Eficiente e a Empresa Bacana, relacionados à distribuição de energia e à formalização de pequenos negócios; o Rio em Forma Olímpica, o SESI Cidadania, a FLUPP e o Favela Criativa, que atuavam nos campos da saúde, da educação e da cultura; além de dezenas de outras iniciativas de menor visibilidade, com escopos e abrangências variadas. Até mesmo antigos projetos sociais buscaram ajustar os seus objetivos ao novo enquadramento, o que explicitaria a função catalizadora desempenhada pelas UPPs (Couto, 2016).

<sup>9</sup> No início dos anos 2000, Machado da Silva (2002) argumentava que o “quase-conceito” informalidade teria sido praticamente substituído pelas categorias empregabilidade/empreendedorismo, “que busca[m] reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança” (idem, 81). Thiago Brandão (2020), investigando essa noção em duas chaves distintas, como categoria analítica e nativa, procura reconstituir o que denomina como processos de “des-identificação empírica” do empreendedorismo, o que o tornaria aplicável a “qualquer coisa” contemporaneamente.

<sup>10</sup> Sebrae é uma instituição privada que atua no Brasil promovendo a “competitividade” e o “desenvolvimento sustentável” de negócios de micro e pequeno porte (com faturamento anual de até 4,5 milhões de reais). Nas últimas décadas tem sido uma das principais agências propagadoras da noção de “empreendedorismo” e da “formalização” de negócios no país. No Rio de Janeiro, recentemente, foi um parceiro frequente dos governos locais para a criação e o desenvolvimento de políticas de “inclusão produtiva”. Para saber mais, ver: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em 05 de março de 2019.



A difusa concepção de inclusão produtiva, que orientou parte dos dispositivos desenvolvidos em favelas pacificadas, pode ser mais bem entendida em um documento produzido em 2011 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Barros; Mendonça; Tsukada, 2011). Para os autores, a atuação do “Estado” na promoção da “inclusão produtiva” deveria se concentrar na garantia do pleno acesso dos trabalhadores às oportunidades ofertadas pela iniciativa privada. Os autores advertem que a qualidade das oportunidades disponibilizadas pelo “mercado” e a acessibilidade a elas promovida pelo “Estado” são condições necessárias, mas insuficientes para que a “inclusão produtiva” seja bem-sucedida. Segundo eles, há outro elemento *sine qua non*: o esforço individual dos trabalhadores pobres para aproveitar plenamente as oportunidades e, assim, sair da pobreza através da “porta” construída pela parceria entre “Estado” e “mercado”<sup>11</sup>.

Ao analisar essas premissas e cotejá-las com os discursos dos principais idealizadores da política de pacificação, Leite (2015) afirma que os dispositivos da pacificação para a “inclusão produtiva” visavam a produção de um “novo favelado”<sup>12</sup> como possibilidade de alteração do lugar de “margem” das favelas na cidade. Para torná-las “territórios seguros para a cidade” (Leite, 2015, p. 392), essas iniciativas buscavam retirar seus moradores da órbita da “violência urbana”, transformando-os em agentes e beneficiários do “mercado”. Em um tempo em que “a ‘alma’ do cidadão entrou de forma direta no discurso político e na prática de governos” (Rose, 1988, p. 31), a positivação da informalidade do trabalho através da “inclusão produtiva” e da “cultura do empreendedorismo” representaria uma aposta política para os atores interessados na transformação do principal símbolo da informalidade/ilegalidade urbana no Rio de Janeiro.

A partir desse acúmulo, dediquei-me a refletir sobre as possíveis conexões entre a inflexão nas políticas de inclusão social para os moradores de favelas no Rio de Janeiro e o amplo e contraditório processo econômico que dinamiza o regime de acumulação capitalista há mais de três décadas no Brasil (e que parte da literatura nas Ciências Sociais denominou de neoliberalismo). Em um contexto de submissão dos orçamentos públicos

---

<sup>11</sup> Segundo os autores do documento, “oportunidades não são serviços dos quais podemos passivamente nos beneficiar [...] para serem efetivas, as oportunidades requerem protagonismo, esforço e perseverança, sem o que não é possível alcançar sucesso na inclusão produtiva” (Barros; Mendonça; Tsukada, 2011, p. 08).

<sup>12</sup> A referência da autora nesse ponto é o pensador e comunista italiano Antonio Gramsci e sua leitura sobre “novo homem” do *aggiornamento* fordista.

à financeirização da economia, as políticas públicas não mais figurariam como possibilidade de transformação das desigualdades sociais, mas, ao contrário, teriam se transformado no que Francisco de Oliveira (2003) denominou como “antipolíticas de funcionalização da pobreza” (Idem, p. 11). Ao mesmo tempo, o declínio dos valores sociais em torno do assalariamento seria ressignificado, por agentes de governo, por meio de “processos de legitimação ideológica da fragmentação social” (Machado da Silva, 2000, p. 48). Desse ângulo, as iniciativas sociais da pacificação buscariam inscrever o empreendedorismo como uma espécie de “utopia favelada”<sup>13</sup> – o novo horizonte normativo para a ascensão social dos moradores de favelas.

\*

A elaboração do trabalho de conclusão da graduação, porém, suscitou em mim inúmeras outras questões, às quais busquei dar prosseguimento especialmente através da candidatura ao curso de mestrado. A primeira delas, talvez a mais importante, impunha desafios ao cerne das minhas conclusões: uma vez identificada certa racionalidade na concepção das políticas de estímulo ao empreendedorismo nos territórios pacificados, passei a questionar onde residiria a agência dos moradores e trabalhadores de favelas. Estariam todos eles, e da mesma maneira, atados aos novos ditames do mercado? Embora buscasse me atentar à porosidade das relações de poder, o tom do texto que escrevi parecia supor um funcionamento integral dos dispositivos de governo, o que desconsiderava tanto a capacidade de intervenção dos trabalhadores quanto as próprias contradições e limites que configuram as políticas públicas. Assumindo essa crítica, mas sem rejeitar a bagagem adquirida anteriormente, coloquei como desafio de pesquisa me aproximar das micropolíticas que reestruturaram, na última década, a “integração social”<sup>14</sup> na capital fluminense.

Nesse ínterim, o tema das relações entre periferia, trabalho e mercado ganhou projeção nacional após a publicação da pesquisa “Percepções e valores políticos nas

---

<sup>13</sup> “Utopia favelada” é uma referência direta à noção de “utopia brasileira”, de Adalberto Cardoso (2010), para quem as relações salariais formais se constituíam como a principal expectativa dos trabalhadores brasileiros, embora boa parte deles estivessem objetivamente apartados desse horizonte. A sua alusão aqui é um recurso textual para ressaltar as ambições dos dispositivos de governo para favelas centrados na “cultura do empreendedorismo”.

<sup>14</sup> A integração social é pensada aqui tanto como um recorte disciplinar sobre determinados elementos e dinâmicas sociais (uma questão sociológica) quanto como um processo histórico e social, centrado no assalariamento e no planejamento urbano, que se reconfigurou intensamente no final do século XX, assumindo contornos de “integração fragmentada” (Machado da Silva, 2019).

periferias de São Paulo”, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA)<sup>15</sup>. O resultado desse trabalho indicara a existência de um “liberalismo das classes populares” nas periferias paulistanas e suscitou um grande debate entre acadêmicos e militantes de movimentos sociais<sup>16</sup>. Segundo a pesquisa, havia entre os moradores de periferia (a) uma “sobrevvalorização do mercado em detrimento do Estado”; (b) uma valorização do mérito como meio de ascensão social (esforço individual para superar as barreiras postas pela desigualdade e “chegar lá”); e (c) uma valorização do empreendedorismo que ressignificaria o trabalho informal (como “ser patrão” e/ou “produzir algo de forma autônoma”).

Apesar de oferecer elementos empíricos para pensar as mudanças valorativas nas grandes cidades brasileiras, esse estudo assumia uma visão sobre as periferias e seus moradores que possuía contornos mais crítico-normativos do que analíticos. Em um trabalho publicado na Revista Ensaio, Marcia Leite e eu (Leite; Gomes, 2019)<sup>17</sup> argumentamos, em diálogo com aquela publicação, que compreender as novas percepções populares exigia compreender também o *processo de produção* de territórios de “margem” como “territórios de negócios” (Leite, 2015)<sup>18</sup>. À época, apontávamos para uma agenda de pesquisa que tematizasse a influência dos dispositivos de governo forjados nas últimas décadas (vinculados à implosão do mundo do trabalho regulado e relativamente protegido) sobre a percepção dos moradores de favelas e periferias. A nosso ver, isso permitiria apreender de forma mais produtiva as tensões que caracterizavam nas camadas populares o entrelaçamento dos “espaços de experiência” aos “horizontes de expectativa” (Koselleck, 2012)<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> A FPA é ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT). A pesquisa foi motivada pelos resultados eleitorais do pleito de 2016 e teve como questão central compreender por que os moradores das periferias paulistas não votaram no PT. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA.pdf>. Acesso em julho de 2017.

<sup>16</sup> Boa parte dos comentários formulados sobre os resultados era crítico às abordagens da pesquisa. Ver os posicionamentos de Gabriel Feltran (2017), Roberto Dutra (2017), Marcio Pochmann (2017) e Alana Moraes *et al.* (2017).

<sup>17</sup> O artigo foi publicado apenas em 2019, mas uma primeira versão foi produzida em 2017 e apresentada no Grupo de Trabalho (GT) “Trabalho, desigualdade e pobreza” do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), realizado no Rio de Janeiro, em agosto daquele ano.

<sup>18</sup> A expressão “território de negócios” foi elaborada por Marcia Leite para interpretar os processos em cursos em algumas favelas cariocas. Seu sentido pode ser apreendido através da seguinte passagem: “A gestão de territórios e populações sob as UPPs constitui uma modalidade de governo dos pobres que envolve uma articulação, inscrita territorialmente, de diferentes poderes: arranjos de tecnologias de segurança que recombina diferentes elementos – técnicas, estruturas institucionais e formas materiais desses poderes, conferindo-lhes um novo sentido. No caso, viabilizando a reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, e também algumas de suas favelas, em territórios de negócios para o mercado” (Leite, 2015).

<sup>19</sup> O recurso às categorias engendradas por Koselleck (2012) está relacionado ao empreendimento de discutir algo como o “tempo histórico” das favelas pacificadas. Nesse caso, “experiência” e “expectativa” são sugestivas porque entrecruzam o passado e o futuro, o individual e o coletivo. As diferenças entre elas,

Foi perseguindo esse objetivo que iniciei, no âmbito do Projeto “Territorialidades, Estado e Mercado” (sob orientação de Marcia Leite e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ), o trabalho de campo nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, no bairro do Leme, em 2017. A escolha por essas favelas se justificava pela quantidade e intensidade dos diversos agenciamentos para os mercados ali desenvolvidos após a instalação da UPP, em 2009. De caráter exploratório, essa pesquisa foi anterior ao ingresso no mestrado, e me ajudou a modular a proposta enviada à banca de seleção. À época, as UPPs mostravam fortes sinais de desgaste com a retomada dos confrontos armados entre traficantes de drogas e policiais militares. Pequenos negociantes locais se mostravam preocupados com os tiroteios e com a queda no fluxo de visitantes nas favelas. Além disso, a retração da economia no país, especialmente no Rio de Janeiro, diminuiu a distribuição de recursos públicos para as políticas de inclusão social. Na medida em que comecei a me situar nesse cenário, o objetivo de investigar a relação entre as políticas de “inclusão produtiva” e as subjetividades dos moradores deu lugar à descrição e análise das dificuldades enfrentadas por aqueles que apostaram na condição favorável aos negócios aberta pela pacificação, e que agora se encontravam em uma situação de obstáculos recompostos.

Reorientei as estratégias de campo para tentar conhecer algo que poderia ser nomeado como “percursos do fracasso”, isto é, os obstáculos que se antepuseram à tentativa de moradores de favela em se tornarem empreendedores bem-sucedidos. Busquei identificar reveses contingentes, como problemas de documentação, de crédito, de contratação de pessoal, de remoção do imóvel, de presença do tráfico de drogas ilícitas, entre outros, que, juntos, fragilizavam as promessas de desenvolvimento local construídas nos anos anteriores. Com esse movimento, eu deixava de atribuir centralidade analítica aos entraves de caráter estrutural, representados através de categorias abrangentes como “classe”, “Estado” e “neoliberalismo”, mais presentes na minha monografia de bacharelado.

Essa abordagem, até então intuitiva, ganhou corpo e nome a partir da leitura do trabalho de Carly Machado *et al.* (2018) sobre as articulações entre militares e lideranças religiosas na ocupação do Complexo do Alemão pelo Exército brasileiro em 2011 e 2012. Descrevendo a aliança entre projetos morais distintos, os autores buscaram inspiração na chamada “sociologia do fracasso” de Jeff Malpas e Gary Wickham (1995) para analisar

---

segundo o autor, remetem a uma característica estrutural da história, e é justamente a tensão que caracteriza esta desigualdade que permite a criação de outros “tempos históricos”.

as fragilidades e os conflitos da parceria entre força militar e religião em um conjunto de favelas do Rio de Janeiro.

A perspectiva do “fracasso” se fundamenta em dois aspectos principais: o primeiro está relacionado à tentativa de conferir lugar às fissuras, ao inesperado e ao conflituoso na análise dos processos sociais, especialmente daqueles que implicam relações de poder. Parte-se da premissa de que, mesmo arrojados e eficientes, os dispositivos de governo se mantêm perenes e, portanto, abertos a resistências, a ressignificações e a insucessos. Em segundo lugar, como desdobramento do primeiro ponto, o “fracasso” é interpretado nessa abordagem não como uma anomia ou um problema, mas como expressão da vida social por meio da qual se recriam sentidos e sociabilidades<sup>20</sup>.

A partir daí, passei a encarar o meu trabalho como posicionado no limiar entre as promessas rebaixadas de inclusão e seu mais recente debacle conjuntural no Rio de Janeiro. Parafraseando Cibele Rizek e Maria Célia Paoli (2007), me propus ouvir as interpretações que ecoavam entre as ruínas da pacificação, confiante de que isso poderia ajudar a perceber, a partir de processos de redefinições e desagregações, diagramas de relações “que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais [podemos] perceber a pulsação do mundo social” (Telles, 2006, p. 175).

\*

Em 2018, fui aprovado no mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ) com uma proposta de pesquisa que se apoiava em relatos e observações recolhidas durante o trabalho de campo preliminar no Chapéu Mangueira e na Babilônia. Eram principalmente histórias de pessoas afetadas pelas transformações socioeconômicas introduzidas pela UPP. Intitulado “empreendedorismo nas ‘margens’: trabalho e cidade na gestão da sobrevivência”, o projeto tinha como objetivo compreender em que medida as inflexões na relação entre estado e favela, produzidas pelo percurso recente da pacificação,

---

<sup>20</sup> Nas ocasiões em que apresentei o desmanche da pacificação a partir desse ponto de vista, ouvi de diversos colegas que talvez o objetivo das UPPs fosse servir como anteparo dos conflitos urbanos durante o ciclo dos megaeventos esportivos e que, portanto, a sua descaracterização não seria sinal de fracasso, senão de sua própria finalidade. A meu ver, essas visões não são necessariamente inconciliáveis. A leitura da “finalidade” é bastante plausível, especialmente sob o ângulo da denúncia contra a precariedade das políticas públicas. Ela se enfraquece, entretanto, na medida em que ancoramos a abstração no nível da rotina. Em termos sociológicos, é remota a possibilidade de que inúmeros funcionários de governo realizassem seu trabalho ao longo de anos com expectativas tão circunscritas sobre seus resultados, o que a meu ver dá corpo à perspectiva do “fracasso”.

influenciavam as percepções de donos de negócios sobre os conflitos sociais e urbanos no Rio de Janeiro.

Entretanto, tão logo ingressei no mestrado, o objeto da pesquisa assumiu novos contornos. Dois fatores foram decisivos para isso: a própria experiência na pós-graduação, que me rendeu interlocuções acadêmicas valiosas e ampliou meu arcabouço teórico-conceitual, e uma experiência profissional como assistente de pesquisa da Fundação Perseu Abramo.

Em 2018, integrei uma equipe de pesquisadores contratada pela FPA para realizar um estudo nacional sobre informalidade e trajetórias de vida entre trabalhadores brasileiros<sup>21</sup>. Embora não seja possível asseverar, há grandes indícios de que essa iniciativa procurava responder àquelas críticas recebidas anteriormente ao trabalho sobre as periferias paulistas. A pesquisa era parte do Projeto Reconexão Periferias, cujo objetivo principal é reaproximar a militância e os dirigentes do Partido dos Trabalhadores das camadas populares urbanas. Com a intenção de analisar diversas dimensões da vida nas periferias, quatro trabalhos foram conduzidos no bojo deste projeto, dentre os quais uma análise das trajetórias dos trabalhadores informais. Coordenada pela socióloga Ludmila Abílio, a investigação sobre a informalidade contou com pesquisadores das cinco regiões do país e realizou mais de trinta entrevistas com manicures, motoboys, vendedores ambulantes, trabalhadoras domésticas, trabalhadores da construção civil, entre outras ocupações informais. Na capital do Rio de Janeiro, eu e Beatriz Pereira dos Santos entrevistamos um vendedor de camisetas estampadas no Mercado Popular Uruguaiana (conhecido como camelódromo) e uma ambulante vendedora de bebidas<sup>22</sup>.

A partir da compilação e análise dos achados regionais, o relatório final do trabalho apontou para um caminho diferente da ideia de “liberalismo das classes populares”. Em função de escolhas teórico-metodológicas, houve um deslocamento de foco entre uma produção e outra da FPA: da percepção dos moradores de periferias sobre o “Estado” e o “mercado” para as experiências adversas de obtenção de renda dos trabalhadores informais. A crítica política às camadas populares, presente no relatório

---

<sup>21</sup> Ressalto essa experiência profissional aqui, pois ela introduziu novos elementos ao desenho final desta dissertação: em primeiro lugar, apresentou-me a possibilidade de fazer uma análise a partir de trajetórias de vida, algo que não considerava até então; em segundo lugar, por me inspirar cautela quanto aos riscos de assumir um tom de denúncia ao descrever a vida dos trabalhadores.

<sup>22</sup> Eu e Beatriz dos Santos enviamos uma análise preliminar das entrevistas para a coordenação da pesquisa e utilizamos o material recolhido em três produções distintas (Santos e Gomes, 2019a; 2019b; 2019c). Esses trabalhos buscavam, respectivamente, colocar a informalidade em perspectiva a partir da relação entre política, trabalho e cidade, refletir sobre a ideia de que os trabalhadores “preferem” a informalidade e discutir formas de organização dos trabalhadores camelôs a luz das teorias do reconhecimento.

anterior da Fundação, deu lugar a uma espécie de “sociologia da exploração”<sup>23</sup>. O argumento geral do texto ressaltava um amplo e intenso processo de exploração do trabalho e de precarização da vida nas cidades. Uma das expressões utilizadas para apreender as condições de vida dos trabalhadores informais era justamente “gestão da sobrevivência”, a qual eu também recorria no título do meu projeto de dissertação.

O emprego da expressão naquele contexto, entretanto, me alertou para os riscos de sintetizar as experiências de vida dos trabalhadores a partir de categorias estranhas (e às vezes contrastantes) ao seu próprio léxico. Embora talvez seja eficiente para publicizar a situação atual do mercado de trabalho no Brasil – pois ressalta a combinação de técnicas sofisticadas de controle do tempo com condições adversas de vida – essa expressão carrega muitos pressupostos e aplicá-la a trajetórias diversas poderia comprometer a acuidade das análises. Apoiado nessas reflexões, optei por declinar do uso de “gestão da sobrevivência”, e também de “empreendedorismo”, para explorar categorias mais enraizadas à vida local naquele momento, e isso me abriu novas veredas analíticas.

Mais do que uma simples substituição de palavras, esse movimento representou uma virada no enquadramento do trabalho de pesquisa: o foco da atenção migrou do funcionamento dos dispositivos de governo para as ações de comerciantes de favelas. Nesse giro de perspectiva, as lições que Mariza Peirano (1995) organizou sobre o ofício etnográfico foram decisivos para fundamentar a minha abordagem. Revisitando clássicos da antropologia como Malinowski e Evans-Pritchard, a autora argumenta que a vitalidade de uma pesquisa compreensiva está associada em parte a sua capacidade de incorporar a tensão intrínseca entre os pontos de vista acadêmico e “nativo”. A premissa é a de que o árduo e arisco diálogo entre saberes distintos produzirá, através da mediação do pesquisador, novos conhecimentos sobre os fenômenos sociais investigados – ou ao menos permitirá elaborar as divergências e as ambiguidades perenes.

\*

Com o olhar informado por esse acúmulo, revisei as minhas notas sobre o Chapéu Mangueira e a Babilônia produzidas a partir de observações e interlocuções de anos anteriores. Esse processo de releitura do caderno de campo apontou para aspectos até então poucos explorados, dentre os quais, os marcadores de diferença entre um tipo específico de negócio local: os bares da favela. Identifiquei nos meus registros de 2017 que, em um domingo do mês de março, próximo à hora do almoço, as cadeiras de dois

---

<sup>23</sup> Agradeço ao amigo Tiago Magaldi por me apresentar essa expressão em nossas interlocuções.

bares vizinhos iam sendo ocupadas por clientes – as do Bar do David por pessoas que vinham “de baixo”, do bairro, enquanto as do Bar do Cebinho por pessoas que vinham “de cima”, do interior do morro. Fisicamente, apenas a Padaria do Chapéu Mangueira separava os dois estabelecimentos. Em termos simbólicos, entretanto, havia diferenças significativas entre eles.

O Bar do David se tornou muito conhecido na cidade após ser premiado em mais de uma ocasião no concurso gastronômico Comida di Buteco, que reúne todos os anos estabelecimentos do gênero em uma disputa pelo melhor petisco do Brasil<sup>24</sup>. É um estabelecimento formalizado, especializado em frutos do mar, e que passou nos últimos anos por obras de expansão, de infraestrutura e de identidade visual. Em uma condição bastante distinta, o Bar do Cebinho vende “comida caseira” a preços populares e é conhecido na favela pelas qualidades culinárias de sua cozinheira, a esposa do proprietário. Possui estrutura simples e não dispõe de funcionários. Todo o processo é conduzido por pessoas da mesma família.

Ao rever esse achado, quase dois anos depois, fiz uma busca pelo nome dos dois bares na *internet* para confirmar se eles eram de fato contíguos. Curiosamente, apesar de dividirem a mesma calçada, o Bar do David e o Bar do Cebinho ostentavam endereços distintos no *Google Maps*. De acordo com a ferramenta virtual, o Bar do David ocupa o endereço “Ladeira Ary Barroso, loja 03”, embora esteja instalado algumas centenas de metros após o final dessa via, na Rua Dr. Vitorino. A Ladeira Ary Barroso materializa a fronteira porosa entre o bairro do Leme e a favela. Ela começa na esquina com a Rua General Ribeiro da Costa, paralela à Rua Gustavo Sampaio, e, na medida em que se aproxima do topo, os prédios de “classe média” vão rareando e começam a surgir as primeiras construções informais. O Bar do Cebinho, vizinho ao do David, aparece no mapa virtual inscrito na própria Dr. Vitorino, e é identificado como “bar de favela”.

O mapa estava desatualizado, não apenas pela inconsistência nos endereços, mas porque o Cebinho, depois de sofrer um acidente vascular cerebral em 2018, passou o seu bar para um casal de evangélicos que transformou o local em um restaurante sem venda de bebidas. A desigualdade na representação geográfica dos negócios, entretanto, reforçou em mim o entendimento de que havia pistas a serem exploradas nas diferenças

---

<sup>24</sup> Trata-se de uma competição de bares criada no final dos anos 1990, em Minas Gerais, para promover a culinária de botequins do estado, a que os organizadores nomeavam então como “cozinha de raiz”. Foi expandido para outras cidades a partir de 2008, entre elas o Rio de Janeiro, e em 2016 foi realizado o primeiro concurso nacional, no qual o Bar do David, inclusive, foi eleito o melhor boteco do país.



entre os bares do Chapéu Mangueira, o que progressivamente foi se transformando no objeto de pesquisa desta dissertação.

As distinções identificadas entre os negócios de David e de Cebinho pareciam configurar também interpretações distintas sobre a experiência como dono de negócio durante a pacificação. Nos meus registros de 2017, David se mostrava desapontado com o fato de não receber apoio do “governo” para concorrer com os “de fora”, e apostava no desenvolvimento local como “saída” para a “violência”. Segundo ele, negócios formais e legais dentro da favela poderiam operar como alternativa ao recrutamento de jovens pelo “mundo do crime”. Cebinho tinha preocupações diferentes. Ele discordava das escolhas de David e acreditava que o vizinho havia se equivocado ao apostar na clientela externa e investir muito dinheiro no bar. “Favela não tem jeito não, meu filho, é isso aí que você tá vendo, não vai mudar”. O principal problema dele, à época, era a concorrência com os donos de *trailers* de lanches que estacionavam em frente a seu bar. Ele considerava uma concorrência injusta, porque eles não pagavam aluguel, e gostaria que o “pessoal da prefeitura” fizesse alguma coisa para impedir iniciativas dessa natureza.

A partir de outubro de 2018 e ao longo de 2019, segui realizando visitas regulares ao Chapéu Mangueira em busca de outro dono de bar que me permitisse seguir com a proposta de exercício comparativo<sup>25</sup>. Nesse processo, contei com a ajuda de uma interlocutora em particular, aqui identificada como Anna. Ela me apresentou a diversos comerciantes do Chapéu Mangueira, mas, por diferentes fatores, nenhum deles se transformou em um sujeito de pesquisa. Depois de semanas em busca de uma alternativa, qual não foi a minha surpresa ao descobrir que a própria Anna tinha um bar na favela. Quando a perguntei por que não havia incluído seu próprio estabelecimento entre os bares que me levara para visitar, ela pareceu confusa: “mas não é um bar, Ramón, é uma birosca”.

Em busca de inspiração para encarar o bar como objeto sociológico, algo até então pouco explorado por mim, li o artigo de Luiz Antonio Machado da Silva sobre o “Significado do botequim”, de 1969, republicado em uma coletânea de produções do autor organizada pela Mórula em 2016 (Machado da Silva, 2016). Com uma forte veia parsoniana, o artigo procura analisar o papel do botequim em uma sociedade urbana,

---

<sup>25</sup> Essa questão será retomada em outras partes do texto, mas cabe o registro aqui que, após um período visitando as favelas Babilônia e Chapéu Mangueira, decidi restringir o trabalho de campo apenas a esta última. O ponto mais relevante para essa decisão foi o fato de moradores me alertarem que a circulação entre os dois territórios poderia desencadear “noia” em traficantes de drogas armados que atuam na área.

“entender o que ele representa e para quem” (Idem, p. 48), além de examinar a sua organização e o seu funcionamento. O material empírico fora recolhido através de observações informais realizadas ao longo de dois anos em um bar de Fortaleza, no Ceará, e em outro da Zona Sul do Rio de Janeiro, nos arredores de uma favela. Trata-se de um trabalho rico, original e que se tornou clássico com o passar do tempo.

Machado da Silva (2016) define o botequim no interior do “quadro geral das casas de bebidas” (ibidem) a partir de duas variáveis centrais – a classe social dos frequentadores e a duração e intensidade de sua permanência no local. Segundo ele, botequins são bares cuja clientela é oriunda das “classes baixas” e que apresentam “o maior número de fregueses constantes” (Idem, p. 51). Partindo de uma caracterização inicial, o autor explora três dimensões centrais:

- 1) A organização social do botequim (os tipos de fregueses, os expedientes do “fiado” e da “caixa-comum” e o “antagonismo latente” entre clientes e proprietários, entre outros);
- 2) O sistema de valores e de visão de mundo dos fregueses (a bebida alcoólica como atividade social e os temas das conversas); e
- 3) O significado que o botequim possui em termos de integração social (um esquema referencial que emprestaria sentido à ação de indivíduos pouco integrados ao “trabalho” e ao “consumo” em uma sociedade urbana em transformação).

Ao descrever a rotinização das relações sociais nesses estabelecimentos, Machado da Silva (2016) afirma que os “fregueses de botequim” são frequentadores assíduos de poucos bares, e cita como exemplo os favelados que, após o expediente de trabalho, “param em um ou dois (...) nas imediações da favela e daí vão para uma birosca dentro dela” (Idem, p. 52). Além de configurar padrões de frequência, esse movimento sugeriria também uma complementaridade entre o bar de “dentro” e o de “fora” da favela. Nas palavras do autor, “parece haver uma relação estreita entre ‘ir ao botequim’ e ‘ir lá embaixo’, ‘lá fora’” (Ibidem). Essa interpretação se reforçaria com o fato de que, aos feriados e finais de semana, esses frequentadores também não “desceriam” para o botequim. Ao contrário, permaneceriam no bar de “dentro” – a birosca, tendinha ou bodega – que, além de vender bebida alcoólica, costuma comercializar gêneros alimentícios como açúcar, óleo, farinha etc. Essa oposição entre o bar da favela e o da rua, em convergência com outros elementos apontados pelo autor, informaria que, naquele contexto sociopolítico, estar no botequim representava, para parcela menos

integrada da classe trabalhadora, uma forma de acesso à cidade e ao mundo urbano-industrial.

Quatro décadas depois da publicação desse texto, processos diversos de transformação do botequim deram origem a novas modalidades de casas de bebidas, entre as quais o boteco, também vinculadas às dinâmicas da acumulação urbana. Em função de um conjunto de políticas públicas formulado para as favelas fluminenses, o Chapéu Mangueira dispôs na última década das condições de possibilidade para abrigar um dos melhores estabelecimentos do gênero no país, refazendo as polaridades identificadas por Machado da Silva (2016) entre os bares “de fora” e de “dentro”. Ao mesmo tempo, as biroskas, tendinhas e bodegas vêm se reconfigurando a luz dos diferentes cenários internos e externos às favelas, o que inclui agendas de obras públicas, injunções da criminalidade violenta e investimentos públicos e privados voltados para o turismo.

A partir dessa leitura e das questões colocadas pelo trabalho de campo, decidi transformar as diferenças empíricas entre a birosca e o boteco em uma diferença analítica que ajudasse a matizar as dimensões econômica e social da pacificação no Chapéu Mangueira. Ao privilegiar a alteridade dos negócios da favela, busquei explorar a diversidade de modos de vida de seus comerciantes – algo muitas vezes eclipsado pelas visões sociológicas de corte normativo – com o intuito de acessar um conjunto de aspirações, conflitos e itinerários que ilustra alguns dos dilemas da integração social no Rio de Janeiro ao longo dos anos 2010.

Nesse sentido, inspirado pelo trabalho de Mariana Cavalcanti (2009), passei a compreender as dinâmicas engendradas pela pacificação também na chave da “condição de possibilidade” da produção de negócios em favelas pacificadas. Ao analisar o processo de construção de casas em “Bela Vista”<sup>26</sup>, na Zona Norte da cidade, a autora afirma que após o fim do “espectro da remoção” (p. 74) os moradores modificaram a sua relação com o espaço da favela, investindo na ampliação de seus imóveis e na melhoria dos espaços comunitários. Esses movimentos são interpretados por Cavalcanti como atividades capazes de construir futuro, de tornar os moradores “sujeitos de sua própria história, de sua própria melhoria” (Ibidem). Em sentido semelhante, é possível pensar que, suspensa a rotina de conflito armado nas favelas, os donos de negócios locais procuraram aproveitar o fluxo de pessoas externas para investir (não apenas no sentido econômico-

---

<sup>26</sup> Esse é um nome fictício atribuído à favela pela autora.

financeiro) em seus estabelecimentos e, a partir daí, construir possibilidade de futuro, individuais e familiares, especialmente no sentido de “ganhar a vida”.

Dessa forma, as duas modalidades de casas de bebida aqui analisadas, o boteco e a birosca, podem ser pensadas como respostas possíveis de moradores de favelas a uma situação relativamente comum de “necessidade” de obtenção de renda – frequentemente vetorizada pelas múltiplas conjunturas na relação entre “morro” e “asfalto” na cidade. Por isso, nesta pesquisa, encaro o pequeno negócio de favela sob o ângulo de sua produção social, em que se veem condicionantes econômico-financeiros e agenciamentos políticos de governo, mas também práticas individuais e familiares de produção da vida cotidiana e de construção de futuro (Shalins, 2003; Cavalcanti, 2009).

Para reconstruir essas “histórias dentro da História” (Mintz, 1984), recorri ao expediente da narrativa de vida, que incorpora um caráter diacrônico às observações diretas. Descrever as trajetórias de donos de bares de uma favela pacificada a frente de seus negócios, e em relação com eles, também me pareceu uma estratégia coerente com o exercício mais amplo de compreender como as formas contemporâneas de “ganhar a vida” podem ser atravessadas pelas transformações urbanas nos territórios populares.

## 1.2 Metodologia

A abordagem metodológica adotada neste trabalho foi elaborada após dois anos de observação flutuante (Pétonnet, 2008)<sup>27</sup> nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, no bairro do Leme, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A seguir, narro a entrada em campo, os desafios do percurso e a estratégia utilizada para o prosseguimento da pesquisa. Por fim, caracterizo em detalhes a análise de trajetórias de vida, expediente que se mostrou mais adequado para a confecção deste trabalho.

### 1.2.1 O trabalho de campo nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia

---

<sup>27</sup> A observação flutuante, segundo Colette Pétonnet (2008), “consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la ‘flutuar’ de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem *a priori*, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes” (idem, p. 103). Soraya Silveira Simões (2008), em comentário à obra de Pétonnet, afirma que a observação flutuante é anterior à observação participante, “na medida em que a ideia de *participar* revela um *modo* de fazer, um *sentido* para a ação, uma *direção* para o ato [...], um *savoir-faire* compartilhado (Simões, 2008, p. 195, grifos da autora).

Na primeira fase do trabalho de campo no Morro da Babilônia, iniciada em 2017, privilegiei uma imersão no cotidiano das favelas sem grandes direcionamentos prévios, tendo como objetivo construir um problema de pesquisa que tematizasse as reconfigurações da pacificação a partir da observação das rotinas. Minha entrada foi facilitada por Claudio Batista, um antigo líder comunitário que se graduou bacharel em Ciências Sociais nos anos 2000. Infelizmente, poucos meses depois de me conhecer, Claudio faleceu em decorrência de um câncer de pâncreas contra o qual lutava desde 2012 – e que atrapalhou a conclusão do seu curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). Apesar do pouco tempo de convívio, Claudio me apresentou a diversas pessoas, boa parte das quais afetadas pela vertente econômica e social da pacificação. Foi na companhia dele que me atentei para as diferenças materiais e simbólicas entre os bares locais, depois revisitada analiticamente como objeto de pesquisa.

Após a morte de Claudio, permaneci distante das favelas por aproximadamente um ano. Os conflitos armados se tornaram mais frequentes nesse período, e dois deles ganharam visibilidade para fora das favelas. Em junho de 2018, após a “invasão” de um grupo rival, traficantes de drogas locais fugiram pela mata que circunda o morro até o bairro da Urca, onde trocaram tiros com policiais durante duas horas. Em função do confronto, o Bondinho do Pão de Açúcar, uma das principais atrações turísticas da cidade, teve as atividades encerradas no dia e o Aeroporto Santos Dumont registrou uma interrupção de quinze minutos para pousos e decolagens. Dois meses depois desse episódio o nome da favela ganhou novamente as páginas dos jornais: Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, de 26 anos, foi assassinado por um policial da UPP enquanto aguardava a esposa e os filhos no alto da Ladeira Ary Barroso. Segundo testemunhas, o policial que disparou três vezes contra Rodrigo confundiu um guarda-chuva e um suporte para carregar crianças, que estavam com o jovem, com um fuzil e um colete a prova. Os policiais alegaram, à época, que receberam uma denúncia anônima sobre a presença de traficantes próximo ao Bar do David e ao chegarem no local foram recebidos a tiros, ao que um dos policiais revidou.

Em função da instabilidade introduzida pelos tiroteios na rotina, julguei mais seguro retomar as visitas sistemáticas somente depois que estabelecesse contato com outra moradora, o que só foi possível em outubro de 2018. Anna, minha principal interlocutora desde então, mora no Chapéu Mangueira há mais de duas décadas e realiza

trabalhos de limpeza doméstica como diarista na casa de uma amiga, com quem trabalhei anos atrás e que foi responsável por nos colocar em contato. A única condição que Anna interpôs para me receber foi se certificar de que eu não era um policial. Tranquilizou-se depois de saber que, assim como a sua “patroa”, eu também era da “universidade”. Em nossa primeira ligação telefônica, quando eu ainda buscava agendar um primeiro encontro, Anna sussurrou ao celular para que eu tomasse cuidado com quem perguntar e a quem perguntar, porque “o morro não está[va] tranquilo”. O gesto se repetiu no dia em que nos conhecemos pessoalmente. Foi ela quem primeiro me alertou sobre os riscos de circular entre a Babilônia e o Chapéu Mangueira, ao que optei por me restringir à última em função justamente do laço que vínhamos construindo<sup>28</sup>.

A companhia de Anna me possibilitou uma circulação diferente pela favela – conheci novos espaços, novas pessoas, novas questões. Ao contrário do Claudio, que era homem e cientista social como eu, ela tem interpretações e olhares sobre o território e sobre a vida local muito distintos tanto da perspectiva masculina quanto daquela fornecida pela sociologia. Apesar do alargamento de sentido e dos contatos que Anna me forneceu, o momento em que mergulhei no campo estava atravessado por um sentimento de desconfiança com os “de fora”, especialmente quando o tema das interações remetia à política de pacificação

Emiliano Rojido e Ignacio Cano (2016) argumentam que, além de representar um risco à integridade dos pesquisadores e interlocutores, pesquisas em contextos de conflito armado encontram dificuldades em fazer valer o indispensável processo de aproximação entre pesquisador e “nativo”. Para o caso desta pesquisa, em particular, tão relevante quanto a probabilidade de se iniciar um tiroteio durante as atividades de campo foi a decisão dos moradores e comerciantes de evitar falar sobre a realidade que emergiu no território depois da desestruturação das Unidades de Polícia Pacificadora. “Não anota isso não”, “deixa pra lá”, “é isso aí que você está vendo” eram algumas das expressões recorrentes ditas por eles quando eu abordava a relação entre os negócios e o fim dessa política pública. Houve uma ocasião, inclusive, em que Anna me levou a um antigo albergue e o jovem que arrendou o imóvel não aceitou nos receber. Semanas depois, Anna

---

<sup>28</sup> A favela da Babilônia continua ocupada por policiais da UPP, mas sob influência da facção Comando Vermelho. Apesar de estreita proximidade, a favela Chapéu Mangueira convive com a presença ostensiva de traficantes da facção Terceiro Comando Puro. Em função da virtualidade da “guerra” entre grupos rivais, moradores me alertaram que a circulação entre os dois territórios poderia desencadear “noia” nos traficantes do Chapéu Mangueira, onde tenho um enraizamento maior, razão pela qual descartei a possibilidade de estudar comerciantes das duas favelas.

me confirmou que ele não gostaria de conversar “porque a favela não está pra isso”. Em suas pesquisas sobre a “(des)continuidade da vida sob o cerco”, Luiz Antonio Machado da Silva e Palloma Menezes (2019) argumentam que, em favelas pós-pacificadas, “há [atualmente] uma sobreposição dos regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado”, de troca de tiros e de monitoramento e vigilância permanentes” (idem, p. 544).

Ao lado dos desafios colocados pelo “clima da favela” (Cavalcanti, 2008), tive dificuldades adicionais para realizar as pesquisas de campo em função da minha jornada de trabalho. Em 2018 e 2019, anos em que cursei também as disciplinas do mestrado, dividi o meu tempo entre duas atividades profissionais: o trabalho como professor de sociologia na Educação Básica em duas escolas e o trabalho como analista de políticas públicas no Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ). Nesse período, dava quatorze tempos de aula por semana e cumpria no CENPE um expediente de oito horas diárias, com os meus registros de entrada e saída controlados por ponto eletrônico. Além disso, ser pai de uma criança pequena fez com que conjugasse também outra jornada relacionada ao trabalho reprodutivo. Por isso, frequentei o Chapéu Mangueira principalmente nos finais de semana e no início da noite, e pude realizar observações contínuas apenas durante as férias nos empregos, em geral em janeiro e em julho.

A pesquisa com base em trajetórias de vida, além de ser adequada aos meus objetivos analíticos, se mostrou uma estratégia importante para superar o desafio de estar inserido no cotidiano do Chapéu Mangueira, seja por conta da pouca inclinação dos comerciantes em falar sobre temas relacionados à política de pacificação, seja pela minha própria disponibilidade de tempo para continuar indo a campo. Nesse sentido, escolhi realizar diversas entrevistas em profundidade com dois interlocutores de confiança, de modo a reconstruir suas narrativas de vida à frente de seus negócios.

### **1.2.2 A opção pela reconstrução das trajetórias de vida de David e Anna**

Procurei responder a principal questão deste trabalho através de entrevistas em profundidade com dois moradores e comerciantes da favela Chapéu Mangueira. Realizadas entre dezembro de 2018 e outubro de 2020, essas interlocuções tiveram como objetivo reconstruir as trajetórias de David e de Anna como donos de bares durante a política de pacificação no local. O nome de Anna e de seus familiares foi trocado para preservar a sua identidade. Esse expediente não pôde ser utilizado com David em função

da sua condição de pessoa pública. Por conta disso também a reconstrução da trajetória dele e de seu bar se valeu de pesquisas em outras fontes, como acervos de jornais e entrevistas com organizadores do concurso Comida di Buteco, ambos os recursos sugeridos pelo próprio David.

Ao longo de meses, diversos encontros e conversas informais permitiram estabelecer uma relação de confiança mútua entre nós e contribuíram para a elaboração de um roteiro utilizado posteriormente por mim nas entrevistas em profundidade, que foi adaptado às particularidades de cada sujeito. Na condução das entrevistas, busquei conjugar perguntas diretivas com momentos de abertura para as circunstâncias surgidas no contato (Barbot, 2015). Via de regra as entrevistas foram registradas em notas, apenas poucas vezes utilizei o gravador. No caso da Anna, boa parte dessas interações ocorreu no interior dos apartamentos em que ela trabalha no Leme. Ficávamos conversando na cozinha enquanto ela preparava refeições ou passava roupas. Realizamos também algumas entrevistas na laje da sua casa no Chapéu Mangueira. Todos os encontros com o David ocorreram no interior de seus bares, seja na “sede”, na favela, ou na “filial”, em Copacabana. Nos dois casos, a narrativa produzida a partir das entrevistas foi complementada com informações e observações obtidas em outras formas de contato, inclusive através de aplicativos de mensagens e de ligações telefônicas.

Segundo Bertaux (2010), a trajetória de vida é uma estratégia metodológica que contribui para a compreensão das ações individuais no decorrer do tempo, em consonância às configurações históricas assumidas pelas relações sociais. Essa tradição não busca compreender indivíduos isolados, senão extrair de experiências particulares de vida uma miríade de movimentos, práticas e representações que impulsionam o estudo dos contextos sociais nos quais elas estão inscritas. Além disso, a noção de trajetória, cujo emprego aqui não é acidental, busca reter também os deslocamentos e as transformações da vida no espaço social, evitando cristalizações artificialmente ordenadas e pretensamente coerentes, o que, para Bourdieu, representaria uma “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2005). Reconheço, por outro lado, que a interação durante as entrevistas produziu um “corte sincrônico” (Bertaux, 1980) nas memórias individuais, propiciando uma narrativa acerca do passado que teria sido diferente caso fosse relatada em circunstâncias ou momentos distintos.

Nos últimos anos, as vidas de David e de Anna transcorreram simultaneamente a profundas transformações socioeconômicas no território em que eles moram e onde estão localizados os seus negócios. O boteco do David pode ser considerado um caso atípico



de bar de favela, que se tornou possível a partir dos processos associados à política de pacificação. A birosca da Anna, por sua vez, parece ter características mais próximas ao universo de bares presentes em boa parte das favelas cariocas. A diferença entre essas experiências de vida e de comércio foi o principal critério adotado para selecioná-los. Suas reflexões, práticas, planos e escolhas constituem uma matéria relevante para compreender, desde uma perspectiva local e situada, as dinâmicas contraditórias da integração social na cidade. Vale registrar que não interpreto as trajetórias de ambos como casos representativos de quem são os moradores do Chapéu Mangueira ou os donos de bares de favelas. Optei por privilegiar a profundidade e a singularidade da análise em detrimento de sua amplitude. Acolhendo os argumentos de Mario Luis Small (2009), para quem os estudos urbanos não devem se furtar da discussão sobre a capacidade de generalização dos seus achados, explico que minhas pretensões com este trabalho se inscrevem fundamentalmente na perspectiva de formular hipóteses e alargar o conhecimento sobre as situações engendradas pela política de pacificação.

O ponto de partida para as minhas interlocuções com David e Anna foi uma questão ampla, colocada indiretamente por mim, sobre como comerciantes que moram e trabalham em uma favela carioca fazem para preservar, manter ou ampliar os seus negócios, especialmente diante das diferentes conjunturas que configuram a relação entre “favela” e “cidade” no Rio de Janeiro. Estive atento, de início, a aspectos como as relações deles com os fregueses, a localização espacial dos negócios, as interações com traficantes de drogas armados, o trato com agentes públicos, o contato com fornecedores, o significado de ser dono de bar em uma favela outrora pacificada e as expectativas e frustrações com o processo de pacificação. Diversas vezes, entretanto, eles trouxeram várias outras questões – íntimas, domésticas e públicas (Araújo Silva, 2017) – que deslocaram o meu olhar e o meu objeto, e com isso me fizeram buscar novas referências acadêmicas, me desafiando enquanto sociólogo.

Por fim, ressalto que, ao longo de todo o processo, desde a escuta das histórias à escrita dos textos, procurei explorar a narrativa de ambos a partir das decisões pessoais e das inflexões que se produziram ou foram produzidas em suas vidas. Isso implica que não somente o conteúdo, mas também a forma das narrativas analisadas esteja modulada pelas singularidades individuais e pelas relações estabelecidas entre mim, o David e a Anna. Essa escolha abriu espaço para a performance narrativa da experiência vivida pelos sujeitos, o que representa um obstáculo às pretensões mais rígidas de distinguir a trajetória de vida do ato de testemunho (Dullo; Dias, 2016). Procurei lidar com esse desafio

explorando, ao mesmo tempo, as estratégias mobilizadas por eles na sensibilização dos interlocutores e as imagens de si e do comerciante de favela produzidas a partir daí.

## **2. A FAVELA CHAPÉU MANGUEIRA DIANTE DA POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO**

David e Anna moram e trabalham na favela Chapéu Mangueira, no Morro da Babilônia, localizado entre os bairros de Botafogo, Urca, Leme e Copacabana, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Ao lado do Chapéu Mangueira, compartilhando a área do Morro, está situada também a favela Babilônia. Juntas, as duas localidades populares ocupavam, em 2010, uma área de quase 12 mil quilômetros quadrados, na qual viviam aproximadamente quatro mil pessoas, distribuídas em cerca de 1.200 domicílios (IBGE, 2010). Incrustadas em uma vegetação de Mata Atlântica, as favelas estão circunscritas, por um lado, pela praia de Copacabana e pela Enseada de Botafogo e, por outro, por uma Área de Proteção Ambiental (APA) e pelo Forte Duque de Caxias, onde desde 1965 opera o Centro de Estudos de Pessoal do Exército.

*Figura 1 – Reprodução de foto aérea dos Morro da Babilônia e das favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira, da Secretaria Municipal de Habitação, em 2014.*



Fonte: Captura de tela. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/235576297.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

Caso típico de “periferia interna”, marcado por contrastes socioespaciais visíveis, as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia são contíguas a um bairro de elite onde o preço

médio do metro quadrado, em janeiro de 2018, era de 12.553 reais (mais que o dobro da média da cidade, à época R\$ 6.041/m<sup>2</sup>). Separados geograficamente por uma ladeira, e conectados por vários circuitos políticos, econômicos e afetivos, o “morro” e o “asfalto” no Leme territorializam configurações sociais atravessadas por desigualdades urbanas. O Índice de Desenvolvimento Social (IDS)<sup>29</sup>, elaborado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), é um bom parâmetro para ilustrar parte das diferenças entre essas localidades: em 2010, o IDS do bairro era de 0,723, enquanto nas favelas era 0,564, inferior à média municipal no Rio de Janeiro (0,609).

A ocupação do Morro da Babilônia data ao menos das primeiras décadas do século XX, um período particularmente fértil para a “invenção da favela” (Valladares, 2005) como problema social na cidade. Um exemplo de registro da ocupação do Morro é o “Poema tirado de uma notícia de jornal”, publicado em 1930 por Manuel Bandeira, que trata de “João Gostoso”, “carregador de feira livre [que] morava no morro da Babilônia num barracão sem número”. O poeta fazia referência a uma figura real, documentada em diversas oportunidades pelos jornais, que morreu em 1925 e morava no Morro pelo menos desde 1916 (Antenore, 2019).

Nessa época, e nas décadas seguintes, a área seria considerada um “território militar” pelo Exército Brasileiro, o que conferiu contornos singulares à sua ocupação, expansão e consolidação (Polycarpo, 2016). Formadas inicialmente por funcionários do Forte Duque de Caxias e por famílias de Minas Gerais e do interior do Rio de Janeiro (Pio, 2009), as favelas Babilônia e Chapéu Mangueira cresceram sob controle rígido de suas edificações, realizado por militares do exército que tentavam impedir a ampliação dos “barracos” e sua transformação em construções de alvenaria. As tensões entre os representantes da instituição e os moradores, em especial os do Chapéu Mangueira, foram bastante intensas entre as décadas de 1950 e 1970, com relatos de derrubadas de casas e de prisões de lideranças comunitárias durante a ditadura militar (Arruda, 2006).

Nesse mesmo período, missionários da igreja católica, principalmente a freira francesa Renné de L’Orme, se engajaram no apoio aos moradores e promoveram ações coletivas para melhorias de infraestrutura e para o fortalecimento do associativismo local, como a construção de um posto de saúde e a formação da Associação de Moradores. Esse

---

<sup>29</sup> Composto por oito indicadores que abarcam dimensões de acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, escolaridade e disponibilidade de renda, IDS é expresso em uma escala de 0 a 1, permitindo a comparação de diferentes áreas geográficas no interior das cidades. Disponível em: <https://www.data.rio/datasets/fa85ddc76a524380ad7fc60e3006ee97> Acessado em 23 de dezembro de 2020.

engajamento intensificou a separação política e cultural já existente entre a Babilônia e o Chapéu Mangueira: segundo Clara Polycarpo (2016), a primeira era vista como uma favela de traços rurais e mais afeita aos desígnios do Exército, enquanto a segunda era considerada um local mais urbano e com ações políticas de enfrentamento às ordens estatais, o que fez dela uma “favela de oposição” (Silva *et al.*, 1997).

A partir da segunda metade dos anos 1980, com o avanço da redemocratização no país, o Chapéu Mangueira e a Babilônia, como boa parte das favelas cariocas, foram beneficiadas por um conjunto variado de políticas públicas de urbanização que as alçaram à condição de “favela consolidada” (Burgos, 2006; Cavalcanti, 2009) – isto é, resultado da “mudança de paradigma das políticas governamentais calcadas na remoção para programas que visam à ‘integração’ da favela à cidade dita ‘formal’” (Cavalcanti, 2009, p.72).

Simultaneamente aos processos de urbanização, as favelas experimentaram também a territorialização violenta do tráfico de drogas, que se tornou mais rentável, disputado e organizado durante a década de 1980, especialmente a partir da introdução da cocaína nesse mercado ilícito (Misse, 2011). Tal processo reconfigurou a sociabilidade nos espaços populares e alimentou novas leituras sobre a “marginalidade” das favelas, cujos moradores, nas interpretações dominantes, seriam coniventes com a conduta violenta dos traficantes de drogas (Machado da Silva *et al.*, 2005). Incorporada às práticas estatais, a visão da favela como “território da violência” transformou o problema da integração urbana no Rio de Janeiro (*ibidem*), que passou a ser lido fundamentalmente na perspectiva da segurança pública e, particularmente, a partir da “metáfora da guerra” (Leite, 2001), desdobrando-se “em uma leitura particularista da cidadania e, no limite, em um compromisso com uma solução violenta para o problema da violência” (Idem, p. 75).

Em finais de 2008, após anos de custo social elevado, especialmente para os moradores de favelas, e de resultados inexpressivos sobre os indicadores de segurança pública (Monteiro *et al.*, 2020), a chamada política de pacificação emergiu no cenário fluminense como um experimento alternativo ao padrão de enfrentamento à “violência urbana” centrado exclusivamente no confronto armado entre policiais e criminosos (Machado da Silva, 2015). Inspirada na noção de polícia de proximidade e de policiamento comunitário (Ribeiro; Montandon, 2014), as Unidades de Polícia Pacificada (UPP) tinham como objetivos principais diminuir os confrontos armados nos territórios populares e enfraquecer o poder militar e simbólico das facções do tráfico de drogas (Cano *et al.*, 2012).

Inicialmente construídas como um programa de intervenção policial, as UPPs ganharam em pouco tempo contornos de um projeto governamental de desenvolvimento socioeconômico avalizado pelo controle policial. A presença ostensiva e rotineira de agentes do Estado em favelas cariocas produzia as condições para o ingresso de diversos programas e investimentos, públicos e privados, que buscavam equacionar o “problema da favela” (Valladares, 2005) em sua versão contemporânea – aquela que articula problema habitacionais, de emprego, renda e educação e, fundamentalmente, de violência e criminalidade.

Depois de décadas com o Rio de Janeiro sob o imaginário da “cidade partida” (Ventura, 1994), em que “morro” e “asfalto” estariam separados por clivagens de socioculturais, diferentes níveis de governos no país (federal, estadual e municipal) procuraram em conjunto reeditar a imagem da cidade reeditando, ao mesmo tempo, o lugar da favela e de seus moradores. Essas ações constituíram parte relevante da agenda relacionada ao “ciclo dos megaeventos” (Leite, 2017), com promessas de aumento do turismo nos territórios populares e da produção de “legados” para a cidade e para o estado, dentre as quais a mais simbólica delas seria a de transformar a capital fluminense em uma “cidade da paz” (Carvalho, 2014). O deslocamento da favela para o centro de investimentos econômicos e sociais deu origem a uma nova categoria sociológica e a um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas, qual seja, o da “favela pacificada”<sup>30</sup>.

Instalada em dezembro de 2009, a Unidade de Polícia Pacificadora do Morro da Babilônia foi a quarta unidade de um total de 38 que seriam construídas na Região Metropolitana até o primeiro semestre de 2014. Antes da UPP, entre 2008 e 2009, as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia foram palco de um intenso conflito armado entre grupos de traficantes de drogas que atuavam na região. Há várias versões sobre o motivo disparador dessa disputa, mas a que prevalece entre os moradores é de que um integrante da facção Comando Vermelho (CV), grupo que havia décadas hegemônizava a venda de drogas proibidas nas duas favelas, deu um “golpe de estado”, “pulou” para a facção Amigo dos Amigos (ADA) e se tornou o “frente” de um novo “bonde” local. Esse processo de ruptura teria instaurado uma divisão mais ampla entre os traficantes do Morro da Babilônia: alguns permaneceram no CV, se enquistando na favela Babilônia, enquanto outros migraram para a ADA, atuando no Chapéu Mangueira. Posteriormente, o grupo

---

<sup>30</sup> A breve contextualização histórica recuperada nos últimos quatro parágrafos desse capítulo pode ser devidamente aprofundada em trabalhos como o de Valladares (2005), Machado da Silva (2009) e Leite (2012b), dentre muitos outros. Detalhei parte desses tópicos em outra ocasião (Gomes, 2019).

dissidente se abrigou na facção Terceiro Comando Puro (TCP) e o conflito entre eles prosseguiu por meses, em circunstâncias variáveis de violência. A conjuntura instável entre os coletivos criminais tornou recorrentes os episódios de tiroteio nas favelas.

A ocupação policial nos territórios, e a subsequente instalação de uma UPP no final de 2009, fez cessar os conflitos armados por aproximadamente dois anos – período que muitos moradores definem como o “auge” da política de pacificação. O monitoramento de relatos anônimos enviados à Central de Atendimento Disque-Denúncia mostra que as ocorrências de tiroteio no Morro caíram de 26, em 2008, para uma em 2011<sup>31</sup>. O interstício da “paz” reconfigurou profundamente o cotidiano local. Houve um aumento expressivo de intervenções públicas e privadas nos territórios, a consolidação das favelas como pontos turísticos da cidade e um incremento na circulação de dinheiro entre os pequenos negócios locais, que procuraram se adaptar para atender ao afluxo e ao perfil dos novos visitantes – aspecto da política de pacificação documentado de forma pioneira por Ost (2012) em seu trabalho no Santa Marta.

Entretanto, em menos de uma década, a política de pacificação deixou de ser um horizonte de futuro para os moradores de favelas para se tornar um limite aos seus anseios de integração social. A imagem do programa no Rio de Janeiro foi abalada por uma sucessão de “eventos críticos” (Das, 1996), dos quais o mais relevante talvez tenha sido o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, em junho de 2013, após ter sido levado para averiguação na sede da UPP da Rocinha<sup>32</sup>. Além disso, aspectos de outra natureza, como o desinvestimento que atingiu a economia fluminense e a fragilização do grupo partidário que governava o estado, contribuíram para minar o consenso que sustentava o projeto, formado por membros da política institucional, da imprensa, das associações empresariais, do sistema de justiça e das universidades. Isso ficou mais

---

<sup>31</sup> Não há estatística pública sobre tiroteios no Rio de Janeiro. Desde 2016, o laboratório de dados Fogo Cruzado vem compilando ativamente informações sobre esses episódios na Região Metropolitana do estado. O banco de dados do disque-denúncia, com informações sistematizadas das denúncias anônimas desde 2002, permite procurar menções às expressões “tiro, tiroteio, conflito, confronto, atirar, alvejar” na transcrição dos relatos da população. Trata-se de um dado cuja variação é suscetível a diversos fatores como, por exemplo, a expectativa dos denunciantes com a resposta pública ao fato relatado. dessa limitação, permite visualizar tendências. Os números para o Chapéu Mangueira e Babilônia voltaram a subir a partir de 2014 e caíram bastante em 2018. Isso parece capturar o refluxo da presença rotineira da polícia nos territórios e a consolidação da atuação armada de traficantes de drogas.

<sup>32</sup> O curta-metragem “Somos todos Amarildo” relata o caso através de depoimento dos familiares. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fVLvyCtJeqA>. Acessado em 26 de novembro de 2020.

evidente com o pedido de demissão, em outubro de 2016, de José Mariano Beltrame, o mais longo secretário de Segurança do estado e o principal idealizador das UPPs<sup>33</sup>.

A partir de 2018 o quadro nas favelas pacificadas adquiriu outros contornos com a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro<sup>34</sup>. Ao final do período de tutela militar no estado, em dezembro daquele ano, os generais que lideraram o processo afirmaram aos jornais que as UPPs não seriam extintas, mas passariam por uma reformulação em seu conjunto: áreas “perdidas para o tráfico de drogas” cederiam contingentes para as ruas e para outras favelas pacificadas<sup>35</sup>. Além de reduzida em abrangência, as UPPs já haviam perdido alguns dos elementos que, em outros momentos, as qualificaram como uma tentativa de policiamento comunitário ou de proximidade. No lugar de tentar promover práticas de aproximação com a população e de mediação de conflitos, a presença policial no território passou a representar a contiguidade do confronto armado com traficantes de drogas. A retomada prático-discursiva de expedientes inscritos estritamente no campo da “metáfora da guerra” (Leite, 2001) transformou novamente as sociabilidades locais e recrudescer a histórica segregação entre favela e cidade no Rio de Janeiro.

Nesse capítulo, apresento uma descrição do percurso das UPPs, com foco nas dimensões econômica e social da política de pacificação na favela Chapéu Mangueira. Para capturar o momento mais estável da política, recorro a um vídeo publicado no *youtube*, em 2011, em um canal chamado “blog da pacificação”. Procuo articular a descrição das imagens com referências bibliográficas que caracterizam a favela e permitem pensar a “produção social de negócios” a partir de três eixos principais: a presença policial, a convergência de intervenções governamentais e o afluxo de turistas. Em seguida descrevo situações observadas durante o trabalho de campo – primeiro em 2017 e depois em 2018 e 2019 – com o intuito de apreender as principais reconfigurações engendradas pelo desmanche da pacificação. De caráter predominantemente impressionista, esse esforço busca situar o leitor na temporalidade e espacialidade sociais

---

<sup>33</sup> Mariano Beltrame foi Secretário de Segurança no Rio de Janeiro durante nove anos consecutivos (2007-2016). Além de ser o mais longo chefe da pasta no estado, ele também pode ser considerado um *outlier*: desde a recriação da Secretaria, em 1995, no pós-redemocratização, os secretários que ficaram mais tempo no cargo não ultrapassaram a marca dos três anos (Filho; Alves, 2003).

<sup>34</sup> A Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro foi decretada em 2018 pelo então Presidente da República Michel Temer. Para saber mais, veja o Decreto 9288/18. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/545787556/decreto-9288-18>. Acessado em 09 de junho de 2020.

<sup>35</sup> Conforme noticiado em: <http://www.intervencaoefederalrj.gov.br/imprensa/releases/intervencao-federal-policiais-das-upps-sao-redirecionados-para-o-policiamento-nas-ruas>. Acessado em 12 de janeiro de 2019.

em que estão inscritas as trajetórias de David e de Anna como donos de negócio em favela.

## 2.1 “Vamos lá, vamos conhecer”: Babilônia e Chapéu Mangueira sob o ângulo da pacificação

Em maio de 2011, em um vídeo compartilhado no *youtube* no canal “blog da pacificação”, o jornalista Camilo Coelho anuncia que levará os seus expectadores para conhecer as favelas do bairro do Leme<sup>36</sup>. O canal, hoje inativo, divulgava vídeos de *tour* por favelas pacificadas com o objetivo de promover as “conquistas” produzidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. Segundo os seus idealizadores, essa iniciativa era também uma forma de “fazer com o que mundo conhecesse pessoas de bem e boas histórias que havia nessas localidades”<sup>37</sup>. Retrospectivamente, trata-se de um documento que registra os primeiros desdobramentos da política de pacificação nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, que à época contava aproximadamente dois anos desde sua implantação. Sua descrição aqui busca oferecer ao leitor uma perspectiva sincrônica das práticas e representações que configuraram, em dado momento, o território em análise. As imagens e os diálogos situados ilustram um processo mais amplo, documentado e analisado pela bibliografia especializada, que remete aos corolários da experiência da favela como “território seguro para a cidade” (Leite, 2015, p. 392).

A visita de Camilo Coelho começa pelo morro da Babilônia, à esquerda da Ladeira Ary Barroso, uma rua residencial que conecta (e separa) bairro e favelas no Leme (Ribeiro e Lago, 2001). Trajando camisa de meia manga azul e calça jeans, o apresentador aparece acompanhado de duas moradoras da Babilônia que, a julgar pelas vestimentas, são agentes comunitárias ambientais. Kelly e Patrícia vão ajudá-lo a “conhecer melhor a comunidade”, uma incumbência típica do duplo papel representado por profissionais dessa natureza, que, conforme descreve Marcella de Araújo Silva (2015), são moradores “vestindo a camisa do Estado” (p. 335).

---

<sup>36</sup> O “Blog da Pacificação – Relato de uma cidade integrada” era conduzido pelo jornalista Camilo Coelho e pelo fotógrafo Moscow. Está inativo desde janeiro de 2013. Com duração de cerca de oito minutos, o vídeo foi postado no dia 13 de maio de 2011, mas as referências ao carnaval nos diálogos, sempre no futuro, indicam que as gravações foram anteriores à festividade daquele ano, ocorrida no mês de março. Disponível em: [https://youtu.be/blxg\\_YQZxPQ](https://youtu.be/blxg_YQZxPQ). Acessado em 02 de janeiro de 2019.

<sup>37</sup> Um relato mais extenso do objetivo do blog pode ser visto na entrevista que Camilo Coelho concedeu ao programa Papo Cabeça da TV Gama Filho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6VZVchN58xw>. Acessado em 31 de maio de 2020.



No início do trajeto, com imagens de crianças e de idosos ao fundo, entrelaçam-se símbolos e sons que demarcam determinados lugares da favela. A câmera percorre uma quadra poliesportiva recém-construída e se fixa sobre placas que sugerem a presença de programas de governo, como a Unidade de Polícia Pacificadora e o Centro de Referência da Juventude (CRJ). Ao alcançar uma escada que dá acesso à parte alta do morro, as moradoras mencionam que através daquele caminho é possível chegar até à Escolinha Tia Percília e à Associação de Moradores local.

As imagens capturam os traços distintivos da arquitetura atual de diversas favelas cariocas, marcada por casas de alvenaria, frequentemente sem reboco, com indícios de um processo permanente de construção e consolidação (Cavalcanti, 2009). Mais à frente, vê-se homens trabalhando na construção civil e uma praça reformada voltada “para as crianças menores”. Em seguida, Camilo aponta para o que identifica como um “hotel”, prontamente corrigido por uma das agentes, “é um albergue na verdade”, onde, segundo ela, ficam hospedados “estrangeiros, gringos, pessoas de fora que vem conhecer a comunidade”. “Vem muito turista aqui?”, pergunta o jornalista, “Muito, muito, vem direto”, responde a moradora.

Vários degraus depois, o jornalista e as agentes chegam a uma área conhecida como “campinho”, na qual jovens se reúnem para disputar torneios de futebol e onde também acontecem festas e outras celebrações organizadas pelos moradores. No entorno, as paredes e os postes de luz estão com adereços e pinturas nas cores da bandeira nacional, em alusão à participação brasileira na Copa do Mundo de futebol. Uma criança com o uniforme escolar da Prefeitura dança o passinho, enquanto outras duas caminham despidas ao fundo. Imagens da sede da UPP e da trilha em uma área da Mata Atlântica antecedem a chegada ao mirante da Pedra do Urubu, de onde se pode ter uma vista aberta da Baía de Guanabara e das praias de Copacabana. Kelly comenta que no *réveillon* muitos moradores sobem até lá para ver a queima de fogos mais tradicional da cidade. Entusiasmado com a paisagem e “com a vista incrível”, o apresentador conclui o percurso pelo morro da Babilônia, tendo seguido o mesmo roteiro realizado pelos turistas que passaram a visitar a favela depois da pacificação.

O vídeo volta à Ladeira Ary Barroso. Camilo agora é ciceroneado por Vitor Medina, membro de uma antiga família local que após a instalação da UPP passou a trabalhar como guia turístico – um ajustamento na trajetória individual que foi analisado como fenômeno por Bianca Freire-Medeiros *et al.* (2016), para quem a conversão de

moradores em empreendedores do turismo é um aspecto relevante da emergência de uma nova configuração da “favela turística” no Rio de Janeiro (Idem).

Os dois adentram a favela do Chapéu Mangueira. A primeira parada é na “quadra de esportes”, conhecida localmente como a “quadra da Faetec”<sup>38</sup> – edificação que conta com uma quadra poliesportiva, uma pequena arquibancada, vestiários masculino e feminino e salas de aula. É um espaço em que “a criançada tem o seu lazer e onde tem os cursos de espanhol, inglês, francês”. Vitor registra que ali são realizadas também as feijoadas mensais, a cada primeiro domingo do mês. O apresentador pergunta se “sobe muita gente” para o evento, ao que o morador responde positivamente: “sim, interage o morro e o asfalto. Com a pacificação a gente tem que atrair mais coisa boa para a nossa comunidade”. Não há a menção a isto, mas o local onde a quadra está instalada abrigava no início dos anos 1990 um dos principais bailes funk da cidade. Conhecido por criar um ambiente de interação entre jovens de diferentes grupos sociais, o Baile do Chapéu chegou a receber cinco mil frequentadores antes de ser proibido, em 1995, no bojo do processo de criminalização do funk (Herschmann, 2000).

O próximo lugar destacado por Vitor é a “Casa da Benedita”, imóvel pertencente à Benedita da Silva, um quadro político do Partido dos Trabalhadores (PT) que apareceu para o cenário nacional nos anos 1980 como liderança comunitária do Chapéu Mangueira<sup>39</sup>. “É um ponto turístico nosso. O pessoal procura saber de onde ela saiu, procura conhecer a história dela”. Benedita fez parte de uma geração de mulheres que lutou para garantir a permanência e a urbanização da favela, com o apoio de representantes da Igreja Católica e de organizações partidárias de esquerda, resistindo às investidas dos governos estaduais e às ações arbitrárias de militares do Forte de Duque de Caxias, que derrubavam barracos, prendiam moradores homens e impediam a construção de dutos de esgoto (Silva *et al.*, 1997).

---

<sup>38</sup> Criada em meados da década de 1990, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) é uma instituição do Governado do Estado do Rio de Janeiro voltada para o ensino técnico e para a qualificação profissional. Desde 2009, o Chapéu Mangueira abriga um Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep), um tipo de unidade que compõe a Rede Faetec.

<sup>39</sup> Benedita da Silva é assistente social de formação. Liderou projetos de alfabetização de crianças no Chapéu Mangueira e foi secretária e presidente da Associação de Moradores nos anos 1970. Candidatou-se pela primeira vez a um cargo público em 1982. Desde então foi vereadora, candidata à prefeita do Rio de Janeiro, senadora, vice-governadora, governadora interina, ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social do primeiro Governo Lula da Silva e secretária de estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo Sergio Cabral no Rio de Janeiro. Em 2018, deu início a quinta legislatura como deputada federal. Em 2020, aos 78 anos, foi novamente candidata à prefeita do Rio de Janeiro. Embora há décadas ela não resida mais no Chapéu Mangueira, a casa a que Victor faz referência é habitada por seus familiares e continua sendo identificada localmente como a “Casa da Benedita”.

Poucos metros depois os dois chegam ao “coração da comunidade” e Vitor passa a apresentar os pequenos comércios sediados no local: no lado direito, uma pizzaria, um bar que estava em reforma “para receber melhor [os turistas] no carnaval”, uma loja de roupa de praia com manequins do lado de fora, outro bar e um aviário; no lado esquerdo, a Padaria Chapéu Mangueira e um Bar do David ainda desconhecido, mas com o cardápio já elogiado por Vitor: “serve uma ótima comida e tem uma feijoada de frutos do mar às sextas-feiras”. Nos anos seguintes, o bar seria campeão nacional (2016) do concurso “Comida Di Buteco”, bicampeão da etapa estadual (2016 e 2017) e portador do título simbólico de primeiro estabelecimento de favela a participar de um evento gastronômico.

As próximas imagens percorrem o Posto de Saúde Comunitário Renée de L’Orme<sup>40</sup>, construído nos anos 1950 em regime de mutirão, e a Casa da Árvore, um espaço de convivência voltado para a infância que funcionou no local entre 2004 e 2013. Em seguida, Vitor e Camilo chegam até um ponto nevrálgico do Chapéu Mangueira, uma praça onde estão localizadas uma “escolinha que tem projeto da Firjan<sup>41</sup>”; o prédio da Associação de Moradores, que abriga uma creche no segundo andar; e o “galpão de artes”, um espaço fundado em 1983 com o apoio da artista plástica Celeida Tostes onde são realizados trabalhos com argila e um “brechózinho que recebe doativos”.

Adentrando o interior da favela, a câmera acelerada, Vitor e Camilo se deslocam por vielas estreitas até chegarem ao albergue do qual o morador é proprietário, “onde recebemos turistas e está lotado pro carnaval”. O apresentador pergunta se “o pessoal procura muito” e Vitor confirma, acrescentando que o *site* é muito visitado. A câmera registra a entrada do imóvel e o proprietário narra que “cada quarto recebe seis pessoas”. É possível ver três beliches amarelos e armários de aço em um dos quartos. Camilo se interessa pela vista da janela e a imagem assume o ângulo que o cômodo dispõe para observar o mar. Depois, chegam ao “terraço, que a gente transformou em um restaurante, em um bar”. Camilo enfatiza novamente a paisagem da praia: “isso atrai o pessoal pra cá”, afirma.

---

<sup>40</sup> Conforme mencionado anteriormente, Renné de L’Orme foi uma missionária francesa que se instalou no Chapéu Mangueira na década de 1950. Enfermeira de formação, criou na própria casa um ambulatório para atender os moradores da favela. É uma figura importante para a história local, pois desempenhou um papel decisivo na articulação dos primeiros mutirões e na criação da Associação de Moradores (Arruda, 2006).

<sup>41</sup> A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) é o principal órgão de representação dos industriais fluminenses. Em 2010, a entidade criou o programa SESI Cidadania para oferecer ações de “educação, cultura, saúde, esporte e lazer a moradores de comunidades do Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/sesi/qualidade-de-vida/sesi-cidadania/default.htm>. Acessado em 31 de maio de 2020.

Em seguida, uma sucessão de imagens rápidas leva a dupla para “o fim da comunidade”. Vitor apresenta um bar “que é referência nossa, do seu Lucio, um dos presidentes [da Associação de Moradores] que lutou muito para a gente chegar aonde a gente está hoje”. As imagens revelam um bar pintado de verde e amarelo com uma mesa de sinuca ao centro e cercado por diversas plantas. A câmera enquadra uma placa em que está escrito “jardim e paisagem Lucio de Paula Bispo” e a voz *off* de Vitor conta que “hoje ele não está mais com a gente, mas já deu a parcela dele, sempre lutou pelos nossos direitos”. O vídeo não traz esta informação, mas “Seu Lucio”, primeiro presidente da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira, é também pai de David e um dos fundadores da Federação de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj)<sup>42</sup>. O programa se encerra com uma sequência de imagens de pontos turísticos da cidade vistos desde a perspectiva da favela: o Cristo Redentor, a praia de Copacabana, a enseada de Botafogo e, finalmente, a sede da UPP Babilônia/Chapéu Mangueira.

Em pouco mais de oito minutos de vídeo, costurado por mensagens de placidez e de prosperidade, sobressaem para o interlocutor familiarizado ao contexto sociocultural do Rio de Janeiro alguns não-ditos. Em nenhum momento do programa, produzido dois anos depois da inauguração da UPP do Morro da Babilônia, o apresentador ou os moradores mencionam, por exemplo, temas relacionados ao tráfico de drogas proibidas ou ao controle ilegal do território. Entretanto, conforme assinalado antes, a representação social das favelas cariocas está atravessada contemporaneamente por esses conteúdos e, segundo Machado da Silva (2015), a “linguagem da violência urbana”<sup>43</sup> (p. 13) guiou também a concepção e o desenvolvimento da política de pacificação, razão de ser do “blog da pacificação”.

O silêncio em torno da questão ajuda, em alguma medida, a delinear o campo discursivo no qual a UPP foi produzida e do qual ela se tornou também produtora: uma vez controlado o espectro da “violência urbana”, novos arranjos de mercado são

---

<sup>42</sup> A Faferj sucedeu, em 1975, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), fundada no início da década anterior. “Seu Lucio”, como é conhecido o pai de David, foi vice-presidente da entidade em 1970, ainda com o antigo nome. A dissertação de Nísia Trindade Lima é uma referência importante para as análises desse período sobre o movimento de favelas no Rio de Janeiro (Lima, 1989).

<sup>43</sup> A “linguagem da violência urbana”, da qual a política de pacificação não teria se depreendido, é um conjunto de repertórios que nas últimas décadas representa as questões relacionadas à manutenção da ordem pública na chave das “ameaças à continuidade das rotinas cotidianas” (Machado da Silva, 2015, p.10). Segundo o autor, a criminalidade violenta, tal como a vivenciamos e a interpretamos desde a década de 1980, representa uma ruptura com o desenvolvimento da questão urbana no Brasil. A partir dela, a experiência e a representação do conflito social teriam se deslocado da “classe” e da “política” para o “crime” e a “polícia”, com repercussões variadas sobre as condutas individuais e sobre as políticas públicas.

realizados “de fora para dentro” das favelas e estimulados para que se reproduzam “de dentro para fora” para que moradores e pequenos comerciantes se tornem empreendedores, produtores culturais e/ou empresários das novas “oportunidades” surgidas/ampliadas nas favelas (Leite, 2015). Nesse sentido, a pacificação pode ser entendida como uma atualização do “espaço de experiência” da favela no Rio de Janeiro que engendra novos “horizontes de expectativas” para os territórios e seus moradores, particularmente em termos de integração urbana e de mobilidade social. Isso representa uma inflexão importante no tratamento público dispensado à desigualdade urbana que é, em si mesma, motivo de interesse acadêmico e sociológico, mas o seu desfazimento em poucos anos adiciona ainda novas camadas de relevância ao problema.

## **2.2 “O dinheiro de fora acabou”: a desestruturação da política de pacificação no Chapéu Mangueira**

Com o intuito de observar a desconstrução em curso nas favelas pacificadas, iniciei em 2017 visitas regulares ao Chapéu Mangueira e à Babilônia. Nesse período, contei com o apoio de um antigo líder local que havia se formado cientista social aos 57 anos, o Claudio Batista. Ele me guiou pela favela e me apresentou a diversos comerciantes e trabalhadores autônomos – o perfil de morador que mais me interessava à época. Eu não tinha então um interesse de pesquisa bem delimitado, a não ser investigar os obstáculos contingentes que atravessavam o percurso de “produção de negócios” de muitos moradores. A pergunta de fundo que conduzia as minhas observações flutuantes (Pétonnet, 2008) era saber como, diante desses desafios, os comerciantes locais reconfiguravam suas “estratégias de vida” (Machado da Silva, 2018) enquanto donos de negócios. O Claudio, infelizmente, faleceu poucos meses depois de nos conhecermos. Após sua partida, fiquei distante das rotinas das favelas por aproximadamente um ano. Retomei o trabalho de campo em outubro de 2018, com a colaboração de Anna, quando passei a restringir minhas observações apenas ao Chapéu Mangueira.

Houve durante esse intervalo um processo de consolidação das mudanças territoriais associadas à presença ostensiva de traficantes armados na favela. No primeiro dia de retorno ao campo, vi jovens armados com pistolas carregando “radinhos” desde a entrada da favela; no interior, vi uma boca de fumo em funcionamento ostensivo, com muitas pessoas no entorno, e um fuzil apoiado em uma escada. Essas cenas, observadas novamente nas visitas que se seguiram, remetem a uma configuração do tráfico de drogas distinta da que observei meses antes por intermédio de Claudio. Em uma conversa que

tivemos no Bar do David, ele me apontou um jovem traficante de drogas que passava em frente a uma viatura estacionada com dois policiais em seu interior: estava sem camisa e desarmado, e refez o trajeto algumas vezes. Os policiais, atentos à situação, acompanhavam detidamente os passos do jovem, mas não o abordaram, em uma dinâmica semelhante à identificada por Menezes na favela Santa Marta, a que a autora definiu como “jogo de gato e rato” (Menezes, 2014). A partir de 2018, o regime do “campo minado” (Idem) no Chapéu Mangueira, caracterizado principalmente pelo monitoramento mútuo entre policiais e traficantes, foi feito pelas dinâmicas abertamente violentas do “fogo cruzado” (Idem) – ou, nas palavras de Anna, “a pacificação acabou, agora é tiro, porrada e bomba”.

A circulação pelas favelas na companhia do Claudio e da Anna me colocou em contato com histórias de pessoas atravessadas pela desestruturação da pacificação: no início de 2017, as falas eram muito marcadas pelas consequências do “fim” da UPP, enquanto em 2018 e 2019 elas apontavam em geral para novas configurações de vida. Nessa nova micro conjuntura, a produção social dos negócios foi ressignificada. Narro algumas das histórias a seguir, marcando essas temporalidades, com o intuito de aproximar o “desmanche da pacificação” (expressão de caráter abstrato) de sua vivência cotidiana. O intuito é mostrar que, em pouco tempo, a “falta” da política pública cederá espaço, no ambiente e no discurso locais, para a emergência de novos arranjos sociais que fizeram do Chapéu Mangueira uma favela “pós-pacificada”.

\*

Uma das pessoas que conheci através do Claudio, em 2017, foi o Jailson, um mecânico de automóveis que teve a sua oficina de trabalho demolida por agentes da prefeitura para dar lugar a construção, nunca realizada, de habitações e salas comerciais através do Programa Morar Carioca. Sem o local da oficina, ele passou a trabalhar na frente de sua casa, no meio da rua, mas recebia ameaças dos fiscais da prefeitura de que os carros seriam rebocados por estarem em local irregular. Em situação semelhante à dele estavam também os comerciantes situados no lado direito da rua principal do Chapéu Mangueira que, anos antes, foram apresentados por Vitor para o “blog da pacificação”. Do bar que estava em reforma para o carnaval à loja de biquíni, todos os negócios haviam sido removidos. Tive a oportunidade de conhecer o próprio Vitor que, à época, já havia transformado o albergue apresentado no vídeo em quitinetes voltadas para o mercado imobiliário interno à favela. Claudio me apresentou também à Adriana, uma das

cozinheiras do Bar do David que, em um intervalo de seis meses, pediu demissão e foi readmitida no emprego. No período em que esteve fora ela abriu um bar que vendia *drinks* na Babilônia. O negócio parecia próspero, “vendia pra caramba”, mas em pouco tempo se instalou, abaixo do estabelecimento, uma mistura de trincheira e “boca de fumo” dos traficantes de drogas locais e, diante da queda no fluxo de clientes, ela decidiu deixar de ser “dona do próprio negócio”.

Foi em um domingo de sol, enquanto aguardava o Claudio para conversar sobre as feijoadas que sua esposa, a Dilma, vinha fazendo na laje do casal para receber “gringos” e turistas, que eu tomei nota sobre os fluxos de ocupação de dois bares vizinhos no Chapéu Mangueira – por um lado, as cadeiras do bar do Cebinho foram sendo preenchidas por clientes que vinham do interior da favela, por outro, quase que ao mesmo tempo, o Bar do David foi sendo ocupado por pessoas que vinham do bairro, de fora do morro. Conforme narrado anteriormente, demorei para dar consequência analítica a esse achado, mas as diferenças que identifiquei naquele momento entre David e Cebinho foram importantes para que eu reconhecesse, de fato, a diversidade de situações que caracteriza os pequenos negócios em favelas, mesmo naqueles territórios que receberam agenciamentos direcionados à formalização das atividades econômicas e à adesão ao empreendedorismo.

As distâncias entre David e Cebinho me pareciam especialmente instigantes porque, a despeito da retórica empreendedora das políticas públicas para favelas na última década, o negociante que parecia mais adaptado às circunstâncias do momento era justamente aquele que estava menos conectado aos novos valores do mercado. David parecia frustrado com o que entendia como o “baixo apoio do governo” para concorrer com os “bares do asfalto”. Cebinho se mostrava mais resignado com as mudanças em curso na favela, a não ser quando se tratava da concorrência “injusta” com os *trailers* de lanches.

O principal *trailer* a que Cebinho se referia era o das irmãs Fábica e Uene, o Kaverinha. O nome do negócio carrega uma história curiosa. Por ser um *trailer* preto e que servia comida a muitos policiais da UPP, o local passou a ser chamado de “caveirinha” pelos moradores em alusão ao carro blindado da polícia, conhecido no Rio de Janeiro como “caveirão”. Valendo-se da alcunha, mas tentando ressignificar o seu sentido, as donas do negócio mudaram a grafia do nome, adicionando o “k” e retirando o “i”, como forma de homenagear a mãe delas, já falecida, que se chamava Vera. Fábica me explicou que essa escolha representou uma tentativa de desvincular a imagem do *trailer*

da dos policiais da UPP. Ela disse que “infelizmente” aceita vender para os agentes, porque a recusa lhe traria muitos problemas, mas prefere quando eles não compram porque “a presença deles afasta a clientela”.

O próprio Claudio também tinha preocupações econômicas com a desestruturação da pacificação. Ele era professor de Sociologia no Chapéu Mangueira em um projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) financiado pela Firjan que foi suspenso, segundo ele, em função da crise econômica que afetou o estado. Além disso, há alguns anos ele e sua esposa serviam feijoadas para turistas na laje de casa, mas o fluxo estava menor: “isso aqui já pareceu uma ONU, agora tá mais fraco”.

Eu já sabia que o Claudio estava doente, enfrentando um câncer de pâncreas que o havia afastado do mestrado em Ciências Sociais. Meses depois do nosso contato ele faleceu e eu fiquei distante do trabalho de campo pelo período de um ano.

\*

*20.10.2018, sábado, 14h. Peguei o moto táxi na Ladeira Ary Barroso. Custou 3 reais até a quadra da Faetec, onde algumas crianças jogavam futebol. Havia barracas e tendinhas na rua e uma movimentação intensa de pessoas. Pequeno engarrafamento: um carro parado impedia a passagem de uma kombi. Havia muitos carros estacionados, aliás. Parei no Bar do David para aguardar a Anna. Havia um casal de estrangeiros sentado em uma das mesas. Tinham também algumas pessoas que pareciam ser “de fora”. O David conversava com elas e mostrava um vídeo com um pronunciamento dele em uma reunião na Alerj. Talvez uma reunião com parlamentares sobre políticas na favela? [...] Encontrei a Anna e seguimos pelo “caminho”. Passamos por um jovem do tráfico. Ele estava com duas pistolas na cintura e um “radinho”. Estava sem camisa e de boné. Ela bateu na aba do boné dele e falou alguma coisa que eu não entendi. Anna reclamou muito dos cocôs de cachorro no chão e disse que no “tempo da pacificação” o chão da favela era bem limpinho.*

(Trecho extraído dos meus cadernos de campo na favela Chapéu Mangueira)

Retomei o trabalho de campo em 2018 na companhia de Anna. Ela é moradora do Chapéu Mangueira desde 1990. É dona de uma birosca embaixo de sua casa e trabalha há trinta anos como diarista em apartamentos no Leme. Dentre as casas em que Anna limpa, passa e cozinha, está a de uma amiga com quem trabalhei há alguns anos e que foi responsável por nos apresentar. Em nosso primeiro encontro, narrei brevemente o tema da minha pesquisa. Eu disse que estava interessado em conhecer negócios que prosperaram ou que tiveram dificuldades durante a pacificação. Ela entendeu com isso que eu trabalhava para o Sebrae e me levou para conversar com o presidente da Associação de Moradores. Ao perceber o engano, refiz as minhas palavras e disse que



queria conhecer quem tinha comércio na favela – os donos de bares, lojinhas, albergues, salões de beleza, brechó etc., e foi a partir daí que ela passou a me conduzir pela favela.

“Aqui aluga os quartos para pessoas morar e para comércios, cabeleireiro, depilação, essas coisas, *nada de gringo*, entendeu?”, me disse Anna enquanto apontava para um prédio sem reboco que durante alguns anos funcionou como albergue. O rapaz que arrendou o imóvel não quis nos receber e dias depois disse à Anna que “o morro não está pra isso”. A virtualidade de um “banguê-banguê” (uma das inúmeras expressões que Anna utiliza para se referir aos tiroteios) configurava também um clima de suspeição com pessoas desconhecidas.

Ao retornar ao campo na companhia de outra interlocutora, pude perceber que, apesar do refluxo dos turistas e da retomada dos tiroteios, as atividades econômicas da favela seguiam dinâmicas. Não apenas os pequenos negócios prosseguiram em funcionamento como muitos outros empreendimentos tinham surgido neste período. Onde antes havia os entulhos das remoções realizadas pela prefeitura, novas construções surgiam e modificavam o espaço: de um lado, uma barbearia e um lava-jato; do outro, duas obras em fase de acabamento e uma loja de ração para animais. Havia rumores de que a prefeitura realizaria novas remoções, pois as construções foram erguidas novamente em local irregular, mas isso não intimidava a todos os moradores de modo uniforme.

Os “formiguinhas”, moradores que trabalham carregando materiais de obra e outros objetos morro a cima, seguiam em intensa atividade (e conflito). Embora em geral os carregamentos sejam conduzidos por mais de uma pessoa, existem “formiguinhas” de carreira, que lideram a empreitada e são responsáveis pela negociação com o contratante. Os preços, no entanto, não são tabelados e em alguns casos são decididos apenas depois da execução do trabalho. Não é incomum que haja divergência sobre o preço a ser pago entre o “formiguinha” e o morador que contratou o serviço. Presenciei diversas vezes comentários que demonstravam hostilidade a eles, e até mesmo discussões abertas que os envolviam, mas, a despeito disso, eles seguiam necessários e atuantes.

Em 2018, o bar do Cebinho já havia sido “passado” e dado lugar a um restaurante de uma família evangélica que não vendia bebida alcóolica. O Bar do David, com o objetivo de recompor a clientela, passou a vender “prato feito”, produto que havia sido retirado do cardápio anos antes. O Armazém do Toninho, na mesma rua, estava vendendo também materiais de construção, além dos artigos de papelaria e de utensílios domésticos usuais. Alguns metros à frente, próximo à sala da Associação de Moradores, a dona Maria havia acabado de assumir um ponto de uma loja de roupa, mas apenas enquanto juntava

dinheiro para voltar para o “norte”. O bar da Marlene, irmã do “presidente do morro”, estava fechado para obras, mas pretendia reabrir em breve, e a vendinha da dona Dalva, anexa a sua casa, seguia funcionando todos os dias até às 13 horas, período no qual ela costumava vender 140 pães. A Kaverinha havia se fixado na entrada do morro, próximo à quadra da Faetec, e as irmãs Uene e Karla estavam aos poucos comprando os equipamentos para passar a vender hamburguer. A Anna abria a birosca na parte da noite, a partir de quarta-feira, “que é quando o povo começa a encher a cara”. Se o “morro” estivesse “calmo”, ela costumava funcionar todos os dias até domingo.

Quando perguntei à Anna qual seria a principal diferença entre os dois momentos, o da pacificação e o do presente, ela respondeu que agora “dinheiro de fora não tem mais: eu, por exemplo, tenho a minha birosquinha. Os comercinhozinhos continuam movimentados. Só não continua aquele movimento bom, como teve há quatro anos”. Essa leitura, a meu ver, é bastante produtiva para apreender o contexto de pós-pacificação, especialmente porque ela permite acessar o conteúdo social das trocas econômicas no Chapéu Mangueira. Antes o “dinheiro vinha de fora” porque quem os utilizava nos negócios locais eram pessoas do “asfalto” ou do “mundo”, e não os próprios vizinhos dos comerciantes.

De certo, as favelas – antes, durante e depois da pacificação – estiveram e estão conectadas a circuitos financeiros mais extensos do que os limites de seu território – circuitos esses que passam por redes de negócios legais e ilegais, formais e informais. O próprio tráfico de drogas, que não foi objeto relevante nas minhas observações de campo, é encarado no senso comum como um mercado cujos consumidores estão principalmente fora das favelas. Nesse sentido, a perspectiva que apresenta o dinheiro na dualidade “dentro/fora” é incorporada aqui na medida em que se trata de um referencial adotado por quem vende sobre para quem vende.

A avaliação de que no pós-pacificação não há mais “dinheiro de fora” indica ainda dois elementos importantes sobre o ambiente contemporâneo dos pequenos negócios em favelas cariocas: o primeiro, já bastante abordado aqui, mostra como a pacificação representou uma inflexão econômica para os territórios ocupados, particularmente no que diz respeito à suspensão provisória da barreira simbólica que separa “morro” e “asfalto” no Rio de Janeiro e a inscrição das favelas pacificadas no circuito turístico carioca. O segundo elemento é a revelação implícita de que, a despeito de conjuntura menos favorável, há ainda dinheiro “de dentro”, isto é, um mercado consumidor que fornece as condições para a manutenção dos empreendimentos comerciais locais. A existência

dessas condições mostra novamente a capacidade de permanência dos pequenos negócios de favela, bem como de sua plasticidade diante de uma experiência ancorada fundamentalmente na instabilidade.

Esse ponto fica mais evidente a partir da própria perspectiva de mobilidade com a qual os comerciantes encaram a condição e de seus próprios comércios – poucos são aqueles que se enxergam desde uma perspectiva rígida. Vários dos donos de negócios são assalariados em outras atividades e boa parte dos comércios e serviços prescinde de um imóvel próprio para o seu desenvolvimento. Além disso, os negócios são fechados, reabertos e transformados em intervalos relativamente curtos de tempo. Mesmo a ideia de estar “aberto” é maleável, dado que com as portas abaixadas muitos comerciantes continuam vendendo aos seus vizinhos.

Essas características estão no cerne da favela como “solução para problemas habitacionais” (Leeds; Leeds, 2015), mas se desenrolam de modo singular na vida de seus moradores e comerciantes. Foi com o intuito de me aprofundar nas “estratégias de vida” (Machado da Silva, 2018) dos donos de negócios durante a política de pacificação que decidi reconstruir analiticamente as trajetórias de David e de Anna a frente de seus bares. A ideia que fundamenta esse exercício é a de que configurações tão distintas de casas de bebidas podem fornecer um ângulo fértil para compreender a diversidade de experiências e estratégias de comerciantes da favela – e assim ajudar a matizar o percurso da pacificação no Chapéu Mangueira, suas expectativas e frustrações.

### 3. A FAVELA, O MUNDO E O ASFALTO: AS ESTRATÉGIAS DE UM DONO DE BOTEQUIM DURANTE A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO

*“(...) [aqui] não é a favela, como tal, que sobressai na paisagem, mas o espetáculo da sua ‘integração’ à cidade” (Cavalcanti, 2013).*

David Vieira Bispo, 49 anos, negro, mergulhador, pescador profissional e mestre de bateria de escola de samba, considera que a sua maior “ousadia” na vida foi “transformar uma birosquinha de favela no melhor boteco do Brasil”<sup>44</sup>. Premiado no estado e no país, o bar que carrega seu nome, inaugurado em 2010 na favela Chapéu Mangueira, na Zona Sul do Rio de Janeiro, é objeto recorrente de reportagens na imprensa nacional e estrangeira e recebeu inúmeras visitas ilustres ao longo de uma década de existência – dentre elas a do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Em 2020, em função da projeção e importância adquirida na cidade, David foi agraciado pela Prefeitura do Rio de Janeiro com a Ordem do Mérito Cultural e obteve o seletivo título de embaixador do turismo carioca. Caçula dos 10 filhos de Lucio de Paula Bispo, liderança política histórica e fundador da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Fafrej), David identifica semelhanças entre a sua trajetória e a do pai: “ele lutou para que a favela não fosse removida e eu projetei o nome dela para o mundo”.

O sucesso do Bar do David é parte importante de uma narrativa sobre inclusão social no Rio de Janeiro, particularmente aquela relacionada à pacificação de favelas. A história exitosa, entretanto, não impediu que seu proprietário encontrasse desafios no percurso. A partir de 2017, em decorrência de mudanças na Segurança Pública fluminense, casos frequentes de confronto armado no Chapéu Mangueira afastaram a maioria da clientela do bar, que é formada predominantemente por não favelados. Em 2018, durante o trabalho de campo para esta pesquisa, presenciei uma troca de tiros entre policiais e traficantes de drogas que feriu na barriga um turista holandês que almoçava no local. Episódios dessa natureza, além de esvaziar o bar de frequentadores, atrapalharam o projeto de expansão do estabelecimento para novos territórios populares como a Rocinha e o Vidigal, que enfrentavam cenários semelhantes.

---

<sup>44</sup> As aspas neste capítulo, salvo as exceções devidamente indicadas, se referem a falas de David recolhidas em entrevistas formais e informais entre maio de 2019 e outubro de 2020.

Em direção oposta, no entanto, David se viu impelido a abrir uma filial no “asfalto” dado que, segundo narra, “não podia ficar expondo meu cliente a uma zona de violência só porque o estado trocou uma política de pacificação por uma de confronto”. Inaugurado em 2019 em Copacabana, o novo ponto está localizado entre dois bares tradicionais da cidade, o Cervantes e o Galeto Sat’s, mas David garante não temer a concorrência. Muito inspirado pelo universo do mar e pela experiência precária de quem começou a trabalhar na infância, afirma: “eu consegui surfar na onda; na medida em que ela foi quebrando, eu fui manobrando, e assim vou continuar até chegar na areia”.

#### *Da birosca ao boteco: os deslocamentos do Bar do David*

Em abril de 2010, após encerrar um vínculo empregatício de 10 anos em uma loja de artigos de pesca em Vila Isabel, na Zona Norte do Rio de Janeiro, David começou a assar e vender lanches congelados para policiais da UPP na birosca da sua família no Chapéu Mangueira, onde ele vive desde a infância. Até então dividindo o tempo com outras atividades econômicas, como a customização de varas para a pesca, viu a venda de salgado folhado crescer e antecipar a decisão de iniciar a sua própria lanchonete. Para sediar o novo negócio, buscou um espaço próximo à entrada da favela, mas a transação não foi adiante em função de impasses criados por obras públicas no local. Sem alternativas para a aquisição de um terreno, alugou o imóvel de um de seus irmãos onde até então funcionava um bar e restaurante. A estrutura para o negócio próprio – fogão, microondas, *freezer* horizontal, panelas, copos, pratos etc. – foi adquirida da inquilina anterior, a quem David ofereceu dois mil reais para ficar com todas as peças. O projeto inicial da lanchonete deu lugar a um botequim e um trabalhador desempregado se transformava a partir dali em “microempreendedor”.

Nos primeiros meses, com apenas três pessoas se dividindo entre a cozinha, o atendimento e o balcão, o bar operava de segunda à sábado servindo refeições executivas de peixe, frango, bife, linguiça e carré, acompanhadas de arroz, feijão e salada<sup>45</sup>. Além dos itens fixos, oferecia opções especiais que variavam a cada dia: costela com agrião, carne seca com abóbora, bobó de camarão, entre outros pratos elaborados por David e sua irmã. O público que se sentava nas cadeiras de plástico do pequeno estabelecimento era

---

<sup>45</sup> No início do negócio, apenas David, uma de suas irmãs e uma vizinha trabalhavam no estabelecimento. Atualmente o bar funciona com 19 funcionários, oito na sede e 11 na filial. Ao longo de dez anos, segundo estimativas de David, aproximadamente duzentas pessoas já foram empregadas pelo estabelecimento. Para ele, uma das razões dessa rotatividade seria o baixo compromisso das pessoas com o trabalho: “sabe que hoje em dia ninguém quer trabalhar, o pessoal fica um pouquinho, aí dá um sol e as pessoas não aparecem”.

formado principalmente por taxistas, moto-taxistas, motoristas de transporte alternativo, policiais e “pessoas que trabalhavam em secretarias de estado” – um perfil bastante comum às favelas pacificadas naquela época<sup>46</sup>. Em alguns sábados, o bar realizava eventos e rodas de samba que atraíam os turistas presentes no morro e impulsionavam as vendas do negócio, especialmente as de cervejas e de *drinks*.

David conta que certa vez, enquanto rabiscava o cardápio em um pequeno quadro negro, pensou que uma feijoada de frutos do mar seria uma opção singular e acessível para o prato especial do dia seguinte. Com ingredientes valorizados no mercado gastronômico do Rio de Janeiro, uma refeição desse tipo seria bastante incomum em um bar popular, mas a geladeira da casa de David já estava repleta de peixes, polvos, lulas e mariscos porque ele mesmo os pescava. À base de feijão branco, a preparação fez sucesso imediato entre a clientela e se tornou parte do menu regular da casa. Esse prato algo casual foi decisivo na história futura do bar.

Algumas semanas depois da estreia da feijoada de frutos do mar no cardápio do Bar do David, uma repórter d’O Globo que cobria a repercussão da pacificação sobre os pequenos negócios de favela provou a iguaria e deu destaque para a receita em uma matéria do jornal<sup>47</sup>. A reportagem, que apresentava também a pensão Bela Vista no Pavão/Pavãozinho e o Bar do Omar no Morro do Pinto, argumentava que “bares, pensões e biroskas” de “comunidades pacificadas” vinham atraindo turistas com “pratos fartos e convidativos” (Costa, 2019, Caderno Rio, p. 29). Segundo David, a imagem da feijoada estampada no jornal marca a entrada de seu bar em um circuito mais amplo: “depois dessa foto veio o Correio Braziliense, o Metro e a Rede TV. Eu ainda brinquei, agora vai vir o pessoal do Comida di Buteco. No final de semana, eles apareceram e me fizeram o convite”.

O Comida di Buteco é um concurso gastronômico criado em 1999 em Belo Horizonte, Minas Gerais, e expandido ao longo de duas décadas para diversas cidades do país. Autodenominado “o maior concurso de butecos do Brasil” (Comida di Buteco, [2020?]), a competição ocorre anualmente entre os meses de abril e maio e tem como propósito eleger os melhores bares nacionais. O Bar do David carrega o título simbólico

---

<sup>46</sup> Couto (2016), ao analisar o funcionamento de diversos programas implementados em favelas pacificadas, especialmente o UPP Social, apresenta o perfil dos diferentes profissionais que atuavam nessas iniciativas, tanto no âmbito da gestão (no escritório) quanto em “campo” (nas favelas).

<sup>47</sup> A reportagem foi publicada em 10 de outubro de 2010, seis meses após a inauguração do Bar do David.

de ser o primeiro comércio de favela a participar do evento, o que, segundo seu proprietário, “abriu portas para muitos outros favelados donos de negócio”.

*Figura 2 – Reprodução de matéria do Jornal O Globo*



Fonte: Captura de tela. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

As regras da disputa preveem que cada concorrente crie um petisco inédito articulando “sabores locais” a um ingrediente escolhido pela organização como tema da edição. Os frequentadores e um júri de convidados avaliam de forma paritária o prato e o estabelecimento. Com notas que podem variar de 1 a 10, os eleitores depositam seus votos em urnas físicas, posteriormente recolhidos e apurados por institutos de pesquisa independentes. A favor do bar pesa principalmente a qualidade do quitute, mas também as “condições de higiene”, o “atendimento” e a “temperatura da cerveja”. Ancorado no “mercado das experiências” (Rifkin, 2001), o evento busca promover o conceito de “cozinha raiz”, isto é, receitas e ambientes ao mesmo tempo “simples” e “autênticos” que remetam à casa e à amizade<sup>48</sup>.

O Comida di Buteco tornou-se um evento relevante para o setor de bares e restaurantes especialmente em função do engajamento de público que gera nos locais onde ocorre. Em 2019, por exemplo, mobilizou 600 bares, 800 mil votos e mais de 400 mil petiscos vendidos no Brasil (Comida di Buteco, [2020?]). Além disso, oferece como

---

<sup>48</sup> Foram realizadas para essa pesquisa três entrevistas com organizadores do concurso Comida di Buteco entre 2019 e 2020.

vantagem aos participantes a “capacitação” de seus funcionários e a “visibilidade midiática” do negócio. Pensado como uma plataforma de transformação socioeconômica para o pequeno comércio, os bares que participam do concurso devem ter o proprietário ou seus familiares à frente do negócio e não podem constituir uma rede ou franquia comercial. Segundo narra uma das organizadoras, o bar precisa ter “a cara do dono, possuir a sua identidade”.

Articulando a ideia de experiência (do ponto de vista do público) e de identidade (a partir do dono de bar), a disputa engendra uma nova modalidade de botequins. O boteco, como são denominados os estabelecimentos participantes, é uma manifestação específica do amplo processo de profissionalização das casas populares de bebidas no Brasil, algo que se acelerou no país especialmente a partir dos anos 1990. No Rio de Janeiro, isso transcorreu inicialmente através das injunções produzidas pelo Guia Rio Botequim, uma publicação conjunta da Prefeitura da Cidade e do jornal O Globo, que selecionava, reconhecia e transformava bares cariocas (Thiago de Mello, 2003). Com foco em negócios locais e familiares, o Comida di Buteco tem uma abrangência nacional e promove a dimensão gastronômica dos bares.

A participação em um evento dessa magnitude foi lida por David como uma oportunidade ímpar. Segundo ele, em se tratando de favelas, “é mais fácil cair um raio duas vezes na cabeça de um pobre que ele ter uma segunda chance”. Na sua estreia na competição em 2011, foi eleito o terceiro melhor boteco do Rio de Janeiro, atrás apenas do Da Gema, na Tijuca, e do Nordeste Carioca, no Anil. O tema do concurso naquele ano era feijoada e os participantes deveriam usar ao menos um dos elementos da iguaria (carne seca, laranja, farinha ou feijão preto) na confecção dos petiscos. David usou os quatro ingredientes na sua receita “Tropeiro carioca”. Uma vez laureado, o negócio adquiriu a reputação distintiva de ser “um bar premiado em uma favela pacificada”. À época, Eduardo Maya, um dos organizadores da disputa, disse na festa de encerramento do concurso que “o bar de comunidade” seria “o grande diferencial do Rio” e que já procurava outros exemplares em favelas cariocas para integrar as próximas edições (Santos, 2011, Segundo Caderno, p. 5).

Os bares de favelas vinham então adquirindo uma relevância inédita. No mesmo período, o jornal O Globo abordou em sua seção “destaque do ano” um acontecimento que denominou como “gastronomia nas UPPs”. A matéria argumentava que com o processo de pacificação o “carioca” poderia aproveitar de uma culinária “pouco conhecida” e desfrutar de uma vista da capital exclusiva do alto dos morros da cidade



(Gastronomia nas UPPs, 2011, Cultura, p.13). Em direção semelhante, foi publicado em 2012, com o financiamento conjunto do Governo do Estado e da Prefeitura da Cidade, um “Guia Gastronômico das Favelas do Rio”. O texto que abre o volume, concebido e editado pelo cineasta Sérgio Bloch, define o projeto como resultado da “fome com a vontade de conhecer”. Convidado para filmar favelas recém-pacificadas, o diretor e sua equipe descobriram no percurso do trabalho os pratos convidativos dos bares e restaurantes locais, o que o motivou a confeccionar um roteiro da “culinária de favela”. Dentre os 22 estabelecimentos selecionados para o livro, está, entre as páginas 62 e 65, o Bar do David, o único portador de um prêmio gastronômico (Bloch, 2012).

Além de engendrar atributos dessa natureza, o concurso teve também uma importância prática para David. Os primeiros meses de atividade do negócio transcorreram antes da sua regularização junto à Prefeitura. Ao criar a loja, a principal preocupação de David foi obter o registro como Micro Empreendedor Individual (MEI)<sup>49</sup> para que pudesse gerar notas fiscais e justificar à Receita Federal a “origem do dinheiro”. A emissão do alvará de funcionamento, no entanto, foi realizada somente às vésperas do evento e com o apoio de seus organizadores, cuja articulação política ajudou também a preservar o imóvel no local, então sob ameaça de remoção pelos órgãos municipais. Através de interlocuções com o Sindicato patronal de bares e restaurantes (SindRio) e com a Empresa de Turismo da cidade (RioTur), o Comida di Buteco “acionou o poder público para legalizar o bar e fazer com que sua instalação não fosse prejudicada”, conforme me narrou uma das organizadoras do evento.

A notoriedade adquirida após a primeira edição do concurso foi decisiva também para o processo de internacionalização do Bar do David. A expressão “da favela para o mundo”<sup>50</sup>, *slogan* do negócio, passou a ser utilizada nesse período, particularmente depois que David deu uma entrevista para repórteres do jornal estadunidense *The New York Times*, em setembro de 2011. Ele não dissimula o orgulho que sente da ampla cobertura jornalística sobre o seu trabalho. É capaz de repetir de memória, a cada início de conversa,

---

<sup>49</sup> O MEI é uma figura jurídica criada durante os governos Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) com o objetivo de diminuir a informalidade do trabalho no país (Lei Complementar 128/2008). É voltado para trabalhadores autônomo informais com faturamento anual de até 81 mil reais (em 2008, eram 36 mil reais) e no máximo um empregado. O registro como microempreendedor individual garante acesso a créditos bancários e algumas garantias protetivas do mercado de trabalho formal, como auxílio-doença, aposentadoria por idade ou invalidez, salário-maternidade, pensão e auxílio reclusão. O contexto em que essa medida foi produzida pode ser mais bem entendido em Pereira (2012).

<sup>50</sup> Essa frase é frequentemente utilizada para apresentar publicamente pessoas e projetos que trilharam uma trajetória de ascensão econômica e/ou cultural mobilizando a identidade social da favela. Os exemplos são abundantes e compreendem desde subtítulos de livro a nomes de perfil em redes sociais, passando ainda por títulos de canções.

os veículos estrangeiros que já escreveram sobre o bar, começando pela BBC (*British Broadcasting Corporation*) e terminando sempre com a *Al-jazeera*, do Catar. Há uma anedota curiosa sobre o alcance inesperado do negócio: certa vez dois homens e uma mulher, todos estrangeiros, se sentaram em uma mesa no interior do bar e iniciaram uma conversa com David, a despeito das barreiras linguísticas. Em dado momento, depois de servir os pratos, o dono do bar quis saber como eles tinham descoberto o local. “Israel”, disseram. “Ah, sim, o Israel, grande amigo, tá sempre indicando o caminho pra gente”, respondeu David pensando no porteiro de um prédio contíguo à escada que dá acesso ao morro. Confuso, um dos homens mostrou um arquivo aberto no celular: a página de uma revista israelense para a qual David havia dado entrevista meses antes.

Esse conjunto de circunstâncias – da premiação no concurso à internacionalização midiática – contribuiu para que a clientela do estabelecimento sofresse uma mudança expressiva no intervalo de pouco mais de um ano. “Quando montei meu bar, não montei para o asfalto, montei para o morro”. David reconhece, no entanto, que as modificações pelas quais o negócio passou afetaram sua capacidade de atender o público da favela: “o morador consome arroz, feijão, sal, açúcar, farinha, leite, café, refrigerante de garrafa, alguma coisa que ele busca nas biroskas e, muitas vezes, comprando fiado”. Com opções elaboradas, mais caras e sem o expediente de crédito informal, o bar passou a ser frequentado principalmente por pessoas de fora do Chapéu Mangueira.

Embora tenha provocado certo desconforto na vizinhança (“acho que o pessoal do morro ficou com ciúme”), essa transformação trouxe vantagens econômicas inegáveis para David: “eu funcionava até duas da tarde de sábado, depois eu ia para praia jogar futevôlei. Um belo dia abri no domingo. Só botei petisco e vendi mais que o valor da semana inteira”. O bar passou a adotar um novo horário de funcionamento (todos os dias, com exceção de segunda-feira) e direcionou os esforços para a venda de petiscos: “comecei a arrancar os pratos, a partir de sexta-feira vendia só os petiscos, a feijoada de frutos do mar, o tropeiro e o bobó de camarão”. A partir desse momento, ele considera que seu bar passou a “competir em pé de igualdade com o asfalto”, o que significava principalmente ter funcionários formais, instalações padronizadas, boas condições de atendimento, dentre outros aspectos característicos do setor profissional de serviços.

A decisão de “arrancar os pratos” engendrou modificações simbólicas consideráveis para o bar e representou um aspecto importante no processo de conversão da birosca em boteco. A preferência por petiscos ao prato comercial tem razões econômicas: aqueles são consumidos em maior volume e permitem maior margem de

lucro. David argumenta que o “*ticket médio*”<sup>51</sup> é mais alto em uma mesa de petisco: “duas pessoas comem duas porções e tomam seis cerveja, isso é bem mais do que o cara que só compra o prato, almoça e toma um refrigerante”. O preço do produto também é mais vantajoso para o estabelecimento. Um “prato feito” custa, em geral, entre 25 e 30 reais<sup>52</sup>. No Bar do David, apenas cinco petiscos (em um total de 22) estão nessa faixa de preço atualmente: a batata frita (pura ou com calabresa), a porção de quatro pasteis, o caldo de feijão e a sopa de ervilha. Os demais variam entre 34 e 50 reais. Além disso, segundo David, “ninguém ganha fama vendendo prato executivo”. Para ele, os petiscos carregam novas propostas culinárias, despertam maior atenção do público e são objeto frequente de compartilhamento em redes sociais – “ninguém ostenta um prato de comida grandão”.

A mudança no padrão de consumo e no perfil da população que transita pelo comércio em favelas foi identificada também em outras pesquisas desenvolvidas em diferentes territórios pacificados (Ost, 2012; Lacerda, 2016). Patricia Ramos Novaes, ao estudar os casos do Vidigal, Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira, fabricou o conceito de “gentrificação periférica” (Novaes, 2018) para descrever as singularidades e contradições dos processos de elitização então em curso nesse conjunto de favelas da zona sul carioca. O esforço da autora era mostrar que, apesar de prosseguirem como espaços de habitação popular, aquelas favelas estariam experimentando importantes transformações socioeconômicas, especialmente em termos de modelo de serviços e de comércios ofertados.

Felipe Rangel (2019), ao estudar o comércio popular no Brás, em São Paulo, elaborou o conceito de “empresarização” para analisar as alterações experimentadas nas formas de trabalho, na ocupação de espaços físicos e na subjetividade dos trabalhadores dessa região da cidade. A migração das atividades de venda da rua para os *shopping centers* é narrada pelo autor através de suas justificativas e consequências: do discurso de modernização, formalização e combate aos ilegalismos às mudanças nas regulações contratuais e nos horizontes e expectativas dos trabalhadores/empresários, aquilo que Rangel denomina como “gentrificação do trabalho”. Algo semelhante transcorreu com David e o seu bar.

---

<sup>51</sup> “*Ticket médio*” é uma das métricas administrativas utilizada para mensurar o desempenho de um estabelecimento comercial. Consiste na receita total obtida durante um intervalo de tempo (um dia, por exemplo) dividida pela quantidade de cupons fiscais emitidos no mesmo período. É utilizada por David para explicar o padrão de consumo dos clientes.

<sup>52</sup> Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT), o prato comercial/prato feito no Brasil custa em média 29 reais. Na capital fluminense, o valor médio atual é de R\$ 32,83. Disponível em <<https://www.abbt.org.br/home>>. Acesso em 19/10/2020.

Embora façam referência a processos distintos, essas duas noções de “gentrificação” – tanto a “periférica” quanto a “do trabalho” – ajudam a entender o que transcorreu com David e seu bar. A presença de um boteco na favela representava uma nova experiência local de negócio que atraía uma clientela formada por grupos sociais diferentes dos moradores de favelas. Ao mesmo tempo, em função das mudanças vividas pelo negócio e de sua percepção desse processo, David realizou em pouco tempo a passagem da condição de “microempreendedor” para a de “empresário”, de dono de birosca para dono de boteco.

### *Gastronomia de inclusão e a política dos petiscos*

Com muitas expectativas em torno de seu desempenho, o Bar do David participou pela segunda vez do Comida di Buteco em 2012. Nessa edição, o bar conquistou o vice-campeonato estadual com o “Croquete de frutos do mar” – a versão em bolinho de sua prestigiada feijoada de crustáceos e moluscos marinhos. Aquele ano também foi importante para David por outro motivo. Em junho foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que reuniu representantes de 188 países para discutir o bem-estar social, econômico e ambiental das futuras gerações<sup>53</sup>. Por ocasião do evento, David recebeu diversas autoridades internacionais em seu negócio, entre elas a primeira-ministra da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt, que, segundo ele, definiu a culinária do bar como a melhor comida que provou no Brasil.

Animado pela rápida ascensão, David disse que “foi com tudo para ganhar” em 2013, mas, apesar do empenho, não conseguiu repetir os sucessos anteriores. O petisco “Favela chic”, feito de linguças empanadas servidas com molhos chimimchuri, queijo cheddar e acompanhada de chips de aipim, não figurou entre os primeiros colocados daquele ano. Esse quitute marca o início de um novo ciclo nos nomes de petisco do bar, que passam a carregar significados mais amplos que a descrição do prato. A atribuição de novos sentidos aos itens do menu é parte de um movimento político e pessoal que David denomina como “gastronomia de inclusão”. Isso compreenderia desde a oferta de emprego para jovens de favelas até a disputa com empresários “de fora” que atuam nos circuitos de turismo do Chapéu Mangueira, passando ainda pela expressão criativa de suas ideias e perspectivas no cardápio do bar.

---

<sup>53</sup> Para saber mais sobre a Rio+20, veja: <[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html)>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

“Favela Chic”, segundo David, era uma homenagem a uma cliente importante do bar, uma médica que “com a sua presença fazia do Chapéu Mangueira um lugar refinado”. Enunciado naquele momento, o nome exaltava também processos em curso na cidade e no país<sup>54</sup>: do ponto de vista urbano, como já apontado, mudanças na configuração dos comércios e serviços em favelas da Zona Sul e no perfil da população que circulava e habitava aqueles territórios (ibidem, p. 62); no âmbito nacional, por sua vez, o aumento no salário mínimo e a ampliação do acesso a bens de consumo, visto por analistas mais entusiasmados como a emergência de uma nova classe média brasileira (Neri, 2011).

Em 2014, David inscreveu na disputa do Comida di Buteco o prato “Dubai carioca” – uma porção de bolinhos de arroz com sardinha ao molho de alcaparras. O bar não alcançou novamente uma posição de destaque na competição. O petisco era uma tentativa de reforçar os laços do estabelecimento com o mar, como demonstram os seus ingredientes. O nome *sui generis*, no entanto, surgiu enquanto pensavam a estética do prato. David montou o tira-gosto à semelhança de uma espinha de peixe, mas virada ao contrário a estrutura lembrava a Ilha Palm Jumeirah, em Dubai. A história é narrada por David como parte de um episódio fortuito, resultado de um acaso, mas o contexto faz crer que a associação entre o Chapéu Mangueira e um dos locais mais exuberantes do mundo não foi absolutamente incidental.

Localizada nos Emirados Árabes Unidos, Dubai é identificada em diferentes portais na *internet* como um lugar turístico, símbolo de progresso econômico, com praias paradisíacas, hotelaria opulenta e restaurantes requintados. As favelas do Leme, por seu turno, despontavam naquele momento como um destino particularmente atraente para visitantes estrangeiros, em especial no mercado turístico dos morros cariocas: além da proximidade com o mar, podiam oferecer ao mesmo tempo boa hospedagem e gastronomia de qualidade reconhecida, os quais podem ser entendidos como vantagens comparativas no mercado da “pobreza turística” (Freire-Medeiros, 2009)<sup>55</sup>. No quadro da

---

<sup>54</sup> Freire-Medeiros (2007) mostra que o nome “Favela Chic” é utilizado também por uma rede de restaurantes internacional especializada em comida brasileira. Essa autora vem analisando há mais de uma década a transformação da “favela”, de estigma em marca.

<sup>55</sup> Sobre esse último aspecto, em particular, Bianca Freire-Medeiros *et al.* (2016) identificam em suas pesquisas na favela Santa Marta duas mudanças relevantes em torno da “favela turística” no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, ressaltam que após a instalação da UPP houve um engajamento crescente de moradores em empreendimentos turísticos locais, reformulando o campo de forças do setor e suas dinâmicas no espaço. Em segundo, as autoras argumentam que, diferentemente do que ocorreu ao longo das décadas de 1990 e 2000 com a Rocinha, cuja posição turística na cidade se consolidou apesar da contrariedade de governantes locais, a construção do Santa Marta como um atrativo se beneficiou justamente da indução de políticas públicas coordenadas entre as três esferas de governo do país, como demonstra o caso do projeto Rio Top Tour – um programa do governo federal centrado na ideia de turismo de base comunitária, que

cidade, figuravam também como um caso expoente da ideia de desenvolvimento econômico e sociocultural. Por isso, guardadas as diferenças irreduzíveis, a referência à Dubai objetivada por David parecia incorporar e dar consequência a certo discurso sobre as favelas pacificadas no Rio de Janeiro, notadamente o que via naquela experiência a construção de perspectivas possíveis para diversas cidades desiguais do mundo (La Rocque, 2013).

Em que pese as derrotas consecutivas no Comida di Buteco, o negócio experimentava à época uma ótima fase. Em 2013, o bar teve a sua “caipirinha especial” premiada no concurso Comer&Beber da Paz, promovido pela revista *Veja Rio*. O evento, que ocorre anualmente desde 1996, teve uma edição especial voltada exclusivamente para o comércio de favelas pacificadas. A caipirinha servida no Bar do David é uma versão heterodoxa do clássico coquetel brasileiro, recentemente declarado patrimônio cultural, histórico e imaterial do Estado do Rio de Janeiro<sup>56</sup>. Ao custo de 20 reais, pode ser servida com vodca ou cachaça e preparada com limão, laranja, abacaxi, kiwi, maracujá, morango ou tangerina. Em 2014, outro de seus *drinks* estampou a primeira página do caderno Rio Botequim, do jornal *O Globo* – denominado “brasileirinho”, a bebida é um licor de maçã verde com maracujá que acompanha cachaça, vodca ou saquê; é vendida atualmente ao preço de R\$ 26,90.

A Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, em 2014, foi um marco ainda mais relevante na trajetória do bar. O campeonato internacional atraiu um grande fluxo de visitantes para o país e representou um ganho econômico adicional para o setor de serviços nas cidades-sede. Então já considerada uma favela turística, o Chapéu Manguieira recebeu nesse período muitos estrangeiros e brasileiros de outros estados interessados em conhecer a “realidade carioca”. Do ponto de vista de seu negócio, David destaca especialmente o afluxo de pessoas nos dias de jogos. Nessas datas havia nas areias de Copacabana um evento chamado *FIFA Fan Fest*, que disponibilizava telões e sistemas de som para que os frequentadores assistissem às partidas de futebol ao vivo. Antes e depois das transmissões ocorriam apresentações musicais que engajavam o público e estendiam

---

pretendia “promover a inserção social e econômica de moradores de favelas pacificadas por meio da atividade turística”. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/2202-projeto-top-tour-e-lancado-no-rio.html>. Acessado em 09 de julho de 2020.

<sup>56</sup> Conforme consta na lei nº 8.576, de 23 de outubro de 2019. Disponível em: <http://encurtador.com.br/ejvxS>. Acesso em 27 de setembro de 2020.

sua permanência no local. Parte da multidão que se reunia na festa circulava também pelos bares e restaurantes do entorno, entre eles o de David.

O prolongamento do tempo de consumo no bar motivou, inclusive, o nome de um petisco criado por David por ocasião do torneio. O “Prorrogação” – mandioca com linguiça mineira ao molho de mostarda e servida com mel e *catchup* de pimentão – atendeu a uma sugestão da RioTur, que propôs a vários bares a criação de um quitute ligado ao futebol. O nome do prato, segundo seu idealizador, convida o cliente a permanecer mais tempo no bar ao mesmo tempo que faz alusão à extensão do período regulamentar de uma partida de futebol. Esse petisco “ganhou” a capa da parte gastronômica do Guia Oficial do Rio de Janeiro. Estampando a principal revista turística da cidade e a 800 metros dos principais hotéis de Copacabana, o bar se tornou um “*point*” para repórteres de todos os lugares do mundo. David conta orgulhoso que precisou organizar uma fila para atender aos pedidos de entrevistas, algumas das quais realizadas ao vivo.

O desempenho do bar no Comida di Buteco voltou a melhorar em 2015 com o petisco “Estrela de David” – costelinha de porco com geleia de abacaxi, hortelã e pimenta. Com o terceiro lugar na disputa, esse prato o recolocou entre os melhores botecos do estado. A denominação dessa iguaria também carrega diferentes sentidos: faz referência ao símbolo judaico de mesmo nome, que estampa a bandeira do Estado de Israel, ao passo que mobiliza também o repertório popular em torno da ideia de “estrela”, cujo portador é geralmente alguém que conjuga boa sorte e protagonismo. Nesse sentido, ao comentar o nome do petisco, David sublinha que outras pessoas, mais talentosas que ele, não tiveram sucesso semelhante ao seu (onde estaria a sua sorte), embora sempre ressalte que se preparou durante toda a vida para “este momento” (resultado de seu protagonismo). Esse processo de “preparação” articula, na narrativa de David, dois elementos principais: por um lado, aquilo que ele define como “postura diante da vida” e, por outro, as lições apreendidas nos diferentes espaços pelos quais transitou ao longo de sua trajetória, em especial a “praia”, a “favela” e o “samba”.

Como boa parte das crianças do Chapéu Mangueira, David aproveitava a ressaca do mar para “garimpar” moedas, ouro e outras joias na praia – “quando o mar fica brabo, joga muito dinheiro pra fora”. Conta que chegou a acumular um pequeno pote de ouro, ao que definiu à época como sua “caderneta de poupança”. Era a isso que recorria quando precisava de dinheiro extra para “fechar o mês” ou para uma nova empreitada. São do “garimpo” também o bracelete e o colar que veste diariamente. Na adolescência, David

passou a pescar e a praticar mergulho; mais tarde, se profissionalizou em ambas as atividades. Tornou-se montador de varas de pesca, atendendo praticantes de elite e atletas brasileiros de pesca desportiva. Surfista desde cedo, diz que salvou banhistas de afogamento inúmeras vezes. Em 1997, com 25 anos, prestou o concurso municipal para o posto de guarda-vidas, mas alega ter sido “garfado” durante a seleção. David atribui o resultado desfavorável à discriminação contra moradores de favelas: “eu fui um dos melhores atletas que concorreram à vaga daquele ano e fiquei de fora por uma audiometria que não provou nada; morar na favela às vezes é um pouco difícil”.

Em que pese os desafios, David nunca cogitou se mudar do Chapéu Mangueira. Em entrevista a jornalistas disse, mais de uma vez, que “sair do morro” no seu caso significaria “remover as raízes de uma planta”. Membro de uma das principais famílias locais, ele cresceu em um período no qual a favela já começava a se liberar das ameaças de remoção e quando não havia ainda o cerceamento imposto pela regulação armada do cotidiano<sup>57</sup>. “Tive uma infância maravilhosa, fiz tudo o que uma criança poderia fazer, a favela proporcionava isso de forma segura naquela época”. Presença frequente nas ações de mutirão<sup>58</sup>, David lembra de ter ajudado a carregar parte das pedras que formaram o primeiro forno de cerâmica do Galpão das Artes, criado a partir da parceria entre a artista plástica Celeida Tostes e a ceramista Dona Agustinha no início dos anos 1980 (Infante, 1994).

Em tom nostálgico, David conta que as brincadeiras de bola de gude eram interrompidas apenas quando alguém anunciava a chegada de compras no morro. Em troca de pequenas quantias, as crianças desciam a escadaria para carregar bolsas e caixas para os adultos e idosos. Na medida em que foram crescendo, David e seus amigos passaram a “fazer o carroto das madames” nas feiras livres do Leme, e é essa atividade que ele considera como o seu “primeiro emprego”, então com apenas sete anos. Foi ali que aprendeu os códigos básicos da negociação que utiliza até hoje: “eu negociava meu

---

<sup>57</sup> Nas décadas de 1960 e 1970, as favelas cariocas, especialmente as do Centro e da Zona Sul, foram submetidas a uma intensa política de remoção que suprimiu do espaço urbano em torno de 80 favelas, assim como impediu a expansão e a urbanização de várias outras, entre elas a do Chapéu Mangueira (Valladares, 2005). A política remocionista perdeu força nos anos 1980 e 1990 e diversas favelas passaram por processos de urbanização, fenômeno descrito e analisado por Cavalcanti (2009). Trabalhos mais recentes apontam para o retorno da “lógica remocionista” em diversos territórios da cidade durante a preparação para os Jogos Olímpicos (Magalhães, 2019).

<sup>58</sup> O “mutirão” é uma atividade coletiva, organizada e conduzida por moradores de favelas e periferias, com o objetivo de construir ou ampliar moradias próprias e produzir melhorias locais. Nos anos 1970 e 1980, tornou-se um fenômeno nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e se configurou como um tema relevante para as Ciências Sociais brasileiras. Para compreender o percurso dessa questão, veja o trabalho de Edson Miagusko (2011).



preço para poder carregar as compras; depois, na pesca, tinha que negociar (‘toma aí, me paga depois’), [...] comecei ali e isso me trouxe uma certa experiência”.

A dinâmica associativa da favela rendeu a David o acesso ao universo do samba. Sua trajetória como percussionista teve início no Bloco Carnavalesco Aventureiros do Leme. A história dessa agremiação está por ser sistematizada, mas diversas pesquisas (Arruda, 2006; Ramiro de Souza, 2017) a colocam ao lado de instituições comunitárias orgânicas e altamente relevantes para a vida local, como os mutirões e o time de futebol Embalo, responsáveis, dentre outros aspectos, por aproximar os moradores do Chapéu Mangueira e da Babilônia no final dos anos 1970<sup>59</sup>. A partir de 1989, já com 17 anos, David passa a integrar também o Grêmio Recreativo Escola de Samba São Clemente, da favela Santa Marta, no bairro de Botafogo. Dois anos após sua chegada, tornou-se mestre de bateria da escola, cargo que ocupou até 2010<sup>60</sup>. Esse trabalho introduziu David no circuito profissional do samba: ele participou da gravação de diferentes álbuns musicais e realizou turnês em outros países. As experiências a frente do Aventureiros do Leme e da São Clemente ensinaram David a conceber e empregar estratégias para competições, assim como contribuíram para o desenvolvimento de suas habilidades como liderança social e política. “Todo mundo tocava samba, então eu exercia uma liderança sobre os homens, aquilo me trouxe certo *status*, me colocou numa posição de liderança”, afirma.

Em todos esses espaços – a praia, a favela e o samba – David emprega uma postura que descreve frequentemente como “a busca pelo melhor”. Essa atitude poderia ser entendida, em termos sociológicos, como a combinação de uma intensa reflexividade, no sentido de produzir justificativas sobre o significado de suas ações no mundo<sup>61</sup> (Boltanski; Thévenot, 2006), e de uma forte referência na competição, entendida aqui como a modalidade indireta e formal do conflito, uma das principais formas de sociação<sup>62</sup> entre

---

<sup>59</sup> Segundo Clara Polycarpo (2016), apesar da proximidade física, havia uma forte distinção entre as favelas Babilônia e Chapéu Mangueira no que se refere à formação social e às sociabilidades locais. A Babilônia era vista como uma favela de traços rurais e mais afeita aos desígnios do Exército, que controlava a área onde ambas as favelas se instalaram. O Chapéu Mangueira, por outro lado, era considerado um local mais urbano e composto por pessoas com atuações políticas de maior enfrentamento às ordens estatais. No meu trabalho de campo, ouvi que “quem selou a paz [entre as favelas] foi o falecido Bebeto com a fundação do bloco boca seca”, não mencionado pela literatura.

<sup>60</sup> Líder de uma orquestra de percussão que sustenta os desfiles de uma Escola de samba. Para saber mais, veja Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2015).

<sup>61</sup> O tema da “reflexividade” é bastante caro às Ciências Sociais contemporâneas. Para Boltanski e Thévenot, ela está relacionada à noção de competência. Segundo esses expoentes da sociologia pragmatista francesa, os indivíduos exercem sua reflexividade em momentos críticos para identificar as convenções subjacentes a cada situação e adequar suas justificativas a estas convenções. Esse processo de adequação é mediado por suas competências (Penna, 2012, p. 199).

<sup>62</sup> Para Simmel (1983), a categoria sociedade compreende o conjunto de interações que se estabelece entre os indivíduos em um processo permanente de criação e recriação da realidade social. Segundo essa

os indivíduos (Simmel, 1983). Mesmo em momentos mais difíceis do negócio, David não assumiu as tarefas do dia a dia do seu bar e contratou funcionários apenas para que pudesse estar totalmente liberado, formulando encaminhamentos para os problemas que enfrentava: “parado, pensando, eu ganho mais no médio prazo”. Simultaneamente, em boa parte das histórias e acontecimentos que David narra, fica evidente a centralidade que ele atribui à competição nas interações e laços sociais que constrói, seja nas disputas de baterias no carnaval, em jogos de sinuca na favela, no concurso Comida di Buteco, ou ainda em corridas matinais na areia da praia.

#### *Da “Ressurgência” à “saudososa maloca”:* a virada crítica no discurso de David

Depois de ser premiado diversas vezes no principal concurso gastronômico de botequim do país, o bar do David se transformou em uma referência para diferentes públicos, de empresários em busca de sucesso a jovens das classes populares. O alcance desse feito, do ponto de vista de David, pode ser explorado a partir de alguns exemplos ilustrativos. Uma delas é que, com a projeção obtida, David trocou um lugar na plateia pelo centro do palco nos eventos e cursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Ele destaca a surpresa que o acometeu quando se viu ministrando palestras para micro e pequeno empresários ao lado de pessoas que até pouco tempo lhe serviam de inspiração.

Outra circunstância que simboliza o espaço conquistado por David combina elementos mais casuais, mas não menos expressivos. Ele conta que a professora da sua filha no Colégio Pedro II preparou para os alunos certa vez um exercício com base em matérias de jornais que estavam na sala de aula. Uma das revistas selecionadas trazia uma reportagem sobre David e seu bar e, por estar conectada com o tema da disciplina, foi utilizada como objeto de reflexão pela turma: “eu estava na revista e a professora botou aquilo como matéria. Eles tinham que fazer um trabalho sobre mim, entendeu?”. Parece ser significativo para David que ele ocupe, como figura paterna, um lugar de referência que transcenda o ambiente familiar, especialmente porque isso remete à posição preenchida por seu próprio pai, Lucio de Paula Bispo.

---

perspectiva, a sociedade não deve ser interpretada como algo estático, encerrado e externo às inter-relações individuais. Ao contrário, a sociedade é concebida a partir do emaranhado de atividades e influências mútuas que os indivíduos estabelecem e trocam entre si. De forma correspondente, a sociologia se caracteriza como a ciência empírica dedicada a investigar o processo social básico em que as interações e os laços entre os indivíduos se realizam e são produzidos. É isto que Simmel denomina como sociação, o que considera como objeto próprio da sociologia – e não qualquer fenômeno que ocorre na sociedade.

“Seu Lucio” (1927-2007), como é conhecido na favela, é um personagem muito importante na história do Chapéu Mangueira. Presidente da Associação de Moradores e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi preso inúmeras vezes por defender o direito à moradia dos trabalhadores urbanos no período da ditadura civil-militar no Brasil. Na redemocratização, foi inclusive objeto de pesquisas acadêmicas (Arruda, 2006) e teve sua trajetória ao lado do filho narrada pelo cartunista Bruno Drummond<sup>63</sup>. Ao falar do pai, David diz que até se considera “um cara inteligente”, mas não como ele: “o cara era sábio, o cara era foda, articulador. Eu já tenho um lado explosivo, de vez em quando me perco, e ele sempre na disciplina resolvia tudo”<sup>64</sup>.

Em 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, David se inscreveu no Comida di Buteco com o petisco “Ressurgência” – vinagrete de frutos do mar e feijão fradinho. A criação do prato atendia a um senso prático: servir comida fria encurta o processo de produção e reduz os custos econômicos. O preparativo de um bolinho, por exemplo, implica fazer a massa, estocar as unidades, descongelar, fritar, rechear e aquecer novamente: “perco tempo fritando e aquecendo, enquanto a fila aumenta lá fora”, explica David. Com esse prato o bar foi eleito não apenas o melhor do estado, mas também o melhor do Brasil. Aquele ano foi estreia da edição nacional do Comida di Buteco. Pela primeira vez os vencedores das etapas estaduais concorreram entre si pelo título de melhor boteco do país. Em um intervalo de aproximadamente seis anos, a pequena birosca de um desempregado morador de favela passava a ser considerada o melhor botequim do Brasil.

A vitória de David, entretanto, foi contestada por parte dos concorrentes. Segundo a cobertura do jornal O Globo (Sobral, 2016, Blog Saideira), alguns participantes consideraram que o petisco vencedor não era uma “comida de botequim” porque consistia em um “prato frio, leve e sem frituras”. David respondeu as críticas comparando-se a Isaac Newton: “deve ter sido difícil para ele explicar a Lei da Gravidade naquela época”. Em outra oportunidade (Guimarães, 2016, Coluna Gente Boa), atribuiu as avaliações

---

<sup>63</sup> Esse trabalho foi elaborado para Feira Literária das Periferias (FLUPP), edição de 2015, realizada no Chapéu Mangueira e na Babilônia. Para ver o quadrinho, acesse:

<https://www.brunodrummond.com/c%C3%B3pia-vermelho>. Acessado em 08 de novembro de 2020.

<sup>64</sup> Para asseverar essa imagem do pai, David costuma contar duas histórias reveladoras de sua “diplomacia”. A primeira é que, ao ser questionado por uma pesquisadora sobre o número expressivo de filhos que teve ao longo da vida (10 no total), “Seu Lucio” respondeu “po, e isso é porque minha mulher era muito ruim de jogo!”, invertendo as expectativas colocadas pela interação. A segunda história teria ocorrido em um dia em que “bandidos de fora”, do morro da Mineira, foram jogar sinuca na birosca da família no Chapéu Mangueira. O grupo se preparava para deixar o local sem pagar pelos itens consumidos quando “Seu Lucio” abordou o último que saía: “aí irmãozinho, você esqueceu de pegar seu troco”. Desconcertado, o “bandido” teria voltado e acertado o valor completo da conta.

negativas menos à sua inovação: “foi recalque. O pessoal não aturou um bar da favela ganhar”.

O “Ressurgência” remete à identidade do bar e de seu proprietário, dado que o mar e a culinária praiana estão no centro da imagem do negócio, assim como ao universo da favela, representado no nome do petisco: “a favela surgiu como o patinho feio da cidade, mas durante o pan-americano, a copa do mundo e as olimpíadas ressurgiu como ponto turístico”, diz David. Embora o turismo nas favelas cariocas tenha despontado no final dos anos 1990, conforme descrito e analisado por Freire-Medeiros em seus trabalhos (2009; 2013), não é sem razão que David, ao narrar o processo de “ressurgimento turístico da favela”, atribua centralidade aos grandes eventos esportivos ocorridos entre 2007 e 2016. Nos últimos anos, vários autores mostraram, a partir de diferentes abordagens, que a preparação da cidade para sediar torneios, festivais e solenidades internacionais foi decisiva na produção de iniciativas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico de favelas, dentre as quais a transformação desses espaços em locais seguros e atraentes para a visitação de estrangeiros (Freire-Medeiros, Vilarouca, Menezes, 2016).

De um ponto de vista situado, são ainda mais tangíveis as conexões entre o “ciclo dos megaeventos” (Leite, 2017) e a projeção do Bar do David. Buscando reproduzir a notoriedade experimentada durante a Rio+20 e a Copa do Mundo de futebol, David organizou uma campanha nos meses anteriores aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro para levar o velocista Usain Bolt ao Chapéu Mangueira. Apoiada na rede social construída nos anos anteriores, a estratégia contou com a participação de artistas e personalidades públicas que gravaram vídeos convidando o atleta jamaicano para uma visita ao bar. A presença de um dos maiores nomes do esporte mundial “representaria muito para as crianças da favela”, dizia uma das mensagens produzidas. Bolt até aceitou o convite, segundo David, mas problemas pessoais o fizeram deixar antecipadamente o país. Mesmo sem atingir o propósito principal, a campanha rendeu frutos positivos para o bar. A agitação em torno da ação contribuiu para que David fosse convidado para encerrar o primeiro dia de revezamento da tocha olímpica na cidade. A memória desse momento está corporificada em duas tochas dispostas até hoje no estabelecimento: uma David adquiriu com o próprio dinheiro, a outra ganhou em uma ação de *marketing* da fabricante de automóveis Nissan.

O ano de 2016 foi marcado também por outra circunstância relevante: o momento em que David comprou o imóvel do seu irmão, realizou uma extensa reforma no prédio e construiu o segundo andar – um investimento robusto que lhe custou aproximadamente

350 mil reais. Antes, em 2013, ele já havia realizado a ampliação lateral da área ocupada, após obter autorização para edificação e modificação da estrutura através de contatos políticos na Secretaria Municipal de Habitação. Com Jorge Bittar, então titular da pasta, obteve a anuência para ocupar o terreno ao lado. Anos depois, com o secretário Pierre Alex Domiciano Batista, “chorou mais um pouquinho” e conseguiu a licença para a construção de outro pavimento.

*Figura 3 – Retratos do Bar do David em 2011, 2013 e 2016*



Fonte: acervo pessoal do David

Em 2017, em busca do bicampeonato no Comida di Buteco, David concebeu o petisco “Saudosa maloca”, um bolinho de milho e queijo recheado com carne seca. Foi vitorioso na etapa estadual e vice-campeão na disputa nacional. O nome do prato faz referência direta ao samba homônimo de Adoniran Barbosa. Nessa canção, o compositor “lírico e sarcástico” (Candido, 1975) narra o processo de transformação no padrão imobiliário da cidade de São Paulo a partir da perspectiva de um sem-teto, cuja “maloca” fora derrubada para dar lugar a um “edifício ártu” (arranha-céu). Trata-se de um canto resignado e dolorido que ressalta as consequências das políticas desenvolvimentistas dos anos 1950 para as camadas populares paulistanas (Bastos, 2014). Segundo David, esse nome buscava representar a “saudade da birosca”, isto é, certa nostalgia que ele vinha sentindo da forma anterior do seu negócio. É um título que destoa da denominação escolhida para os petiscos anteriores. Embora se refira também às dinâmicas em curso no

comércio do Chapéu Mangueira, o faz em direção contrária às versões anteriores. Se o “Favela chic”, o “Dubai carioca” e o “Ressurgência” pareciam exaltar os acontecimentos vividos, o “Saudosa maloca” simbolizava a dimensão de sua crítica.

As circunstâncias do momento talvez tenham contribuído para a presença mais forte de um componente contraditório no discurso de David. Findado o ciclo dos megaeventos, em 2016, a política de pacificação de favelas entrou em franca derrocada. Segundo David, o “estado substituiu a estratégia anterior, de paz, por uma nova, de confronto”. Com episódios inesperados de tiroteio entre traficantes de drogas e policiais, a “metáfora da guerra” (Leite, 2001) retomava seu curso mais comum no Chapéu Mangueira. Isso pode ter acionado outros matizes na práxis inclusiva da gastronomia de David. Um episódio ocorrido em 2017 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) ilustra a guinada crítica que se processou em sua atuação política a partir de então.

Em uma audiência pública da Comissão de Turismo, que tratava da repentina exclusão das favelas do mapa turístico da cidade<sup>65</sup>, David iniciou sua intervenção ressaltando que, embora fosse dono de um bar premiado, não havia recebido até aquele momento qualquer reconhecimento das secretarias fluminenses de cultura e de turismo. No entanto, contou que ao realizar um trabalho pontual em uma cidade do estado de Minas Gerais foi agraciado com uma placa de agradecimento, e essa diferença de tratamento lhe trouxe um sentimento de frustração em relação ao Rio de Janeiro. Em seguida, carregando nas mãos uma publicação da RioTur sobre o Rock in Rio<sup>66</sup>, disse que não viu na revista nenhuma imagem de favela, mas ressaltou que na segunda página o cônsul dos Estados Unidos indicava o Bar do David como sua melhor experiência na cidade, e definiu como “covardia” e “discriminação” a desclassificação das favelas como ponto turístico. David argumentou que “desenvolvendo a favela a gente vai desenvolver a cidade, o estado”.

Foi no desfecho do discurso, entretanto, que a crítica de David produziu uma ruptura na situação até então estabelecida. Inconformado que parte dos presentes fosse

---

<sup>65</sup> Em 2017, a RioTur, empresa pública de turismo na capital, excluiu as favelas do mapa oficial da cidade. Mesmo depois da consolidação do turismo em favelas, fenômeno amplamente documentado em pesquisas e textos oficiais, o argumento utilizado pela empresa para retirar as favelas do mapa foi justamente que aquela publicação teria como foco apenas os “pontos turísticos” do Rio de Janeiro. A audiência pública organizada pela Comissão de Turismo da Alerj contou com a participação de lideranças comunitárias do Santa Marta, Vidigal, Rocinha, Providência e Chapéu Mangueira e com parlamentares e representantes de agências estatais.

O vídeo completo da sessão está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yHIQA3S4KuM>>. Acesso em 13 de novembro de 2020.

<sup>66</sup> O Rock in Rio é um festival internacional de música que ocorre esporadicamente no Rio de Janeiro desde 1985.

servida com utensílios descartáveis, ele se colocou à disposição para, em outra oportunidade, “ceder louças para que todos os representantes [de favelas], que eu considero autoridades, possam tomar água em um copo de vidro, possam tomar um cafezinho em uma xícara de louça, para que todos estejam em tom de igualdade”. Ao reivindicar o lugar de um dono de negócio que preza pela qualidade dos serviços prestados, David evidenciou não apenas a falta de “etiqueta” dos anfitriões, como também a desigualdade de tratamento reproduzida no interior de uma Casa legislativa. Constrangidos pelo comentário, os deputados Silas Bento e Rosangela Zeidan, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão, informaram que o “problema” seria corrigido pela equipe de cerimonial em um próximo encontro.

A exclusão das favelas do mapa turístico do estado, revertida após aquela audiência pública, pode ser considerada um dos principais indícios de que a conjuntura político-econômica no Rio de Janeiro vinha se modificando em função da descaracterização da política de pacificação. Com o sugestivo título de “água no chope em áreas de UPP”, uma matéria do jornal O Globo de maio de 2017 noticiava que “bares, restaurantes e *hostels* em favelas amarga[va]m prejuízos com a crise da segurança” (Lima, 2017, Caderno Rio, p. 07). A reportagem citava os casos do Bar do Tino no Morro dos Prazeres, do hotel Casa Mosquito no Morro do Cantagalo, do Bar do Omar no Morro do Pinto, do bistrô Estação R&R na Favela Nova Brasília, do Babilônia Rio Hostel na favela Babilônia e do Bar do David no Chapéu Mangueira. O jornal mostrou também algumas das estratégias que os comerciantes adotavam para conter o esvaziamento do negócio – de condução própria para os clientes a rodas de samba nos finais de semana, além de descontos expressivos no preço dos serviços. David é descrito no texto como alguém “divertidíssimo” e “otimista”. No trecho de sua fala destacado pela reportagem, ele argumenta que “assalto e arrastão não acontecem na favela” e diz que a diminuição do público teria a ver também com a crise financeira no estado. Arremata afirmando que “não é problema da favela, mas da cidade” e cita que “caixas eletrônicos estão sendo estourados em Ipanema”, um dos bairros mais elitizados da cidade.

É relevante notar em episódios desse tipo como David busca se movimentar no interior da “linguagem da violência urbana” (Machado da Silva, 2010). A governança criminal (Lessing, 2020) que incide sobre a vida cotidiana nas favelas é mobilizada por ele, em alguma medida, como um ativo contra determinadas práticas violentas comuns ao “asfalto” (como o “assalto” e o “arrastão”). Isso se assemelha a uma tentativa de “limpeza simbólica” do rótulo de lugar perigoso (Machado da Silva; Leite, 2007). Trata-

se de um recurso por parte de um comerciante e morador de favela que busca refazer o quadro de referências em torno do problema da segurança pública, sinalizando que a condição territorial da favela não carrega apenas desvantagens. No entanto, em oposição às expectativas de David, a força normativa que enquadra a “favela” como lócus da violência no Rio de Janeiro seguiu orientando a conduta dos agentes e a formulação de políticas públicas no estado (Machado da Silva, 2010), conforme mostraram os meses seguintes àquela declaração ao jornal.

#### *Da “paz” ao “confronto”, do “morro” ao asfalto”*

Em fevereiro de 2018, imediatamente após cenas de assaltos a turistas e foliões terem sido registradas por canais de televisão durante o carnaval no Rio de Janeiro, a presidência da República decretou intervenção federal na segurança pública do estado<sup>67</sup>. O então responsável pelo Comando Militar do Leste, o general do Exército Walter Braga Netto, despossou provisoriamente o governador fluminense de sua ascendência sobre as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Segurança e o Sistema Penitenciário estadual. Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019) argumentam que essa decisão extraordinária teria ocorrido em função de “pressão política exercida por entidades empresariais” (p. 09) insatisfeitas com o aumento do roubo de carga no estado. Assentindo com essa hipótese, Edson Miagusko (2018) acrescenta, no entanto, que os “efeitos circulatórios” da violência, entre os quais a descaracterização da UPP, contribuíram para fortalecer a plausibilidade da medida.

Sob crescente ameaça de tiroteios na favela, David inscreveu na edição 2018 do Comida di Buteco o petisco “Maritimidade” – massa folhada recheada com frutos do mar ao alho e óleo. Pela primeira vez desde 2015 o estabelecimento não ficou entre os três primeiros colocados na disputa. Embora não seja possível precisar o motivo, é provável que o risco iminente de confronto armado no entorno do bar tenha contribuído para esse resultado. A seleção do petisco também pode ter pesado negativamente. O prato escolhido não é de fácil execução, de modo que David decidiu não o manter no cardápio após o fim do concurso (o único caso do tipo até o presente momento).

---

<sup>67</sup> A Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro foi decretada em 2018 pelo então Presidente da República Michel Temer. Para saber mais, veja o Decreto 9288/18. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/545787556/decreto-9288-18>. Acessado em 09 de junho de 2020.



A situação do negócio se agravou em 2019 depois da eleição do então governador fluminense Wilson Witzel (Partido Social Cristão). Impulsionado pela expansão da extrema-direita no país, o ex-juiz federal foi eleito em 2018 tendo como agenda política-eleitoral a supressão dos direitos civis em favelas e a militarização da vida social (Gonçalves, 2019). A eleição de Witzel, que surpreendeu analistas de diferentes matizes ideológicos, elevou a patamares inéditos a politização da violência policial no estado. O seu apoio explícito a situações de abusos e de violações de direitos é certamente um dos fatores-chave por trás da intensificação do uso da força pelas polícias no Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), a média mensal das mortes por intervenção de agente do Estado subiu de 54 para 151 casos entre 2015 e 2019 (ISP-RJ, 2020). Nesse último ano, a letalidade da ação policial representou um terço de todas as ocorrências de letalidade violenta (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte). Ainda que não haja informação específica sobre isso, a evidência contextual mostra que, historicamente, boa parte das mortes provocadas pelas polícias no estado ocorrem em favelas e territórios populares (Zaluar; Barcelos, 2013).

Em janeiro de 2019, eu estava no Chapéu Mangueira entrevistando o presidente da Associação de Moradores local quando uma rápida troca de tiros entre policiais da UPP e um “soldado” do tráfico de drogas que fazia a “contenção da boca de fumo” (Grillo, 2016) feriu na barriga um turista holandês que almoçava no Bar do David. Em poucos minutos a parte baixa do Morro da Babilônia estava repleta de repórteres que noticiavam o ocorrido, e o nome do bar apareceu em praticamente todas as matérias sobre o assunto. Dois ou três meses depois desse evento, a minha interlocução com David se estreitou e nós começamos a conversar de forma regular. Na primeira vez em que interagimos mais longamente, ele parecia abatido e desesperançoso com o futuro do negócio. David havia elaborado para o Comida di Buteco o petisco “Acarajé de jiló” (bolinho de jiló com queijo recheado com bacon, calabresa e carne), mas decidiu sair do concurso porque, segundo ele, em função daquela situação de insegurança, “estava decepcionado com tudo, estava sofrendo demais. Não dependia de mim e aquilo me deixava fraco”. Contou ainda que havia “recolocado os pratos executivos” para tentar recompor o fluxo de clientes e quando eu perguntei o que significava ser dono de um boteco ele respondeu que “isso aqui, na verdade, sempre será uma birosca”.

Esse entendimento, em particular, divergia do que eu vinha observando ao longo do trabalho de campo. As biroskas do Chapéu Mangueira mantinham suas vendas mais ou menos estáveis a despeito de qualquer evento. Em várias ocasiões, quando o “clima”

estava tenso na favela (Cavalcanti, 2008), com risco de “invasão” ou de “incursão”, elas funcionavam com as portas fechadas e com os vizinhos passando rapidamente para levar a compra. Em conversas com moradores aprendi que a principal mudança na economia local estava no fato de que “dinheiro de fora não tem mais”<sup>68</sup>. As atividades econômicas seguiam dinâmicas, mas voltadas para o público interno e adaptadas à nova conjuntura. Nesse sentido, diferentemente do botequim, as biroschas tinham a informalidade, a plasticidade e o imprevisto como vantagens comparativas. As dinâmicas territoriais das favelas no Rio de Janeiro, que outrora impulsionaram negócios mais arrojados e cosmopolitas, vinham fazendo com que a permanência do boteco se tornasse insustentável: “fico muito triste porque depois de criar um grande patrimônio dentro da favela, um ponto turístico e gastronômico, eu poderia ser, sei lá, visto com outros olhos, mas me sinto um pouco abandonado pelo estado”, afirma David.

Foi diante desse cenário que ele optou, ainda em 2019, por abrir uma filial no bairro de Copacabana: “eu saía para comprar alguma coisa na rua e via bares que não tinham qualidade super cheios, e o meu, com o título de melhor bar do Brasil, ali meio vazio”. O esvaziamento de clientes estava ocorrendo, segundo ele, porque “as pessoas estavam com medo de subir” a favela. David conta que, a partir desse momento, passou a estudar alguns espaços para alugar no “asfalto”. Ao fim, escolheu um ponto bastante disputado, entre os bares Cervantes e Galeto Sat’s, onde outros dois estabelecimentos do tipo não haviam conseguido se firmar nos últimos anos: “teve gente que me falou ‘cara, você é louco, entrar no meio de dois bares grandes’, mas grande aqui sou eu”. David segue apostando que, “se respeitar o cliente”, o bom desempenho do negócio “virá naturalmente”.

“Respeitar o cliente” para David é manter um padrão adequado de qualidade e pautar as decisões do negócio pelo comportamento dos frequentadores. Ele conta que poucos dias depois de abrir a nova loja percebeu que a sua cerveja “não estava girando”. Alguns amigos iam visitá-lo no novo bar, compravam os seus petiscos para comer, mas pediam licença para beber o chope dos estabelecimentos vizinhos. Ao verificar a regularidade do gesto, David procurou responder à situação: “liguei para o diretor da *Heineken* no Brasil, que é meu amigo, e falei: eu não descii para o asfalto para assistir os

---

<sup>68</sup> Essa leitura é bastante relevante para o esforço de compreender, em um contexto de pós-pacificação, a sociabilidade e as trocas econômicas no Chapéu Mangueira, mas seu alcance precisa ser colocado em perspectiva, pois, como se verá no capítulo seguinte, as biroschas são negócios profundamente conectados a circuitos financeiros mais extensos que o território da favela.

outros ganharem dinheiro [...]. Quero que você mande uma chopeira para mim essa semana”.

Após a abertura da filial, Davi também fez uma parceria com o Sebrae para receber o acompanhamento de uma consultoria em gestão de alimentos. Ele deseja consolidar a imagem do bar como uma referência em qualidade de atendimento no Rio de Janeiro. “Isso foi muito interessante para a gente, claro, mas para eles também, que podem falar ‘a gente dá suporte para o Bar do Davi, será que é por isso que lá tem esse padrão de qualidade?’”. Ainda no processo de “descida para o asfalto”, David contratou por um período de três meses uma assessora de imprensa que lhe assegurou espaço de promoção em veículos de comunicação impressos e televisivos – de pequenas notas em jornais à gravação de programas de culinárias.

O “bar de cima”, conforme passou a ser chamado o ponto original no Chapéu Mangueira, seguiu aberto e recebendo clientes, mas opera atualmente com menos funcionários e com foco em eventos fechados. O novo bar, no “asfalto”, tem as paredes preenchidas com imagens antigas de favelas. Ao final de 2019, o petisco “Acarajé de Jiló”, que não disputou o Comida di Buteco daquele ano, foi apontado pelo crítico Juarez Becoza, em sua coluna no jornal O Globo, como o “melhor petisco de botequim do ano” (Becoza, 2019, Rio Show, p. 02). David tem esperança de que, “manobrando a prancha em um mar agitado”, chegue a dias mais calmos para o seu bar. Acredita que desse modo a “favela”, representada no seu negócio, seguirá falando para o “mundo”.

#### 4. “NÃO PINGA, MAS NÃO SECA”: A PLASTICIDADE DE UMA BIROSCA DE FAVELA EM TEMPOS DE “GUERRA” E “PAZ”

*“Ali não é bar, cara, ali é uma birosquinha. Bar é o do David. Entendeu?”  
(Declaração de Anna para mim em uma de nossas conversas em julho de 2019).*

Anna tem 50 anos de idade, a maior parte deles vividos no Chapéu Mangueira. Natural de Carnaubal, no interior do estado do Ceará, ela chegou ao Rio de Janeiro aos 15 anos para trabalhar como empregada doméstica na casa de uma “madame” do Leme. Antes de migrar para o sudeste, trabalhou na colheita de açaí e cupuaçu no Pará. Ela, os pais e os irmãos passavam a semana trabalhando em uma fazenda e voltavam aos sábados para a cidade de origem. Em uma dessas estadias no estado vizinho, Anna conheceu os futuros patrões, que passavam férias na casa do dono da propriedade. Viveu seis anos na casa da família do “Doutor” Geraldo, um médico-oficial do Exército, e “subiu o morro” aos 21, quando engravidou do namorado e foi viver como sua companheira na favela. Teve três filhos com Ricardo, com quem divide a casa até hoje, mas não sabe se na condição de casada ou separada: “casados, encrocados, briga pra caralho, porrada come, tudo acontece aqui”. Depois de sair da casa do militar, foi empregada doméstica por doze anos em outra casa, e desde então trabalha como diarista – cozinhando, limpando, passando roupa e servindo em festas. Em todos esses anos, nunca teve vínculo empregatício formal, mas sempre pagou a sua “autonomia”<sup>69</sup>.

Há cerca de vinte anos Anna transformou a parte de baixo da escada que leva a sua casa no Chapéu Mangueira em uma birosca. Ela conta que a decisão foi tomada porque “bandidos” dormiam e se escondiam no local. “Teve um dia que uma granada explodiu embaixo da escada. Não sei como aquilo não jogou tudo pro alto”. Sua irmã foi a principal entusiasta do empreendimento e emprestou o dinheiro necessário para as obras de construção. Nos primeiros anos, Anna vendia hambúrguer e outras comidas na birosca; agora vende apenas bebidas: “cerveja e cachaça, que é o que o povo gosta”. Ao longo de duas décadas, o dinheiro obtido com as vendas não mudou significativamente sua vida, mas financiou melhorias na sua casa. Diz que hoje o bar “ajuda a criar neto, comprar comida e pagar luz”, que desde a pacificação se tornou uma das principais despesas a

---

<sup>69</sup> “Autonomia” é a forma como trabalhadores autônomos chamam a contribuição que realizam ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) através da Guia da Previdência Social (GPS) ou “Carnê do INSS”.

compor as “contas da casa” (Araújo Silva, 2017). “Não dá pra ficar rico com *dinheiro de morro*”. Acho que o único ali que ficou mais ou menos de vida foi o David, mas o *dinheiro dele vem de fora, né?*”.

Ela diz que bar é “como cantor famoso”: depois de um período inicial como novidade, deixa de despertar a atenção da clientela. Apesar disso, conta que o melhor momento de seu estabelecimento não ocorreu logo após sua inauguração, mas foi durante os primeiros anos da pacificação: “fiz muito dinheiro na época da UPP, fazia churrasco, festa pros gringos, aqui bombava. Fiquei conhecida no mundo inteiro”. Quando relembra esses momentos, Anna mostra dezenas de fotos de estrangeiros armazenadas no perfil do *Facebook* de Ricardo. Guarda o nome de vários deles e os elogios dirigidos a ela e à sua comida – na narrativa de Anna, o sucesso do negócio se confunde com seu próprio sucesso pessoal. O contato com pessoas de outros países a partir de seu pequeno negócio é uma circunstância relevante para ela, pois era algo impensável antes da pacificação e que se tornou novamente improvável após a desestruturação dessa política. Essa é também a sua interface mais íntima e aberta em relação ao “mundo”, que rendeu frutos contingentes e perenes na sua vida.

A presença de estrangeiros na rotina da favela afetou particularmente a vida de Anna. Além do aumento dos lucros com o bar e do seu contato com “pessoas de fora”, seu filho mais novo, Denilson, se casou com uma francesa que conheceu no Chapéu Mangueira e os dois moram hoje na Europa. Ela celebra a união porque, quando estava no Rio, Denilson “fez estágio no crime”, integrando o grupo criminal local por um curto período e permanecendo preso durante seis meses. Ao descrever a participação do filho no mercado ilegal de drogas, Anna elabora uma leitura sobre a profissionalização da carreira criminal que separa os que têm passagem rápida pelo “mundo do crime” daqueles que constroem um longo percurso como “bandido”. Denilson atuou poucos meses como membro da facção local antes de ser preso e, após sair da prisão, desistiu de permanecer integrado ao grupo<sup>70</sup>. Para Anna, o fato de o filho estar fora do Chapéu Mangueira o protege tanto da órbita do tráfico de drogas quanto da ameaça de “sofrer uma covardia” caso uma facção rival invada a favela. São preocupações, segundo ela, de quem viveu “a época da guerra”.

Em 2008, uma ruptura entre os traficantes de drogas locais representou o fim da hegemonia do Comando Vermelho no Morro da Babilônia e instaurou um conflito

---

<sup>70</sup> Para saber mais sobre desistência da carreira criminal, veja Rolim (2018).

violento entre grupos rivais e entre eles e as forças de segurança<sup>71</sup>. Os frequentes episódios de confronto armado foram interrompidos somente no final do ano seguinte, com a ocupação policial permanente das favelas e a instalação de uma UPP. Esse tempo evoca memórias especialmente difíceis para Anna, porque a “época da guerra” coincidiu, na vida de sua família, com o “período das doenças”. A mãe de Ricardo teve um acidente vascular encefálico e seu pai, que já tinha um diagnóstico de tuberculose, contraiu um câncer de pulmão. A irmã do companheiro, que era também uma das melhores amigas de Anna, foi contaminada pelo vírus HIV e, além das fragilidades associadas ao desenvolvimento da AIDS, ficou muito deprimida com a revelação do diagnóstico. Com esses quadros de saúde complexo na família, Anna e Ricardo precisavam levar os parentes a diversas consultas médicas e hospitais, muitas das vezes em contextos de emergência, no meio da noite. Os tiroteios frequentes fizeram com que decidissem “descer para o asfalto”, algo que não havia sido considerado até aquele momento.

Com a ajuda de uma das “patroas” de Anna e com o aluguel da casa e da birosca no morro, eles se mudaram para um “conjugadinho” no Leme e lá permaneceram durante aproximadamente um ano até a morte dos familiares. “Nós saímos porque estava em guerra, foi uma necessidade. Agora eu só saio quando ganhar na megasena. Você, que vive na agitação, quando vai pra calma até infarta”. Embora providencial, a ida para o bairro não foi trivial para família de Anna: “era um calor do cão e não podia fazer nada no prédio, música alta, nada”. Além disso, o inquilino nem sempre honrava o compromisso informal do aluguel. “O cara dava aquela desculpa: ‘o bar não deu movimento’, mas a gente viu que ele estava sacaneando”. Quando Anna voltou para a favela para “pegar de volta” sua birosca, após a morte do sogro e da cunhada, o “morro [já] estava pacificado e começando a ter gringo”. Ela ocupou, então, a casa onde seu sogro havia morado.

Anna e Ricardo têm três filhos: Rafaela, de 30 anos, Renata, com 28, e Denilson, com 26. Rafaela é separada, tem um filho de 10 anos, e trabalha como esteticista: “faz sobrancelha, põe cílios, tira verruginha do pescoço, essas coisas”. Mora há poucos anos no Balança, uma pequena favela no bairro de Botafogo. Quando casada, vivia com o marido e o filho na casa dos pais, mas, em um dos aniversários da criança, o marido agrediu Rafaela e Anna o expulsou de casa: “tava todo mundo lá embaixo e a porrada

---

<sup>71</sup> Ver capítulo 2 desta dissertação, página 30.

comendo. Quando cheguei, ele se cagou de medo deu chamar os caras [traficantes] pra dar uma coça nele. Mas eu não ia fazer isso, só mandei ele embora”.

Renata, a filha do meio, mora atualmente com os pais, mas viveu por um período com o antigo companheiro na favela Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana. Tem dois filhos de relacionamentos diferentes, um menino e uma menina, e trabalha com a mãe fazendo faxinas e “ajudando” na birosca – é ela, por exemplo, quem costuma receber o pagamento dos fregueses com a “maquininha de cartão”. Assim como a irmã, Renata também vivenciou episódios de violência doméstica e familiar contra a mulher: “o pai da menina disse que ia matar ela, fazer e acontecer, aí eu tive que ir no Tabajaras para desenrolar com os caras de lá [traficantes] e fazer o registro na delegacia”, conta Anna que, para mediar o conflito familiar e proteger a filha, mobilizou simultaneamente procedimentos legais de administração de conflito e a ascendência de traficantes de drogas sobre a vida cotidiana de moradores de favelas.

Denilson é o caçula, e aquele que, segundo Anna, sempre lhe deu “dor de cabeça”: diferentemente das irmãs, que concluíram o ciclo da educação básica, ele interrompeu os estudos no oitavo ano do ensino fundamental. Anna conta que ele “sempre preferiu sombra, praia e água fresca”. A pior das “dores de cabeça” que Denilson deu aos pais foi o seu engajamento no tráfico de drogas local seguida de sua prisão em 2016. Para Anna, ele ingressou no mercado de drogas como uma estratégia de autoproteção, porque estava sendo ameaçado de morte por desafetos da comunidade da Babilônia e, ao se tornar membro de um grupo criminal violento, teria acesso à arma e à proteção de seus pares: “um amigo dele falou: ‘olha, abre o teu olho que os caras vão te matar’, aí ele pegou e entrou na boca para se defender”.

Esse episódio repercutiu de diversas maneiras na vida da família, inclusive na relação entre Anna e Ricardo. Ela conta que, ao saber do “envolvimento” do filho com o tráfico de drogas, Ricardo foi categórico: “se morrer, foda-se; se for preso, foda-se”. A relação entre eles ficou ainda mais tensionada quando Denilson interveio em uma briga dos pais: “uma vez, o Ricardo me agrediu e o Denilson falou que ia dar um tiro nele e ele não gostou. Só que eu não ia deixar o Denilson dar tiro nele, né?”. Rompido com o filho, Ricardo a princípio se recusou a prestar qualquer assistência após a captura de Denilson pela polícia. Foi visitá-lo apenas uma vez, três meses após o dia da prisão: “o coração dele amoleceu depois, aí ele foi visitar, mas não voltou mais. Achou o presídio horrível, um lugar horroroso”, conta Anna.

Ricardo trabalha como vigilante há mais de quinze anos, boa parte deles como terceirizado em lojas de supermercado. Ele possui a “ata de segurança”, um certificado de formação que o habilita a exercer a função de vigilante. Ricardo já trabalhou também em um laboratório de patologia e em diversos hospitais públicos. Diz que “pegar os outros furtando no mercado é difícil”, mas é melhor do que lidar com “pedaços de perna, pedaços de braço e fetos desse tamanhinho” – na falta de funcionários nos hospitais, embora não fosse seu papel como vigilante, Ricardo realizava o descarte de resíduos sólidos em saúde, algo que ele não se sentia confortável em fazer. Está desempregado há um ano e desde a demissão vive com o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Enquanto não é contratado em outro emprego, passa a maior parte do tempo em casa e na birosca, o que tem “surtado” a Anna.

A birosca é uma construção diminuta. Comporta apenas duas pessoas no lado de dentro do balcão e dispõe de um pequeno banheiro anexo. Abre geralmente às 19 horas e a partir de quarta-feira, mas apenas se não houver rumor de conflito armado na favela<sup>72</sup>. “Estando tranquilo eu fico até meia noite, uma hora. Não estando, dez horas eu fecho”. O ato de fechar o negócio não significa, entretanto, o encerramento das vendas: “aqui as pessoas estão acostumadas a comprar na porta. Eu tenho *freezer* em [no andar de] cima, o pessoal pede e eu vendo”. Não é incomum, inclusive, que traficantes de drogas lhe peçam bebida de madrugada durante o “plantão” na favela: “eu dormindo e eles berram ‘qual foi tia, me dá vodca aí, energético’; eu brigo com eles né?”. Em um cenário de alta flexibilidade na condução do pequeno negócio, Anna estende indefinidamente o seu tempo de trabalho, tornando-se o que Machado da Silva (2018) definiu como um “trabalhador disponível para qualquer aceno” (p. 61).

Boa parte das vendas na birosca de Anna é realizada no “fiado”, um crédito informal comum ao comércio de favelas e a muitos botequins na cidade (Machado da Silva, 2016; Thiago de Mello, 2003), que pressupõe relações mútuas de confiança e engendra diversas situações de conflito. “Se não tem fiado, ninguém compra. Eu cobro, cobro, cobro. Se não pagar, tem uma hora que largo de mão, mas também não vendo nada, nem água dou se estiver com sede”. Anna não se furta, inclusive, a cobrar os traficantes de drogas que atuam no local, mas diz que não gosta de vender fiado para eles: “o

---

<sup>72</sup> Questionei Anna sobre como ela sabe que não haverá conflito no morro, ao que ela me respondeu: “os meninos me falam. Eu escuto barulho de tiro. Eles não ficam na minha porta. O morro fica vazio, você não vê ninguém passando”.



problema é que às vezes os caras estão pendurados e rodam, aí como eu vou cobrar lá em Bangu?”<sup>73</sup>.

Informado por uma visão linear sobre a trajetória de pequenos negócios, perguntei certa vez a Anna se a sua birosca havia dado certo, se era um negócio bem-sucedido, ao que ela me respondeu de um modo aparentemente paradoxal: “deu certo, deu errado, deu certo, deu errado... e está até hoje aí. Dá bom... Tem hora que dá ruim. Não pinga, mas não seca, sempre dá um trocado”. Conceber a birosca como uma unidade de contrários é uma forma de situar a instabilidade e a precariedade como elementos fundamentais para o funcionamento dessa modalidade de bar de favela – em certo sentido, obstáculo e condição de possibilidade de sua existência. Um fator determinante, no entanto, para a construção de cenários mais “certos” ou “errados” é a plasticidade das respostas de Anna às “restrições de contextos diferenciados” (Machado da Silva, 2015).

Atualmente, a principal estratégia de Anna para aumentar as vendas no seu estabelecimento é realizar “eventozinhos”, o que consiste em fazer um churrasco e colocar um amplificador de som em frente à birosca. Esses eventos são comuns em datas festivas, como páscoa, natal e *réveillon*, e nos aniversários dos membros de sua família, em especial das crianças. Anna combina, assim, comemorações familiares com circunstâncias de obtenção de renda, transformando simbolicamente o trabalho em uma brincadeira (Machado da Silva, 2018). Nesses dias, a birosca costuma ficar cheia e ocupa todo o “caminho” onde está localizada, de uma ponta a outra, até a sede de uma igreja evangélica. Convivem, em um pequeno beco, com diferentes sons, públicos distintos como traficantes de drogas, famílias neopentecostais e casais de jovens. Anna resume a cena em uma frase: “aqui é assim, enquanto as novinha tão dançando, os crente tão orando”.

Em novembro de 2018, quando me apresentou à birosca, Anna me mostrou a marca deixada por uma bala de fuzil na porta do seu bar. Em uma operação policial ocorrida meses antes, um disparo havia perfurado a porta de ferro do negócio e atingido um dos *freezers* que ela usa para gelar as cervejas. “Agora você imagina se eu estivesse aqui dentro?”, ela questiona. Anna também se antecipou em explicar o motivo de uma corrente com cadeado prender a placa de madeira que protege o interior do bar. Um dia, depois do morro pacificado, sua birosca foi invadida e vários produtos foram roubados. Foi a partir desse momento que ela começou a usar a corrente, para aumentar a segurança.

---

<sup>73</sup> Bangu é um bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro que abriga o Complexo Penitenciário de Gericinó, composto por diferentes unidades prisionais, como penitenciárias e hospitais.

“A favela sem bandido é perigosa”, Anna explica, fazendo alusão à capilaridade da governança criminal (Lessing, 2018), que incide não somente sobre a conduta de integrantes do grupo, mas também sobre a de outros criminosos e da população local.

Nessa mesma ocasião, enquanto conversávamos do lado de fora, reparei que havia na fachada da birosca uma placa desbotada que anunciava: “estamos no mapa!”. Perguntei à Anna o que era aquilo e ela disse que “era coisa do Ricardo”, como se não tivesse muita importância. Insisti, e Anna respondeu que eles “fizeram muita coisa por causa da pacificação” e que até hoje o Ricardo “paga um negócio caríssimo na prefeitura, de higiene, e aqui nem comida tem”. Ela conta que, no início da pacificação, o Sebrae reuniu na “quadra da Faetec” todos os moradores que tinham comércio para formalizar seus negócios e facilitar o acesso a ofertas de microcrédito, momento em que Ricardo obteve um alvará de funcionamento e transformou a birosca da família em uma microempresa. Agora, no entanto, “não tem Sebrae, não tem nada: o dinheiro de fora acabou, pronto!”.

A imagem da placa desbotada, o cadeado trancando o bar e a marca de tiro na porta da birosca da Anna me pareceram ilustrativas do percurso de um conjunto de políticas públicas direcionadas às favelas no Rio de Janeiro. A trajetória de Anna e de sua família por entre diferentes conjunturas sociais e econômicas de integração das favelas à cidade permite visualizar parte das microdinâmicas produzidas no encontro entre os dispositivos de governo e as experiências individuais de trabalhadores que vivem nas “margens sociais e urbanas” (Das; Poole, 2008). Sua narrativa contribui para revisitar, por outros ângulos, aspectos importantes da história recente da cidade, ao mesmo tempo que permite apreender as estratégias cotidianas de construção e reconstrução de futuros entre moradores de uma favela carioca. Detalho a seguir alguns momentos marcantes da vida de Anna com o intuito de ilustrar essa perspectiva. É interessante observar como, no emaranhando da vida ordinária, a “birosquinha” se apaga e se revela feito um jogo de luz e sombra entre trabalho e cotidiano.

#### *A subida para o morro: o casamento com Ricardo e os filhos pequenos*

No início dos anos 1990, Anna frequentava o Morro da Babilônia antes de “subir” de vez. Tinha amigas que moravam no Chapéu Mangueira e dormia na casa delas em algumas folgas. Essas amizades foram construídas nas horas de lazer que ela dispunha depois do trabalho. A pizzaria Bela Roma, que não existe mais, é identificada como um lugar importante para a sua história, para a interação com outras pessoas e para a integração do bairro à favela. “O Bela Roma era um ponto de encontro de todo mundo.

Acabava o meu serviço e eu ficava ali, com as colegas. Tinha muita doméstica. Por má sorte, eu conheci o Ricardo”, ela diz rindo.

Ricardo era *office boy* quando conheceu Anna através de seu primo Marcelo, um dos presos no episódio do sequestro do filho do Albano Reis<sup>74</sup>, algo que colocou o Chapéu Mangueira em evidência pública nos anos 1990. Poucos meses depois do início do relacionamento, Anna engravidou e passou a viver na casa do pai de Ricardo, embora o então namorado fosse contra a decisão: “quando eu fiquei grávida, o Ricardo disse que a filha não era dele, aquela história pra boi dormir, mas o pai dele disse: ‘você tá com ela, se não for tua filha, você pega e manda embora, mas grávida eu não permito’”.

A primeira “patroa” de Anna chegou a sugerir que ela continuasse morando no trabalho: “a minha patroa falou: tem essa menina aqui, cria essa menina aqui”, mas Anna diz que estava “apaixonada” e rejeitou a oferta: “gente é maluca, se envolve, se ilude, se acha. Mas a vida da gente é ilusão”. Nas nossas conversas, ela reflete sobre suas escolhas: “se tivesse ficado na casa da madame, talvez tivesse até melhor”, e usa uma metáfora para explicar o que aconteceu: “é tipo leite derramado, entendeu, quando cai no chão você não recupera”.

Os meses se passaram, Rafaela nasceu e a “vida foi rolando”. Sob muitos episódios de conflito, Anna engravidou da segunda filha: “eu brigava com a família, caía na porrada, era um inferno, mas, você sabe como é, toda porrada acaba em filho”. Com a segunda gravidez, o sogro cedeu a laje sobre a sua casa para que ela e Ricardo construíssem a deles. “A gente construiu correndo”, ela diz, embora a construção tenha levado vários meses, talvez anos. Ela e o companheiro foram morar na casa antes das obras estarem concluídas, e Anna não sabe precisar quanto tempo levou para que o imóvel chegasse à forma que tem hoje, ainda não encerrada. Conta que foi “aos trancos e barrancos”, com a ajuda dos “patrões” e entre o nascimento das duas primeiras filhas: “compramos o material, contratamos um pedreiro, fizemos uma parte também, e assim foi indo” – um roteiro semelhante ao descrito por Cavalcanti (2009) em seu trabalho etnográfico sobre casas e obras em uma “favela consolidada” do Rio de Janeiro.

---

<sup>74</sup> Albano Reis foi um político brasileiro muito conhecido no Rio de Janeiro. Em 1995, seu filho, John Reis, de 14 anos, foi sequestrado durante 16 dias depois de sair de um Baile funk no Morro do Chapéu Mangueira. Ramiro de Souza (2017) descreve o ocorrido em seu trabalho: “um dia, um familiar do menino estaciona seu potente carro em um determinado ponto da favela e é interpelado por Alexandre Soares Zoel, um varejista de droga conhecido como “Piloto”, que pede para que ele retire o carro daquele local. O parente vai embora e deixa John no baile. Testemunhas afirmam ter visto “Piloto” apontar para John durante o baile e mostrá-lo a amigos. O desfecho se dá quando, em uma rua de Copacabana, um grupo sequestra John e o mantém refém por alguns dias. Seu pai, o deputado Albano Reis, decide não pagar resgate, pois acha moralmente condenável e poucos dias depois seu filho é liberto” (Idem, p. 36).

A relação de Anna com Ricardo, e também com sua família, nunca foi tranquila. Um aspecto que contribuiu para as constantes brigas entre o casal, segundo ela, foi o consumo excessivo de álcool por Ricardo: “ele não bebe, ele entorna. Não gosto da cachaça dele, é muito chato, me irrita”. As brigas entre os dois eram muitas vezes violentas: “a gente brigava de matar, de dar facada, oxe, tá de bobeira”. Um desses episódios deixou uma cicatriz no braço de Anna: “eu tava brigando com ele, ele cuspiu na minha cara, eu fui dar um soco, ele se abaixou, a janela quebrou. Eu tenho um corte até hoje”. Outro fator decisivo para as desavenças entre eles era a relação belicosa de Anna com a família de Ricardo: “morava o pai, a mãe e a irmã. Eu me dava muito bem é com a outra irmã dele, não com essa. Os parentes dele não gostavam de mim, mas quando ficaram doentes todo mundo precisou. Viu como é a vida?”, ela reflete sobre os caminhos que a levaram a cuidar de pessoas pelas quais não se julgava querida, e joga luz sobre os conflitos que podem ocorrer no interior das redes de apoio mútuo.

#### *A coincidência entre o “período da doença” e a “época da guerra”*

Anna chama de “período da doença” o momento de sua vida no qual cuidou da sogra, do sogro e da cunhada adoecidos, que coincidiu também com a “época da guerra”, tempo em que a favela experimentou um intenso conflito armado entre traficantes de drogas. Em função dessa sobreposição de circunstâncias adversas, Anna e a família saíram do Chapéu Mangueira em 2009. “O morro tinha conflito antes, mas não tinha guerra,” ela explica, operacionalizando uma diferença entre “a época da guerra” e o momento anterior à disputa de diferentes facções de drogas pelo controle dos pontos de venda na favela. Na “descida”, se instalaram em uma quitinete alugada com a ajuda da “patroa”, onde morou com os três filhos, já adolescentes, Ricardo e seu pai doente. Nessa época sua cunhada estava internada no Hospital Municipal Rocha Maia, e Anna a visitava regularmente<sup>75</sup>.

A “guerra” teve início quando um criminoso local, conhecido como Cagado, resolveu tomar para si a liderança do morro. Ele era assaltante, ladrão de joias, mas, segundo os moradores mais antigos, sempre desejou ser o “dono do morro”. Ao longo dos anos, Cagado reuniu as condições para iniciar a ruptura: “ele se fortaleceu [financeiramente], juntou muito dinheiro (porque para tomar o morro, tem que ter muita arma) e tomou o morro”. A tomada do morro, no entanto, não constituiu um evento

---

<sup>75</sup> Nesse momento a sogra de Anna já havia falecido após conviver alguns anos com as consequências de um acidente vascular encefálico.

pontual, e foi isso que caracterizou a extensão e intensidade do conflito armado em torno da disputa. Anna explica: “quando os bandidos vão tomar uma comunidade, é três, quatro meses de guerra. Até que eles tomam, mas sempre fica aquela expectativa dos caras voltar”.

A “agonia” vivida por Anna era agravada pelos desafios implicados nos cuidados com a saúde dos familiares de seu marido, o que os levou à decisão de sair do morro. O pai de Ricardo tratava um câncer de pulmão e a irmã estava com a saúde debilitada em decorrência da AIDS. “Muitas vezes, no apartamento, o pai do Rogério passava mal e a gente ia para o hospital. E se a gente estivesse no morro? Ele ia morrer e não ia poder sair no meio do tiroteio”. O sincronismo entre “guerra” e “doença” fez com que esse período se tornasse o pior momento da vida de Anna. O impacto dessa conjunção de fatores na sua vida remete à leitura de Pierobon (2018) sobre como eventos negativos mudam os destinos das famílias das classes populares: “pequenos infortúnios, pequenas desgraças que, somadas as condições de precariedade, fazem com que a vida mude de direção”.

Embora os familiares fossem de Ricardo e a relação de Anna com parte deles não fosse boa, foi ela a principal responsável pela rotina de cuidados com a saúde da família durante anos. Isso ilustra a força que o continuum entre reprodução do lar e cuidado com os doentes e idosos pode ter no ambiente doméstico e familiar. As tarefas de cuidado com a saúde dos parentes, como mostra Pierobon (2018), foram aos poucos transformando o cotidiano e produzindo “efeitos materiais, emocionais e físicos, que não estão desligados das relações familiares, de gênero, das condições de pobreza e de moradia precária” (Idem, p. 98).

Dentre todos os problemas de saúde, o caso mais dramático era o da irmã de Ricardo. Na fase terminal, ela desenvolveu um quadro de depressão severa e alternava períodos em casa e no hospital. A partir de certo momento, ela passou a perder as extremidades dos membros e sua pele “saía na mão”, segundo Anna. “Foi a época em que a infecção foi pra carne, pro sangue mesmo. Um dia caiu um dedo, outro dia caiu outro. corpo dela queimava. A pele dela foi apodrecendo”. Anna chegava todos os dias às 9 horas no hospital para acompanhar a cunhada e realizar alguns cuidados, principalmente porque o hospital estava sem funcionários e sem itens básicos à disposição: “o hospital estava em crise, até luva a gente tinha que comprar”. A precariedade da situação agravava os “os encargos psicológicos, sociais e financeiros” (Idem, p. 96) a que Anna, como cuidadora, estava submetida. “Aquilo tudo foi muito sofrido”. Com a morte da cunhada

em novembro de 2009 e a do sogro em janeiro de 2010, eles voltaram a morar no Chapéu Mangueira. O morro começava então a ser “pacificado”.

*O morro pacificado: gringo, dinheiro e arbítrio*

Anna, dona de birosca e moradora do Chapéu Mangueira desde a década de 1990, olha para a política de pacificação através de muitas lentes: “essa pacificação trouxe muitos benefícios para as comunidades: *hostel*, muito gringo... deu resultado”. A dimensão econômica tem importância singular na sua narrativa: “todo mundo ganhou dinheiro, todo mundo fez a vida. Quem tava pobre ficou mais ou menos; quem tava mais ou menos, ficou mais mais do que menos”. O ambiente informal da favela e os laços de convivência entre os vizinhos, em alguma medida, se estendiam também aos visitantes: “quando estava pacificado, os gringos me davam dinheiro e eu fazia um estrogonofe, um churrasco, e cobrava a bebida à parte. Gostavam da minha comida, do meu feijão, eu fazia muita feijoada”. Ela atribui parte de seu sucesso também à inabilidade culinária dos visitantes: “eles não sabem cozinhar, a comida deles é tudo ruim”, conta rindo. Com bom humor, Anna brinca também com a vocação da favela para o turismo, alegando que “gringo gosta de comida boa e de [fumar] maconha, e aqui no morro tem os dois”. Além do trabalho no bar, outras possibilidades de obtenção de renda se apresentaram para ela com o fluxo de turistas no morro. A casa onde morava sua filha mais velha, Rafaela, foi alugada algumas vezes para turistas. Em uma dessas ocasiões, a filha ficou na casa da mãe e sua casa foi cedida para um grupo de trinta colombianos e japoneses, pelo que a família recebeu a quantia de 3 mil reais – dois mil ficaram com Rafaela e mil com Anna.

Anna conta que, a partir de certo momento, possivelmente entre 2013 e 2014, a maior parte dos moradores passou a acreditar que a UPP “acabaria” após os Jogos Olímpicos de 2016. Mesmo assim, enquanto foi possível, vários deles buscaram ganhar dinheiro com a circulação de turistas no morro, inclusive os integrantes locais do tráfico de drogas: “festa pra gente é lucro para eles”. O cenário favorável à circulação de turistas tinha como condição de possibilidade a suspensão da ameaça de tiroteio produzida pela instalação da UPP: “tinha bandido, vendia droga, mas não tinha ninguém armado. Dava para ficar numa boa”. Mesmo quando passou a haver alguns episódios de conflito armado, eles eram menos intensos do que de costume: “até teve umas guerrinha nessa época, mas sempre no sapatinho, o pessoal do comando vinha, dava uns tirinho, só isso”.

No entanto, a presença ostensiva da polícia na favela e a “paz” a ela associada também trouxeram alguns desafios para o modo de vida dos moradores, entre os quais o

aumento de despesa das famílias com a formalização dos serviços voltados para o domicílio, como luz, TV a cabo etc. Anna atribui à UPP a regularização do serviço de energia elétrica no Chapéu Mangueira: “antigamente, a gente não pagava luz aqui. A Light deu geladeira de graça e hoje a gente paga o dobro. Foi mais lucro pra eles, né?”<sup>76</sup>. Ela questiona o valor alto que segue pagando para a companhia de energia elétrica, mesmo sem a “paz” de antes, e reclama que “se você não pagar hoje, eles não precisam subir no poste para cortar, é automático”.

O aumento do custo de vida, entretanto, não foi o “pior da pacificação”. O principal aspecto negativo desse momento de bonança e relativa tranquilidade está relacionado, para Anna, com a conduta dos policiais que se instalaram no morro. “No início, os PMs ficaram legais, mas depois não estava mais respeitando morador. Eles chegavam aqui no bar e jogavam o pessoal nas paredes, queriam esculachar, dar tapa na cara dos outros”. Anna discutia frequentemente com os policiais nessas interações. Em um dos episódios, conta que colocou uma música do Bezerra da Silva na caixa de som do bar e os policiais foram até lá: “eles falaram que eu tava fazendo apologia ao tráfico [de drogas]. Como se eu comprei o CD nas Lojas Americanas?”<sup>77</sup>. Ela explica esse comportamento dizendo que, na visão dos policiais, “todo morador de comunidade é fechamento de bandido”. Mesmo mobilizando o fato de o CD ser vendido em uma grande rede de varejo, os policiais ameaçaram quebrar o rádio de Anna se ela insistisse em ouvir a música, ao que ela reagiu: “se o senhor quebrar meu rádio, vai me dar outro; se não me der outro, o bagulho vai ficar doído”.

O episódio narrado por Anna, de ser ameaçada por policiais da UPP por ouvir uma música de ampla circulação comercial em sua birosca, torna cristalina a noção foucaultiana de “gestão diferencial de ilegalismos” (Foucault, 2006). Segundo essa perspectiva, os dispositivos da ordem, ao invés de coibir e reprimir ilegalidades, operam fundamentalmente para diferenciar e arbitrar aquilo que, em determinada época e lugar, pode ser considerado ilegal. Seguindo as pistas de Telles e Hirata (2010), relatos como o de Anna ajudam a “desloca(r) a discussão da tautológica binaridade legal-ilegal para colocar no centro da investigação os modos como as leis operam” (p. 41) na dinamização

---

<sup>76</sup> A empresa Light é a concessionária responsável pela geração e distribuição de energia elétrica em vários municípios do Rio de Janeiro, como na capital fluminense. A oferta de geladeira mencionada por Anna se refere a uma ação do programa Light Comunidade Eficiente, que em diversas favelas pacificadas trocou aparelhos antigos por outros mais econômicos.

<sup>77</sup> Bezerra da Silva foi um sambista brasileiro conhecido pelo seu repertório sobre malandragem, favela, drogas e outros tópicos do mundo popular.

dos jogos de poder. Em uma favela pacificada como o Chapéu Mangueira, representantes do Estado eventualmente moldavam o direito e redefiniam os limites da lei do país. Isso evidentemente não constitui uma originalidade na atuação das polícias em favelas, mas a extensão da atuação policial sobre a vida local e a rotinização do convívio “sufocavam” os moradores e comerciantes.

### *A prisão e o casamento de Denilson*

Dentre os muitos “gringos” que passaram pelo Chapéu Mangueira durante a pacificação, está a nora de Anna. “Quando a Emile veio para cá, ela estava fazendo intercâmbio. Ela fez teatro, filme, fez tudo no Brasil com a bolsa que ela ganhou”. Emile conheceu Denilson na birosca de Anna, em uma das festas para os turistas hospedados no morro, e os dois começaram a namorar. “Ela fala várias línguas: alemão, francês, português.... ixi, ela fala muita língua. E gosta de viajar, de yoga, um bagulho muito esquisito, tipo você assim. Tipo você: estuda as coisas, quer saber demais”. Assim Anna descreveu para mim quem é e como é Emile, que hoje é casada com seu filho. Apesar do estranhamento causado pela nora, Anna sempre “deu força” para o relacionamento<sup>78</sup>. Os dois hoje moram na França, onde Denilson trabalha consertando aquecedores e ajudando no funcionamento do restaurante da família da esposa. “O Denilson gosta de praia. Sabe onde ele está? Na Itália! Precisa ver a foto que ele me mostrou, na praia da Itália”. Curiosamente, ela compara seu filho mais novo a David, do Bar do David. “O Denilson gosta de surfar, ele é que nem o David, é um playboy pobre”.

Entre o início do namoro com Emile e a ida definitiva para a França, Denilson foi preso. Seu engajamento com o mercado de drogas ilícitas foi motivo de brigas na família: “ele ia lá em casa armado e eu botava ele pra fora”<sup>79</sup>. O principal medo de Anna era a morte do filho em função dos conflitos e das disputas entre facções rivais. “Já morreu os amigos dele todinho. Essa semana morreu o último, mas esse morreu de tuberculose, dentro do presídio”. Denilson foi preso uma semana antes do início das Olimpíadas de 2016: “teve um dia que disseram que os garotos [da Babilônia] iam descer para matar eles [do Chapéu Mangueira]”. Anna não se conforma com o fato de que jovens que cresceram

---

<sup>78</sup> Anna conta que Denilson não é o único caso de jovem do morro que se casou com estrangeira depois da pacificação: “O Juninho se casou com uma americana e teve até um filhinho. E ele foi de frente do morro, tá? Os vagabundo do morro se derem bem com as americana”, ela conta rindo.

<sup>79</sup> Camila Pierobon (2018), em seu instigante trabalho sobre o cotidiano marcado pela exceção ordinária de uma moradora de ocupação no Centro do Rio de Janeiro, descreve como a participação de um membro da família no tráfico de drogas pode “se torna[r] um dispositivo poderoso de silenciamento, medos, acusações e desconfianças” (p. 41).



juntos, estudaram na mesma escola e dividiram os mesmos espaços de lazer vivem hoje em conflito violentas uns contra os outros: “o cagado desuniu os meninos quando tomou o morro e pulou de facção, isso desuniu a geração deles”<sup>80</sup>.

Naquele dia, Anna escutou barulho de tiro por volta de seis horas da manhã e, poucos minutos depois, uma jovem a chamou no portão de casa: “eu falei: pronto, o Denilson morreu. Me levantei e fui lá na casa da moça: ‘ó, o Denilson rodou, quase morreu’. Eu falei: graças a deus!”. Sem notícias do filho depois da prisão, Anna chegou a acreditar que ele tivesse sido morto posteriormente pela polícia, mas duas semanas depois recebeu uma ligação do presídio: “tia, o Denilson chegou”, lhe contou um dos “meninos do morro” que estava na mesma situação. “Eu fiquei mal, sofri muito, porque não tinha notícia. Na cadeia é assim: você vai preso e fica quinze dias no castigo. É um isolamento para pessoa ficar ali para refletir, mas nem adianta”. Ela diz que Denilson ficou muito doente quando chegou na cadeia, porque a cela onde estava era muito fria e não havia cobertor disponível para ele.

Anna só conseguiu começar a visitar o filho depois do fim do recesso administrativo em vigor durante os jogos olímpicos. Nas unidades prisionais estaduais, a autorização para realizar visitas a detentos está condicionada à apresentação de uma carteira emitida pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), que demora aproximadamente 30 dias para ser confeccionada. O prazo para a confecção da “carteirinha” de Anna foi ainda maior em função do calendário do megaevento esportivo. Nesse ínterim, outra moradora do morro, que também tinha um filho preso e já tinha realizado os trâmites necessários para a visitação, levava para Denilson os objetos que Anna enviava, como cobertores e dinheiro. Emile também foi uma figura importante nesse momento, ajudando Anna a lidar com as inúmeras burocracias do sistema prisional. Na primeira vez que visitou Denilson, o encontrou com o rosto bastante machucado, “cheio de ferida”, das agressões que sofreu dos policiais e dos agentes prisionais.

A rotina de Anna se tornou extenuante quando passou a visitar regularmente Denilson na prisão. Além da angústia com o encarceramento de um dos filhos, havia obstáculos objetivos no seu cotidiano. Em primeiro lugar, ela precisava percorrer cerca de 60 quilômetros semanalmente até o Complexo de Gericinó, em Bangu. Ao chegar no local, ainda de madrugada, ela entrava em uma longa fila em frente ao portão central para aguardar a liberação para a visitação. Lá dentro, era submetida à revista vexatória, em que

---

<sup>80</sup> Ver capítulo 2 desta dissertação, página 30.

era obrigada a ficar nua e se agachar diversas vezes, para verificar se não carregava no corpo nenhum item proibido no ambiente do presídio, como celular, drogas etc.<sup>81</sup>

Por conta desse cenário, Duarte *et al.* (2020) afirmam que mães e mulheres de presos “cumpre[m] pena junto” com seus familiares, especialmente no que se refere “à presença constante nos dias de visita, à adesão de uma forma de vida condicionada pela instituição prisional e prestação de cuidados fundamentais para amenizar as privações estipuladas aos presos” (p. 02). Todo o processo associado à visita e aos cuidados com o filho preso consumia uma parcela expressiva do tempo e do dinheiro de Anna. Mesmo assim, ela seguia trabalhando como diarista, abrindo a birosca e apoiando as filhas com o cuidado com os netos, e procurando manter em dia o pagamento das despesas familiares. Conta que nesse período uma de suas “patroas” cumpriu um papel fundamental ao ajudá-la com dinheiro, folgas e escuta: “a Valeria estava passando por um momento difícil também, de traição do marido e separação, e a gente se apoiou muito, uma ajudando a outra com o que podia”.

Denilson foi condenado por porte ilegal de arma e sentenciado a quatro anos de prisão. Ele ficou preso por seis meses em regime fechado, e agora responde em liberdade, morando na França e se apresentando à Justiça brasileira quando requisitado. Anna conta que a sorte do filho foi que os policiais que o prenderam roubaram o “radinho” que estava com ele: “com radinho ia ser mais difícil de ele se livrar logo, porque aí pegava também associação com o tráfico, né?”. Caso fosse condenado também por outro crime, considerado ainda mais grave pelo código penal brasileiro, Denilson teria aumentado os anos de pena em regime fechado aumentado e isso dificultaria sua saída do sistema prisional. Além do “radinho”, Anna conta que os policiais roubaram também um casaco de Denilson avaliado por ela em 500 reais: “tá pensando que polícia é certo?”.

A saída de Denilson da prisão reservou ainda alguns percalços à Anna. O primeiro deles foi que, poucos dias antes da liberação, traficantes da Ladeira dos Tabajaras, filiados ao Comando Vermelho, “deram um baque” nos traficantes do Chapéu Mangueira e assumiram provisoriamente o morro, o que criava um ambiente de apreensão na favela e de perigo para todos aqueles de alguma forma vinculados ao Terceiro Comando Puro, como era o caso de seu filho. Além disso, no dia em que Denilson seria solto o ex-

---

<sup>81</sup> Em 2018, a revista vexatória foi extinta nas instituições prisionais estaduais. A Lei que extinguiu esse tipo de procedimento no Rio de Janeiro é de 2015 (Lei estadual nº 7.010/2015), mas passou a ser implementada de forma definitiva apenas nos últimos dois anos. Hoje, o visitante é inspecionado através de um scanner corporal.

governador Sérgio Cabral foi preso, e isso atrasou a sua liberação. No dia seguinte, quando a soltura foi autorizada, houve um desencontro entre Anna e Denilson, ele foi sozinho para Copacabana: “que desespero eu fiquei, achei que ele ia morrer no morro! Liguei pra um, liguei pra outro. Aí as meninas me disseram: ‘ele já chegou, está aqui embaixo’”.

Finalmente juntos, mãe e filho aproveitaram para comprar uma camisa para Denilson porque ele queria jogar fora a que usava na cadeia. Era uma forma também de ganhar tempo para chegar em casa. Quando finalmente subiram o Chapéu Mangueira, os traficantes que ocupavam o morro foram em direção a eles. Renata e a filha, recém-nascida, também estavam com eles. Anna narra os momentos de tensão: “eu falei: 'ou vocês expulsam a gente agora ou vão ter que matar todo mundo aqui para tocar nele'. Com a sua coragem e mobilidade, eles conseguiram “desenrolar” e foram para casa. Dias depois “a polícia botou todo mundo do Tabajaras pra ralar”.

#### *Desestruturação da UPP: “acabou o milho, acabou a pipoca”*

Em junho de 2018, quando Denilson já estava na França, uma longa troca de tiros entre traficantes de drogas e policiais começou na mata do morro da Babilônia e continuou pelas ruas do bairro da Urca. Nesse dia, o bondinho do Pão de Açúcar, uma das principais atrações turísticas da cidade, teve as atividades encerradas mais cedo e o Aeroporto Santos Dumont interrompeu por quinze minutos todos os pousos e decolagens. Dois dias depois sete corpos de traficantes de drogas envolvidos no confronto foram encontrados na Praia Vermelha, e familiares das vítimas acusaram policiais do Batalhão de Choque de os terem executado e arremessado seus corpos ao mar. Os jornais noticiaram que a troca de tiros e as mortes foram desdobramentos da invasão das favelas por homens do Comando Vermelho, e que os traficantes em fuga seriam membros da facção Terceiro Comando Puro que estavam de tocaia na mata para responder aos ataques quando despertaram a atenção de militares do exército que vigiavam a região.

Anna se refere a esse dia como um dos piores de sua vida: “eu fiquei sem dormir. Foram três dias de luto, sem vender e sem ligar o rádio. Muitos corpos passando pela favela, enrolados em lençol branco, e as famílias muito sofridas”. É comum nas favelas do Rio de Janeiro que haja algum expediente de luto quando um integrante da facção local é morto. O nível do luto varia de acordo com a proeminência do morto ou as circunstâncias da morte. Três dias sem vender ou ligar o rádio é uma regra que pode ser considerada rígida, mas que, dado o sofrimento, não foi questionada por Anna.

Os mortos naquela ocasião não eram, em sua maioria, moradores do Chapéu Mangueira. Boa parte deles era da Vila do João, na Maré, favela da Zona Norte da capital também controlada pelo Terceiro Comando Puro. O fato de eles não serem locais, somada à inação da polícia em procurar pelos corpos, fez com que diversas famílias de fora se avolumassem durante dias no Chapéu Mangueira atrás de seus familiares. Isso tornou a experiência de sofrimento ainda mais dramática. A dor que Anna relata nesse caso vem carregada de empatia pela família dos mortos, mas também de memórias coletivas e pessoais sobre a devastação da “época da guerra” vivenciada anos antes. Episódios como esse também criam outras memórias e evocam violências passadas inscritas em seu corpo, dando forma aquilo que Das (2007) chamou de “conhecimento envenenado” – experiências traumáticas que constituem os sujeitos e habitam a vida cotidiana (Das, 2007; Pierobon, 2018).

Meses depois, em um dia em que polícia estava no morro, mas ninguém sabia ainda, Anna acordou com um mal pressentimento, com uma sensação de proximidade com a morte. Antes mesmo do final da manhã teve início um confronto entre policiais e criminosos no Chapéu Mangueira. “Eu vi um garoto assim pequeno, de uns 12, 14 anos. Quando ele veio correndo, a polícia matou ele ali na minha porta e eu corri para a casa da Rafaela”. Ao subir para a casa da filha, Anna foi surpreendida por três tiros, que atingiram o aparelho de ar-condicionado. “Se eu fosse um pouco maior, hoje eu estava morta”, ela conta. “Eu pensei que tinha sido baleada, porque dizem que bala perdida queima, não dói. Mas não foi isso, foi a quentura do gás do ar-condicionado que eu senti”. Mais tarde ela ouviu que, em fuga, um dos traficantes de drogas atirou para cima porque achou que havia um policial na laje de sua casa. Desconfiada, Anna não reconheceu essa versão: “mentira dele, porque eu não ia deixar a polícia entrar na minha laje dando tiro! Esse menino está preso. Foi roubar no asfalto e foi preso. Bem-feito!”.

Anna critica a forma como a polícia vem agindo no morro neste momento de “pós-pacificação”. Com a favela da Babilônia ainda ocupada pelas forças de segurança, grupos de policiais circulam esporadicamente pelo Chapéu Mangueira e, em algumas circunstâncias, entram em confronto armado com traficantes de drogas. “Eu moro no morro há quase trinta anos e eu nunca vi inocente morrer. Agora tem um monte de casa está furada de bala. A polícia antigamente tinha mais cuidado de entrar”. Uma de suas principais reclamações é de que não há previsibilidade para a ocorrência de um conflito. Isso depende principalmente do perfil dos policiais que estão escalados no plantão. Se for um grupo com “disposição”, a chance de confronto é maior. Anna conta também que o

presidente da Associação de Moradores procurou o comandante do Batalhão de Copacabana para pedir que as operações policiais não ocorressem em horário de entrada e saída de crianças na escola, e que isso parece ter surtido algum efeito, mas ela não confia em uma mudança duradoura: “como esse governou deu ordem para passar fogo, né, quem sou eu para falar alguma coisa. Salve-se quem puder”.

Isso afeta a rotina de funcionamento dos negócios locais, que se tornam dependentes de condições externas muito variáveis para “abrir”, “fechar” e “vender”. Apesar desse cenário, Anna conta que muitos moradores permanecem à frente de seus pequenos estabelecimentos comerciais: “eu, por exemplo, tenho a minha birosquinha. Os comércinhos continuam movimentados. Só não continua com aquele movimento bom, como teve há quatro, cinco anos”. Neste percurso de reinvenção como dona de negócio, ela colocou recentemente uma máquina caça-níquel na birosca, o que lhe rende aproximadamente 250 reais por semanas. “Os bicheiros têm transação com os caras [traficantes], eles ganham uma comissãozinha e a gente bota. Acho que a polícia ganha uma coisinha também. Assim todo mundo ganha, faz todo mundo rir”, ela me conta rindo.

#### *O futuro à frente da birosca*

Entre fragmentos de narrativas, Anna demonstra uma capacidade expressiva de sintetizar a complexidade da Chapéu Mangueira, de seus moradores e do cotidiano local. Suas reflexões são construídas, na maior parte das vezes, enquanto seu corpo se move, trabalha, resolve problemas e cuida de alguém. É uma narrativa em movimento que percorre as temporalidades da favela para contar histórias de família, de violência, de doença, de redes de sociabilidade e de pequenos estabelecimentos comerciais. Não raro, Anna conta episódios dramáticos de sua vida com muita expressividade, procurando compartilhar com os interlocutores exatamente o que viveu e, sobretudo, como viveu. As suas histórias, narrada aos pequenos pedaços, muitas vezes como exemplos e lembranças, retratam elementos estruturais e conjunturais da vida na favela e informam sobre as condições de vida das camadas populares, entre “guerra”, “paz”, “doenças”, “crime” e “festas” e “dinheiro”.

Quando perguntei a ela sobre o futuro à frente da birosca, quis saber se Anna pensava em fazer do bar sua única ou principal fonte de renda. “Eu já pensei isso”, ela disse, “mas às vezes você fica enjoada de só ficar no morro”. Ela diz que gosta de trabalhar fora, de andar, e que se ficar só na favela “chega uma hora que você fica de saco cheio”. Aí voltou a falar sobre sua rotina: “a gente abre mais depois das 18 horas, aqui é

o segundo tempo. Eu gosto, ainda mais quando a gente faz um churrasco, o Ricardo bota as músicas dele e eu tomo conta da vida dos outros. A gente trabalha e se diverte”. Essa leitura remete à frase de Anna que abre o capítulo, a de que o seu negócio não é um bar, na medida em que afasta o trabalho à frente birrosca de uma perspectiva de profissionalização (ou mercantilização). A birrosca, para Anna, é inseparável da família, da casa e do lazer.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“(…) en numerosas situaciones las categorías endógenas, aquellas que son pertinentes para los actores en una situación dada, no son necesariamente las categorías del cientista social” (Cefaï, 2013).*

A análise das trajetórias de David e de Anna, bem como de seus respectivos estabelecimentos comerciais, procurou matizar um conjunto de dinâmicas contemporâneas de integração social e urbana experimentadas em diversas favelas do Rio de Janeiro nos anos 2010. Procurei traduzir na forma escrita as singularidades individuais e as interpretações que cada interlocutor faz de si e da condição de dono de bar em favela. Tratou-se de um esforço alternativo e complementar às abordagens verticais que narram a política de pacificação e seu debacle desde uma perspectiva predominantemente externa. O intuito foi mostrar que processos sociais relativamente estruturais – como a transformação na resposta estatal à desigualdade urbana –, quando observados sob a perspectiva individual, adquirem gradações e nuances que os tornam mais móveis e multifacetados. Minha aposta é a de que exercícios dessa natureza são capazes de suscitar novas hipóteses e de fomentar releituras dos constructos elaborados para sintetizar esses fenômenos – como, por exemplo, a noção de “gestão da sobrevivência”, alargando entendimento sociológico sobre a relação trabalho por conta própria e empresariamento no mundo popular.

Nesse sentido, as circunstâncias socioeconômicas da UPP no Chapéu Mangueira foram analisadas neste trabalho por meio de uma combinação de interpretações sociológicas e individuais que buscou “ir além das reações adaptativas [dos moradores] às restrições de contextos diferenciados [nesse caso, das políticas públicas]” (Machado da Silva, 2015). Tal arranjo ganhou contornos mais propositivos com a expressão “produção social do negócio”, a partir da qual os empreendimentos comerciais de

moradores de favelas foram interpretados como atividades nas quais se realizam esforços para a obtenção de renda, se tecem redes sociais complexas e se projetam novos horizontes de ascensão individual e familiar – pois, como argumenta Mariana Cavalcanti, se há “escassez” e “urgência” nos territórios populares, há também “agência” e “futuro” (Leeds; Cavalcanti, 2018).

Esse tipo de abordagem permite capturar a plasticidade e a “criatividade” (Das; Poole, 2008) típicas das situações de precariedade em que vive boa parte dos pequenos comerciantes de favela. A resposta de Anna à pergunta sobre o sucesso ou insucesso de seu bar é ilustrativa de um cenário no qual a instabilidade é, ao mesmo tempo, obstáculo e condição de possibilidade para a existência dessa modalidade de bar: “deu certo, deu errado, deu certo, deu errado... e está até hoje aí. Dá bom... Tem hora que dá ruim. Não pinga, mas não seca”. Essa forma de negócio mostra sua vitalidade e resiliência quando, por exemplo, a diferença entre “dinheiro de fora” e “dinheiro de dentro” se cristaliza novamente. Diferentemente do Bar do David, que, para permanecer como um boteco, foi ampliado com uma filial no bairro, a birosca de Anna mostra adaptabilidade às diferentes conjunturas de integração social da favela à cidade. Se a favela como forma urbana é uma espécie de “solução para problemas habitacionais” (Leeds; Leeds, 2015), talvez a birosca possa ser considerada uma “solução” para o pequeno negócio em favela.

Ao longo deste trabalho, procurei ressaltar também a “heterogeneidade empírica das margens”<sup>82</sup>, especialmente ao selecionar e analisar perfis tão distintos de pequenos comerciantes de favelas. A diversidade social das camadas populares, mesmo que hoje seja um consenso teórico entre sociólogos e outros pesquisadores, não raro assume uma posição secundária nas interpretações sobre o mundo urbano – algo que busquei contornar mergulhando nas especificidades das trajetórias e narrativas individuais. Para além da distância entre os tipos de bar que cada um possui, há inúmeras diferenças sociais entre os *favelados* David e Anna. Com o intuito de fomentar um breve exercício comparativo, destaco aqui duas que julgo ter maior relevância para as discussões travadas ao longo do trabalho: a diferença de gênero entre os dois e a posição desigual que ambos ocupam na relação com o “asfalto”.

---

<sup>82</sup> Em certa ocasião, quando apresentávamos um *paper* autoral em uma reunião do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS/IESP), eu e a professora Marcia da Silva Pereira Leite fomos provocados pelo saudoso professor Luiz Antonio Machado da Silva sobre a crítica que fazíamos às interpretações homogeneizadoras das periferias urbanas. Ele nos disse então: “as ideias de vocês são boas, mas vocês precisam demonstrar empiricamente a heterogeneidade das margens”. Embora tardia, aqui talvez esteja uma resposta possível ao questionamento dele.

A diferença de gênero entre David e Anna se materializa, entre outras dimensões, na forma que cada um narra sua trajetória. Utilizando as categorias empregadas por Roberto Da Matta (1987)<sup>83</sup>, é possível dizer que na vida da Anna mesmo a “Rua” está impregnada de “Casa”. Os temas que ela mobiliza estão conformados pela família e pelo papel reprodutivo historicamente atribuído às mulheres: desde o trabalho como empregada doméstica, iniciado ainda na adolescência, até seu dia a dia à frente do bar, que lhe permite conciliar uma atividade remunerada com as tarefas de manutenção do lar, passando ainda pelo papel central desempenhado no cuidado aos familiares doentes de seu marido. Os episódios de conflito que Anna narra com traficantes de drogas foram motivados pelo intuito de preservar a vida de seu filho. Nesse mesmo sentido, quando Denilson fora preso, Anna fazia regularmente o trajeto até o Complexo Penitenciário de Bangu, sem qualquer apoio do companheiro, para visitar o filho, lhe dar dinheiro e acompanhar a sua saúde. Ela narra que enfrentou esses momentos de sofrimento cotidiano trabalhando como diarista e ajudando as filhas e as sobrinhas no cuidado com as crianças da família. O “empreendedorismo” de Anna se localiza predominantemente na gestão da vida ordinária.

A narrativa de David, por outro lado, assume a forma de um testemunho sobre si com contornos masculinos. Nas poucas vezes em que menciona a “Casa”, por exemplo, ele o faz fundamentalmente à luz da “Rua”. A relação com o pai é narrada a partir da importância política que o Seu Lucio teve para a favela e para as lutas populares no Rio de Janeiro, com poucas menções à família e ao espaço da “Casa”, embora o pai seja uma referência central em sua vida. A história de sua trajetória como dono de um pequeno comércio de favela é apresentada tendo como eixos estruturantes o ambiente da cidade, a sua personalidade e seus feitos. Há poucos momentos em que David cita a filha, a companheira, a mãe ou os irmãos. Também há poucas circunstâncias em que o ambiente doméstico ou o cotidiano parece se impor em seu percurso como comerciante ou contribuir para o seu sucesso. Diferentemente de Anna, David parece não somente estar mais distante do trabalho reprodutivo, como também busca demarcar em sua narrativa uma separação cristalizada entre o espaço da “Casa” e da “Rua”.

---

<sup>83</sup> Valho-me circunstancialmente dessas duas “categorias sociológicas” empregadas por Roberto Da Matta para interpretar a sociedade brasileira (Da Matta, 1987) com o intuito de mobilizar seus conteúdos como “entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados” (Ibidem, p. 07). Neste trabalho, assim como na obra daquele autor, a “casa” e a “rua” constituem um par estrutural forjado em sua própria dinâmica relacional, o que comporta contrastes e complementariedades, mas também conexões, variações e diversas possibilidades de combinação.



David e Anna também possuem fortes conexões com o “asfalto”, embora os vínculos que eles estabelecem e as redes sociais que eles acessam tenham naturezas e extensões distintas. Enquanto Anna construiu uma posição relativamente bem estabelecida, mas muito circunscrita, como diarista em um prédio no Leme, David transitou ao longo da vida por espaços sociais de desigualdade menos óbvia, como a praia e o samba, que o possibilitaram, por exemplo, “ter amigos no asfalto” e viajar para o exterior a trabalho. Cada um a seu modo, manejando os obstáculos e as frestas de seus respectivos lugares de inclusão, pôde desfrutar dos laços sociais estabelecidos fora do Chapéu Mangueira.

Em 2009, com o apoio decisivo de uma de suas patroas, Anna conseguiu sair provisoriamente do morro e alugar um conjugado no momento mais difícil da sua vida. Ainda hoje, mobilizando um repertório astucioso, é capaz de arrecadar fundos com as patroas para as festas dos netos, de agenciar a filha como diarista em diversos apartamentos e de dar outros usos às casas em que trabalha – como quando divide o seu tempo e espaço de trabalho para cuidar de crianças do morro ou mesmo quando sincroniza suas tarefas com entrevistas para um jovem pesquisador. Embora ocupando uma posição subordinada, Anna consegue transitar com relativa facilidade pelas relações estabelecidas no “asfalto”, o que contribui para a sua lida com as contingências da vida cotidiana.

David conserva um horizonte mais amplo em relação à cidade. Filho homem e caçula de um militante popular e líder histórico do movimento de favelas, ele encara o “asfalto” com uma perspectiva mais ambiciosa e ocupou espaços fora da favela desassociados de relações de subordinação. Durante anos foi surfista e jogador de vôlei de praia amador, interagindo e criando vínculos com pessoas de origens distintas nas areias do Leme – os “amigos da praia” que, segundo Anna, impulsionaram o bar do David nos seus primeiros meses. Antes mesmo das premiações no concurso Comida di Buteco, David já havia alcançado reconhecimento e prestígio com o trabalho como sambista em uma Escola de Samba<sup>84</sup>. No contexto da pacificação, assumiu e difundiu uma interpretação política dos negócios em favelas: ao construir sua imagem como um empresário promissor, um “espetáculo da integração das favelas à cidade” (Cavalcanti, 2013), David transformou o seu bar em um artífice da “pacificação”. Quando a política de pacificação ruiu, ele precisou refazer os termos de seu modelo pessoal de integração:

---

<sup>84</sup> Exponente da noção de “cultura de síncope”, conforme definição de Simas e Rufino (2018), o samba é um elemento importante da identidade nacional urbana. Ter sido bem-sucedido nessa seara constitui um aspecto muito relevante para a formação da identidade de David, inclusive na sua dimensão como dono de bar.

seu bar deixou de representar principalmente um veículo de presença da cidade na favela para representar uma imagem bem-sucedida da favela na cidade.

Com o objetivo de pavimentar o percurso trilhado neste trabalho, destaco, por fim, dois tópicos suscitados pelos itinerários de David e de Anna que ressaltam a produtividade da abordagem aqui proposta, ao mesmo tempo que sinalizam para novos caminhos investigativos. Em primeiro lugar, ao privilegiar os pontos de vista de donos de negócios, pude explorar as conexões e fricções entre as “estratégias de vida” (Machado da Silva, 2018) de pequenos comerciantes e as temporalidades da política de pacificação no estado: os conflitos urbanos ensejados pelas UPPs, por exemplo, foram recontados com base na virada crítica no nome dos petiscos de David, enquanto os desafios da “vida sob cerco” (Machado da Silva, 2008) ganharam expressividade com a sobreposição da “época da guerra” e do “período das doenças” na vida de Anna. Esse tipo de enquadramento contribui também para delinear de que maneira as políticas públicas ganham vitalidade no nível local-individual e de que modo as repercussões geradas por elas se estendem para além de seus períodos de ação. Parafraseando Rizek e Paoli (2007), é importante investigar as práticas sociais que emergem das ruínas da pacificação – como as novas lojas que foram construídas no Chapéu Mangueira sobre os escombros de outras que, ao serem demolidas, dariam lugar a prédios de habitação popular nunca erguidos pela Prefeitura carioca.

Em segundo lugar, a narrativa apresentada neste trabalho oferece elementos para as discussões em torno da percepção dos moradores de favelas e de periferias sobre o “Estado” e o “mercado”. Trajetórias como a de David e de Anna desafiam as interpretações de inclinação normativa que costumam ver nas circunstâncias aqui narradas apenas dinâmicas de normalização e/ou de exploração do trabalho. Sem desconsiderar a existência de ambas, é relevante apreender também as frestas e as fissuras desses processos, compreendendo como inflexões e rearranjos sociopolíticos são produzidos pela ação de grupos e indivíduos. Conforme indicam Correa e Dias (2016), o espaço da crítica não está dado a priori. Ele é “gestado” e o(a) sociólogo(a) deve ser capaz de reconstruir sua gestação, sua atualização e suas consequências (Correia; Dias, 2016). Esse entendimento implica que, de algum modo, a sociologia do mundo popular seja também uma sociologia da crítica popular. Dar especial atenção às categorias mobilizadas pelos próprios atores, como procurei fazer nesse trabalho, pode revelar experiências e repertórios políticos ainda pouco explorados pela literatura acadêmica – um exercício

imprescindível à renovação do conhecimento sociológico sobre as camadas populares urbanas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: CABANES, R. *et al.* (orgs.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTENORE, Armando. O infortúnio de João Gostoso: pesquisadores encontram reportagens que motivaram poema de Manuel Bandeira. **Revista Piauí**. Edição 155, agosto de 2019. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-infortunio-de-joao-gostoso/>. Acessado em 25 de dezembro de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAUJO SILVA, Marcella Carvalho de. A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência do Estado”. **Antropolítica: Revista contemporânea de Antropologia**, v. 38, p. 299-319, 2015.

ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho. House, tranquility and progress in an “área de milícia”. **Vibrant** (Florianópolis), v. 14, p. 132-148, 2017.

ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho. **Obras, casas e contas: uma etnografia dos problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

ARRUDA, Ana Cristina. **Documentação Audiovisual: Instrumento de construção da memória da favela do Chapéu Mangueira**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Memória Social, 2006.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa Sociológica**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.

BARBOSA, Antonio Rafael. Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das unidades de polícia pacificadora no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v.6, n.2, p. 256-265, 2012.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; TSUKADA, Raquel. **Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. (Texto para discussão). Disponível em: <http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Portas-de-erradicaçao-da-extrema-pobreza.pdf>. Acesso em: maio de 2016.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: ROCHA DE OLIVEIRA, P.; BRITO, F. (Org.).

**Até o último homem. Visões cariocas da administração armada da vida social.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BASTOS, Rafael José de Menezes. Ensaio sobre Adoniran: um estudo antropológico sobre a “Saudosa maloca”. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 25-41, 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269092014000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092014000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de nov. de 2020.

BECKER, Howard. História de vida e o mosaico científico. In: Becker, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

BECOZA, Juarez. Melhor petisco de botequim do ano. Pé Sujo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 de dez. 2019, Rio Show, p. 02.

BERTEAUX, Daniel. L'approche biographique: Sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Volume LXIX, p. 197-225, 1980.

BERTEAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos.** Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BLOCH, Sérgio. **Guia Gastronômico das favelas do Rio.** Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2012.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On Justification: economies of worth.** Princeton: Princeton University Press, 2006

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. **Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, nº 11, ago/dez, pp. 49-98. 2011.

BRANDÃO, Thiago. **Do fervor à febre: empreendedorismo, suas origens e representações.** Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

CANDIDO, Antonio. Texto da contracapa do LP Adoniran Barbosa. **Odeon SMOFB 3877** (direção musical de José Briamonte), 1975.

CANO, Ignacio; RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da;

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. (Org.). **Homicídios no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, v. 1, p. 51-78.

CANO, Ignacio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo. **Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. 1. ed. São Paulo: Fundo Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

CARDOSO, Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 775 a 819.

CARVALHO, Monique Batista. **Os dilemas da “pacificação”: práticas de controle e disciplinarização na “gestão da paz” em uma favela no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, Rodrigo. **O Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, p. 35-59, 2008.

CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, p. 69-80, 2009.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Vol. 6, p. 191-228, 2013.

CEFAÏ, Daniel. ¿Qué es la etnografía? Debates contemporâneos Primera parte. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. **Persona y Sociedad**. Vol. XXVII / Nº 1 / enero-abril, p. 101-119, 2013.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESeC/Ucam). **Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais**. Rio de Janeiro, 2010 p. 16.

COMIDA DI BUTECO. Comida di Buteco, [s.d.]. **Números de 2019**. Disponível em: <<http://www.comidadibuteco.com.br/rio-de-janeiro/>> Acesso em 10 de set. de 2020.

CORRÊA, Diogo Silva; DIAS, Rodrigo de Castro. A crítica e os momentos críticos: de *La Justification* e a guinada pragmática na Sociologia Francesa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 67-99, 2016.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132016000100067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132016000100067&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

COSTA, Ana Claudia. Depois das UPPs, favelas ocupadas pelo sabor. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out. 2010. Caderno Rio, p. 29.

COUTO, Maria Isabel. **UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

CUNHA, Neiva Vieira; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: o processo de urbanização na favela. **Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 371-401, 2011.

DA MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAS, Veena. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. Delhi: Oxford University Press, 1996.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Los Angeles: University of California Press, 2007.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (Org.). **Anthropology in the Margins of the State**. Oxford: James Currey, 2004.

DAVIES, Frank. Rituais de “pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs. **Rev.bras.segur.pública**. São Paulo, v.8, n.1, 2014, p. 24-46.

DUARTE, Thais Lemos; CHAVES, Luana Hordones; ARAUJO, Isabela Cristina Alves de. Cumprindo pena juntos. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 28, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360699>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

DULLO, Eduardo; DUARTE, Luiz Fernando Dias. Introdução. **Religião & Sociedade [online]**. 2016, v. 36, n. 2 [Acessado 13 novembro 2021], pp. 12-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872016v36n2cap01>>. Epub Jul-Dec 2016. ISSN 1984-0438. <https://doi.org/10.1590/0100-85872016v36n2cap01>.

DUTRA, Roberto. **A disputa pelo liberalismo popular das periferias**. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/politica/1491848584\\_898223.html?id\\_externo\\_rsoc=whatsapp](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/10/politica/1491848584_898223.html?id_externo_rsoc=whatsapp), 2017. Acesso em maio de 2017.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FELTRAN, Gabriel de Sanctis. As esquerdas perderam votos nas periferias quando deixaram de ser esquerdas, diz pesquisador. **Entrevista a Marina Amaral**, em 17 de abril de 2017. Disponível em: <http://apublica.org/2017/04/as-esquerdas-perderam-votos-na-periferia-quando-deixaram-de-ser-esquerdas-diz-pesquisador/>. Acesso em abril de 2017.

FERRAZ, Claudio; OTTONI, Bruno. Os efeitos da pacificação sobre o crime e a violência. **Fucape**, Rio de Janeiro, 2013.

FILHO, Azis; ALVES, Francisco. **Paraíso armado: interpretações da violência no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

FLEURY, Sônia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 194-222, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 2006.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 61-72, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na Laje: Produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Touring Poverty**. 1. ed. Londres/Nova York: Routledge (Advances in Sociology Series), 2013.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; VILAROUCA, Márcio; MENEZES, Palloma. A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. **Cadernos CRH (Online)**, v. 29, p. 571-586, 2016.

GANEM MISSE, Daniel. Os programas de gestão social em territórios pacificados. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**. Vol. 15, nº 1, 2013. pp. 11-22.

GANEM MISSE, Daniel. Cinco anos de UPP: um breve balanço. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, p. 675-700, 2014.

GASTRONOMIA NAS UPPS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de ago. de 2011. Cultura, p. 13.

GONÇALVES, Rafael Soares. As eleições de 2018 no Estado do Rio de Janeiro: crônicas de um desastre político. **IdeAs [En ligne]**, 13 | 2019. Disponível em <<http://journals.openedition.org/ideas/5443>>. Acesso em 11 de nov. de 2020.

GOMES, Ramón Chaves. Formas de compreensão e gestão da pobreza urbana no Rio de Janeiro: entre a violência e o mercado. **Primeiros Estudos - Revista de Graduação em Ciências Sociais**. Edição n. 9, 2019.

GRILLO, Carolina Christoph. Frontières tacites. Confrontations et accords dans les favelas de Rio de Janeiro, **Confins**, n. 28, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11246>>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

HERSCMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Editora UFRJ, 2000

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. **Roubos, proteção patrimonial e letalidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

INFANTE, Rosaly Salles Cleber. **Mulheres, Memórias e Imagens-Artesãs do Chapéu Mangueira**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais: informações territoriais**. Rio de Janeiro, 2010 p. 251.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Estatísticas de segurança: série histórica mensal por município desde 2014**. Disponível em <https://www.ispdados.rj.gov.br:4432/>. Acesso em: outubro de 2020.

KOSELLECK, Reinhart. Espaços de experiência e horizonte de expectativas: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2012.

LA ROCQUE, Eduarda. Rumo ao fim da cidade partida. In: REIS VELOSO, J. P. (coord.). **“Teatro mágico da cultura” e favela como oportunidade**. Rio de Janeiro, Inae, 2013.

LACERDA, Larissa Gdynia. **Conflitos e Disputas pela Mercantilização de Territórios Populares: o caso da favela do Vidigal**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2016.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Faperj, 2015.

LEEDS, Anthony; CAVALCANTI, Mariana. Quanto vale uma favela | Economia, trabalho e a produção da cidade na vida cotidiana. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 831-848, dezembro de 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752018000300831&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752018000300831&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 de nov. de 2020.

LEITE, Marcia da Silva Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 43-90, 2001.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. Las “ciudades” de la ciudad de Rio de Janeiro: reestructuración urbana en el contexto de los “grandes eventos”. **Proposta**, ano 36, n. 125, 2012a.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, p. 374, 2012b.



LEITE, Márcia da Silva Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social**, v. 7, p. 625-642, 2014.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivo de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In: LEITE, Márcia Pereira *et al.* (Org.). **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: ordens e resistências**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

LEITE, Marcia da Silva Pereira. State, market and administration of territories in the city of Rio de Janeiro. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n.3. Brasília, ABA, 2017.

LEITE, Marcia da Silva Pereira; GOMES, Ramón Chaves. Empreendedorismo e “inclusão produtiva” em favelas e periferias. **Revista Ensaio**, v. 14, p. 21, 2019.

LESSING, Benjamin. Conceptualizing Criminal Governance. **Perspectives on Politics**, OnlineFirst, July 2020.

LIMA, Ludmilla. Água no chope em áreas de UPP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de maio de 2017. Rio, p. 07.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)**. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 1989.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. Dicionário da história social do samba. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Cidadania e (Des) integração social. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano I, n.1, Jan/Jun, 2000, p. 41-48. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Luiz\\_Machado\\_Da\\_Silva/publication/40227377\\_Cidadania\\_e\\_desintegracao\\_social/links/56eae90a08ae2a58dc49c553.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Machado_Da_Silva/publication/40227377_Cidadania_e_desintegracao_social/links/56eae90a08ae2a58dc49c553.pdf). Acesso em 22 de dezembro de 2020.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da Informalidade à Empregabilidade (Reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho). **Cadernos do CRH (UFBA)**, Salvador, v. 37, n.37, p. 81-109, 2002.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Quarenta anos de sociologia urbana. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel. (Org.). **Cidade: olhares e trajetórias**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 21-42;

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH (Impresso)**, v. 23, p. 283-300, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. LEITE, Marcia da Silva Pereira. LEITE, Márcia Pereira. Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora - CEVIS. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, 2014.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Anthony Leeds, visto por um filhote ligeiramente rebelde. In: LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Faperj, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, p. 7-24, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. O Significado do Botequim. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Organizado por Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta e Marcella Araújo. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A perda do protagonismo histórico do trabalho e as favelas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 21-28, jan/abr 2019.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. In: IBASE; ActionAid; Ford Foundation. (Org.). IBASE, ActionAid e Ford Foundation (org.). **MAPAS: Monitoramento ativo da participação da sociedade**. Rio de Janeiro: IBASE, 2005, v. 1, p. 1-35.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, v. 22, n3, p. 545-592, 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 03, set.–dez. 2019, p. 529-551.

MACHADO, CARLY. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. **Religião e Sociedade**, v. 33, p. 13-36, 2013.

MACHADO, Carly; ESPERANÇA, Vinicius; GONÇALVES, Vinicius. Militarização e Religião: alianças e controvérsias entre projetos morais de governo de territórios urbanos “pacificados”. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique. **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

MAGALHÃES, Alexandre. A “lógica da intervenção” e a questão da circulação: as remoções de favelas como forma de gerir o espaço urbano no Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos. **Tempo Social**, v. 31, p. 221-242, 2019.

MALPAS, Jeff; Wickhan, Gary. **Governance and failure: on the limits of sociology**. ANZJS Volume 31, nº 3, November 1995.

MENEZES, Palloma. Os rumores da pacificação: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 7, n.º 4, Rio de Janeiro, 2014.

MESQUITA, Wania. Quando o trabalho é desordem: as demandas dos vendedores ambulantes com a chegada da UPP ao Complexo do Alemão. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 7, n.º 4, Rio de Janeiro, 2014.

MIAGUSKO, Edson. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. **Cadernos CRH (Online)**, v. 24, p. 167-181, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632183012.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 31, p. 1-15, 2016.

MIAGUSKO, Edson. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização. In: Leite, Márcia; Rocha, Lia de Mattos; Farias, Juliana; Carvalho, Monique (orgs.). **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

MIAGUSKO, Edson; JARDIM, Fabiana A. A.; CÔRTEZ, Mariana. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, No. 12. Jan-Abr/2018.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 27, nº1, 1984, pp. 45-58.

MONTEIRO, Joana. **Os efeitos da política de pacificação sobre os confrontos entre facções de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, IBRE, 2013.

MONTEIRO, Joana; FAGUNDES, Eduardo; GUERRA, Julia. Letalidade policial e criminalidade violenta. **Revista de Administração Pública [online]**. 2020, v. 54, n. 6, pp. 1772-1783. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200061>  
<https://doi.org/10.1590/0034-761220200061x>.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, nº 40, 2011, p. 13-25.

MORAES, Alana; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Hugo; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador. **A periferia contra o Estado? Para escapar das ciências tristes. Criemos outras realidades**.

Disponível em: <https://urucum.milharal.org/2017/04/24/a-periferia-contra-o-estado/>. Acesso em abril de 2017.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2011.

NOVAES, Patricia Ramos. **A gentrificação periférica na cidade do rio de janeiro: um estudo sobre as favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Vidigal e Santa Marta**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2018.

OST, Sabrina Marinho. **O Mercado Sobe a Favela: um estudo sobre o Santa Marta pós-UPP**. Dissertação (mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção o Estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.5 n.1, p. 9-14 2003.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. In: PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PENNA, Camila Reflexividade e agência na teoria sociológica contemporânea. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 48, N. 3, p. 192-204, set/dez 2012.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**. Niterói, n. 25, 2008, p. 99-111.

PEREIRA, Potyara A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. especial, p. 729-753, 2012.

PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Tese (doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, IFCH, 2018.

PIO, P. Uma comunidade chamada Chapéu Mangueira. **Comunicação e Comunidade**, nº12, NECC (Núcleo de Educação e Comunicação Comunitária), p. 7-13, 2009. Disponível em <http://comunicacaoecomunidade.blogspot.fr/>. Acesso em 19 de janeiro de 2019.

POCHMAN, Márcio. Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo. **Entrevista a Patricia Fachin**, em 17 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/566647-valores-da-periferia-estao-mais-proximos-do-anarquismo-do-que-do-liberalismo-entrevista-especial-com-marcio-pochmann>. Acesso em abril de 2017.

POLYCARPO, Clara. **“Afiml, quem são os inimigos urbanos?” Uma análise das representações sociais das camadas médias urbanas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e as atuais políticas públicas de segurança**. Monografia de Conclusão de Curso em Sociologia, Universidade Federal Fluminense, 2016.

RAMIRO DE SOUZA, Clarice Ferreira. **“No Rio de Janeiro tem baile de favela” (?): o baile do Chapéu Mangueira e o cenário de interdição dos bailes funk (1990-2016)**. Monografia (trabalho de conclusão de licenciatura em História). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2017.

RANGEL, Felipe. **A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente**. Tese (doutorado). Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2019.

RIBEIRO, Eduardo. Impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora: explorando efeitos sobre fluxo docente. **Intratextos**, v. 4, n. 1, p. 27-52, 2013.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Correia. A Oposição Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 144-154, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar; SANTOS JR, Orlando Alves. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. **O social em questão**, ano XVI, n. 29, 2013.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MONTANDON, Ana Maria Alemão. O que os policiais querem dizer com ‘policimento comunitário’: Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Vol. 7, n 259, pp. 233-260, 2014.

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia**. São Paulo: Makron Books, 2001.

RIZEK, Cibele; PAOLI, Maria Célia. “Depois do desmanche”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. **A era da indeterminação**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 7-11.

ROCHA, Lia de Mattos; CARVALHO, Monique Batista de. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. **Cad. Metrop., São Paulo**, v. 20, n. 43, pp. 905-924, set/dez 2018. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4313>. Acesso em 27 de nov. de 2020.

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. **A configuração da informalidade nas margens do Estado: um estudo sobre a trajetória de comerciantes em favelas “pacificadas”**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

ROJIDO, Emiliano; Cano, Ignacio. En el punto de mira: desafíos éticos y metodológicos de la investigación de campo en contextos de violencia. In: Markus Gottsbacher; John de Boer. (Org.). **Vulnerabilidad y violencia en América Latina y el Caribe**. 1ed. México DF: Siglo XXI, 2016, v. 1, p. 5-432.

ROLIM, Marcos. Desistência do crime. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 3, p. 829-847, 2018.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 30-45.

SAHLINS, Marshal. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Beatriz Pereira dos; GOMES, Ramón Chaves. Política, trabalho e cidade: a informalidade em perspectiva. **Revista Reconexão Periferias**, São Paulo, p. 19 - 22, 30 ago. 2019a.

SANTOS, Beatriz Pereira dos; GOMES, Ramón Chaves. Os trabalhadores preferem a informalidade? Uma análise qualitativa no comércio informal. In: **XVI Encontro Nacional da ABET**, 2019, Salvador/BA. Anais do XVI Encontro Nacional da ABET, 2019b.

SANTOS, Beatriz Pereira dos; GOMES, Ramón Chaves. Reconhecimento e informalidade: formas de organização dos trabalhadores camelôs na cidade do Rio de Janeiro. In: **43º Encontro Anual da ANPOCS**, 2019, Caxambu-MG. Anais dos Seminários Temáticos do 43º Encontro Anual da ANPOCS, 2019c.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. A vez do botequim de comunidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de jun. de 2011. Segundo Caderno, p. 05.

SILVA, Benedita; MENDONÇA, Maisa; BENJAMIN, Medea. **BeneDita**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

SIMMEL, George. **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (Org). São Paulo: Atica, 1983.

SIMÕES, Soraya Silveira. Observação flutuante: uma observação “desendereçoada” (comentários a respeito da obra de Colette Pétonnet, especialmente ao método de trabalho de campo). **Antropolítica**. Niterói, n. 25, 2008, p. 193-196.

SMALL, Mario Luis. ‘How many cases do I need?’ On science and the logic of case selection in field-based research. **Ethnography**. Vol. 10(1), 2009, p. 5-38.

TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 173-195, 2006.

TELLES, Vera. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 15-41.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social** [online]. 2010, v. 22, n. 2 [Acessado 11 novembro 2020], pp. 39-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>.

THIAGO DE MELLO, Pedro Paulo. **Pendura essa, a complexa etiqueta na relação de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal Fluminense, 2003.

URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Rio: a hora da virada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Christovam. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 17-31, 2013.